

Relatório e Contas | 2023



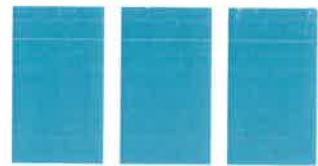
CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO LISBOA NORTE E.P.E.



O Conselho de Administração
delibera:

1. Aprovar o Relatório e Contas do Ano 2023 do CHULN.
2. Propor à Tutela que o Resultado Líquido do Exercício do Ano 2023, no montante negativo de 62.445.287,69 Euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

PRESENTE À SESSÃO DO C.A. DE <u>16/05/2024</u>	
O Presidente	 Carlos Neves Martins
O Dir. Clínico ACSH	 Rui Teixeira Martins
A Dir. Clínica ACSP	 Eunice Carriço
O Vogal	 Miguel Carriço
O Vogal	 Francisco Matos
A 2.º Director	 Cárla Martins Ribeiro
ATA Nº	<u>22/2024</u>



Índice

Mensagem do Presidente	7
1 Estrutura Organizacional.....	11
1.1 Área de Referência.....	11
1.2 Planeamento Estratégico	11
1.3 Estrutura Organizacional.....	15
2 Atividade Assistencial	21
2.1 Internamento	25
2.2 Bloco de Partos	27
2.3 Unidade de Hospitalização Domiciliária.....	28
2.4 Atividade Cirúrgica	29
2.5 Colheita e Transplantação.....	29
2.6 Consulta Externa	30
2.7 Hospital de Dia	32
2.8 Urgência	34
2.9 Apoio Domiciliário.....	37
2.10 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	38
2.11 Acesso aos Cuidados de Saúde	40
3 Ensino e Formação.....	47
3.1 Certificação do Centro de Formação	47
3.2 Dados Gerais	48
4 Atividades de Apoio.....	53
4.1 Serviço Social e Gabinete do Cidadão.....	53
4.2 Serviço de Saúde Ocupacional	58
4.3 Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica	63
4.4 Instalações e Equipamentos	67
4.5 Serviço de Logística e Stocks	69

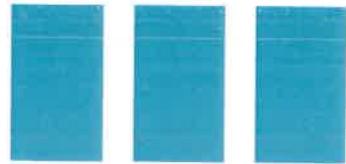
4.6	Unidade Gestão Hoteleira.....	71
4.7.	Serviço de Sistemas de Informação	74
4.8.	Gabinete de Comunicação e Relações Públicas.....	78
5.	Recursos Humanos	82
5.1.	Gestão de efetivos	82
5.2.	Caracterização dos recursos humanos.....	83
5.3.	Estrutura etária e género	84
6	Investimentos.....	87
6.1	Execução do programa de investimentos.....	87
6.2	Projetos cofinanciados	88
6.3	Evolução dos investimentos ao longo do último triénio.....	89
6.4	Financiamento do investimento efetuado.....	90
6.5	Ráculos e indicadores.....	91
7	Cumprimento das Orientações Legais.....	94
8	Análise do Desempenho Económico-Financeiro.....	119
8.1	Desempenho Económico	120
8.2	Execução orçamental económica – contrato programa	126
8.3	Síntese Execução Orçamental – Receita e Despesa.....	127
8.4	Desempenho Financeiro	132
8.5	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.....	135
8.6	Evolução dos Indicadores Económico-Financeiros	137
8.7	Contabilidade de Gestão.....	139
	Demonstrações Financeiras Exercício 2023	141
	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO 2023	149

Relatório e Contas

2023



Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E



Mensagem do Presidente

O contexto atual de Portugal e do mundo é marcado pelo desequilíbrio dos mercados, que se traduz num agravamento dos preços, pressionados pelos conflitos na Ucrânia e no médio oriente, afetando o crescimento da economia, o bem-estar social e a saúde das populações.

A sociedade portuguesa depara-se com os desafios dos sistemas de saúde mais desenvolvidos no que respeita às alterações demográficas (duplo envelhecimento) e aos padrões da doença (aumento da cronicidade), geradores de um aumento da procura de cuidados e das exigências e expectativas da população. Num cenário de carência de profissionais de saúde e pressão da inovação tecnológica e terapêutica, o incremento das despesas em saúde superior ao crescimento económico é inevitável, constituindo uma ameaça à sustentabilidade do SNS.

Nestas circunstâncias, é necessário potenciar a eficiência dos serviços de saúde e simultaneamente a satisfação dos utentes, adequando o nível de resposta e os recursos do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, E.P.E. (CHULN) à procura crescente.

O ano de 2023 foi o ano do maior incremento de sempre no acesso a cuidados de saúde, nas áreas da consulta externa e da atividade cirúrgica.

O ajustamento da capacidade instalada à equitativa gestão do acesso permitiu melhorar simultaneamente a acessibilidade dos utentes e a rentabilizar os recursos, resultando no desempenho otimizado do CHULN, que resultou no ano com maior volume de produção cirúrgica programada e de primeiras consultas CTH realizadas, apesar dos 33 dias de greve registados neste ano.

No que respeita aos recursos humanos, observou-se um acréscimo de 41 profissionais (+0,6%) comparativamente com o período homólogo e deve ser sublinhado o decréscimo do absentismo em -7,5%.

O CHULN continuou a implementação do investimento na área dos equipamentos médicos, com o início dos procedimentos para substituição de um acelerador linear e de um robot cirúrgico, entre outros investimentos estruturantes.

Na área das instalações, iniciámos a obra de remodelação da Unidade de Transplante de Medula Óssea, a remodelação da Consulta de Psiquiatria e Neurologia e a requalificação do Bloco de Partos / Urgência de Obstetrícia e Ginecologia. Em 2023, foi terminado o projeto no âmbito da

candidatura ao POSEUR, designadamente a Central Térmica, o Solar Térmico e Gestão Técnica e a Unidade Produção para Autoconsumo (UPAC), investimento estruturante no quadro da estratégia “Green Hospital”.

Na área económico-financeira agravou-se o desequilíbrio, com -54,9% de deterioração do EBITDA.

Embora se registe um aumento dos rendimentos no valor de +17,6 MEUR, o total dos gastos operacionais relevantes para o EBITDA apresenta um acréscimo de +43,2 MEUR, determinado maioritariamente pelo aumento de +12,6% (+30,2MEUR) dos gastos com pessoal, que resultam das progressões das carreiras. O acréscimo dos consumos +4,5% (+10,9 MEUR), com especial destaque para o aumento da rubrica de medicamentos (+6,1%, ou seja, +10,1 MEUR) e o incremento da rubrica de fornecimentos e serviços externos +1,2% (+1,0 MEUR), decorrente do aumento de algumas rubricas de peso tais como Internamento (psiquiatria) e produção solicitada ao exterior, contribuem também para o aumento dos gastos e para o agravamento dos resultados negativos.

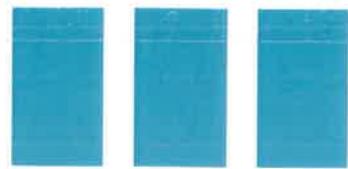
É nesta conjuntura política, económico-financeira e social, que a Unidade Local de Saúde de Santa Maria, EPE herda o desafio de fomentar a proximidade da prestação de cuidados, a integração de cuidados e a articulação das respostas ao cidadão, integrando nesta ULS universitária o Hospital de Santa Maria, o Hospital Pulido Valente, o ACES Lisboa Norte, o Centro de Saúde de Mafra e o Centro de Diagnóstico Pneumológico Ribeiro Sanches.

Relatório e Contas

2023



Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.



1

Estrutura Organizacional

1.1 Área de Referência

O Centro Hospitalar foi criado a 1 de março de 2008, pelo Decreto-Lei n.º 23/2008, resultando da fusão de dois hospitais com elevada dimensão histórica: o Hospital Santa Maria, E.P.E. e o Hospital Pulido Valente, E.P.E. Até então, ambas as instituições constituíam unidades hospitalares centrais da área de Lisboa, embora com características distintas. Por um lado, o Hospital Pulido Valente, E.P.E., com menor número de especialidades e serviços prestados, mas com elevada diferenciação/especialização nas suas áreas de intervenção, e, por outro lado, o Hospital Santa Maria, E.P.E. que se destacava pela diversidade na oferta em todas as áreas da Medicina, apresentando especialidades e técnicas únicas no panorama hospitalar português, constituindo-se como uma referência no processo de ensino e investigação, fruto da partilha de espaço, instalações e profissionais com a Faculdade de Medicina de Lisboa e o Instituto de Medicina Molecular.

1.2 Planeamento Estratégico

O CHULN tem por objeto a prestação de cuidados de saúde de excelência aos cidadãos, nacionais e internacionais, no âmbito das suas capacidades e responsabilidades, tendo em conta o seu elevado grau de diferenciação e posicionamento ímpar no Serviço Nacional de Saúde.

Na área do ambiente, o CHULN adota as estratégias e práticas mais adequadas, destacando-se a poupança de recursos naturais, a utilização de energias renováveis e a gestão racional de resíduos, as quais se inserem na responsabilidade social pelo equilíbrio ambiental e pelo desenvolvimento sustentável.

São objetivos do CHULN:

- Prestação da sua atividade, centrada no primado do doente;

- Qualidade e humanização dos cuidados prestados;
- Assegurar e melhorar as condições de acolhimento e internamento dos cidadãos utilizadores dos serviços prestados pelo Centro Hospitalar;
- Garantir elevados padrões técnico-científicos, com particular destaque para a inovação;
- Adequar equipamentos e instalações diretamente ligados à prestação de cuidados de saúde, na medida das disponibilidades;
- Gestão de recursos humanos eficaz e eficiente, norteado pelos princípios legais aplicáveis;
- Proporcionar aos profissionais condições de motivação e realização profissional, que permitam atrair e reter os melhores e mais diferenciados;
- Desenvolver as atividades de investigação, ensino e formação, no que respeita à formação de profissionais de saúde;
- Promover a articulação funcional com a rede de cuidados primários, no âmbito da sua área de influência, bem como com a rede nacional de cuidados continuados integrados;
- Promover critérios de rigor, autonomia, responsabilização e flexibilidade na gestão.

Incluem-se, ainda, no seu objeto o desenvolvimento de atividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde. Daqui decorre a estreita ligação à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e outras instituições de ensino/investigação, nomeadamente no âmbito do Centro Académico de Medicina de Lisboa.

No que concerne à oferta de cuidados de saúde, o CHULN apresenta uma carteira de serviços altamente especializada e diversificada, dirigindo a sua intervenção a um vasto leque de situações de saúde, com diferentes níveis de complexidade. De uma forma geral, a oferta assistencial abrange a área de ambulatório (consulta externa, hospital de dia, cirurgia de ambulatório e meios complementares de diagnóstico e terapêutica), internamento e urgência.

Para além dos diferentes serviços clínicos disponíveis, o CHULN apresenta 17 Centros de Referência, reconhecidos como centros de elevada diferenciação para a prestação de cuidados de saúde a utentes com situações clínicas específicas, com especial concentração de recursos, e constituídos por equipas multidisciplinares e altamente qualificadas, visando a prestação de cuidados com elevado padrão de qualidade, como se pode verificar no quadro seguinte:

Centros de Referência do CHULN

Centros de Referência	
Área de intervenção prioritária	Legislação
Epilepsia Refratária	Despacho n.º 11297/2015 de 8 de outubro
Paramiloidose Familiar	
Cardiologia de "Intervenção Estrutural"	
Cardiopatias Congénitas*	
Doenças Hereditárias do Metabolismo	
Oncologia de Adultos - Cancro do Esófago	
Oncologia de Adultos - Cancro Hepatobilio-Pancreático	Despacho n.º 3653/2016 de 11 de março
Oncologia de Adultos - Cancro do Reto	
Oncologia de Adultos - Sarcomas das Partes Moles e Ósseos	
Oncologia Pediátrica - Tumores do Sistema Nervoso Central**	
Transplantação Renal Pediátrica	
Transplante do Rim - Adulto	Despacho n.º 9414/2016 de 22 de julho
Coagulopatias Congénitas	
ECMO (Oxigenação por Membrana Extracorporeal)	
Fibrose Quística	Despacho n.º 6669/2017 de 8 de fevereiro
Implantes Cocleares***	
Neurorradiologia de Intervenção na Doença Cerebrovascular (NIDC)	

*em colaboração interinstitucional com o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E. e Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa

**em colaboração interinstitucional com o Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil, E. P. E. e Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.

***em colaboração interinstitucional com o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, E. P. E., Centro Hospitalar do Porto, E. P. E. e Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E. P. E.

O objetivo estratégico da instituição passa pelo reconhecimento de novos centros de referência e certificação dos existentes.

O CHULN, enquanto estabelecimento hospitalar público, geral, central e altamente diferenciado em tecnologias e saberes, presta cuidados de saúde ao cidadão, dentro da sua capacidade, e no âmbito da sua responsabilidade desenvolve a sua **Missão** centrada no doente.

Fruto de uma simbiose histórica, lógica e natural, com a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, com a qual partilha instalações, recursos humanos e conhecimentos, o ensino e a

formação pré e pós-graduada constituem-se como outro eixo fundamental da missão, reforçada pela integração no Centro Académico de Medicina de Lisboa, sem prejuízo de parcerias com outras instituições académicas nacionais e internacionais.

Para além da prestação direta de cuidados de saúde e da formação, a missão do CHULN comporta ainda as vertentes da inovação, do desenvolvimento científico e da investigação, como corolário lógico e aproveitamento natural das sinergias resultantes dos eixos da prestação e da formação.

A **Visão** do CHULN é a de reforçar a sua posição como referência no contexto internacional, nacional e regional, através da melhoria da qualidade, eficiência e acessibilidade aos cuidados de saúde, de forma sustentável, aumentando o valor para os utentes, apostando nas condições de atendimento e valorizando o papel dos colaboradores.

No âmbito do Centro Académico de Medicina de Lisboa, desenvolver-se-ão projetos conjuntos de prestação de cuidados, de formação e ensino e de investigação, a nível nacional e internacional.

No cumprimento da sua Missão, o CHULN e os seus profissionais partilham os seguintes **Valores e Princípios**:

1. Serviço público com primado no doente;
2. Respeito pela dignidade humana, pela diversidade cultural e religiosa e pelos direitos dos doentes;
3. Equidade do acesso a cuidados de saúde;
4. Rigor, integridade e responsabilidade;
5. Elevados padrões de humanização, de competência técnica e científica dos serviços prestados;
6. Cultura institucional e espírito de equipa;
7. Ambição e empenho na melhoria contínua da qualidade;
8. Valorização, motivação e envolvimento dos profissionais;
9. Desempenho e sustentabilidade;
10. Responsabilidade social e ambiental;
11. Respeito pelos princípios éticos e deontológicos na atividade assistencial, formação pré

e pós-graduada e investigação.

O CHULN adotou um modelo de governação estratégica para o triénio 2023/2025 assente em quatro perspetivas:

A perspetiva do interesse do doente, em que no âmbito da satisfação das necessidades em cuidados de saúde, nas principais linhas de atividade, o objetivo estratégico definido passou essencialmente por melhorar a resposta às necessidades programadas de cuidados de saúde, na consulta externa e na área cirúrgica, por serem as áreas com maior défice de resposta.

A perspetiva financeira, onde se pretendia melhorar a sustentabilidade do CHULN através de acréscimos de proveitos e algumas medidas de redução da despesa.

A perspetiva dos processos assistenciais, visava sobretudo melhorias ao nível da gestão do internamento, promover a hospitalização domiciliária e desenvolver a ambulatorização e integração de cuidados, em articulação com os cuidados de saúde primários. Visava ainda a otimização de processos nas áreas cirúrgica e da consulta externa.

A perspetiva de aprendizagem e desenvolvimento, o objetivo era o estímulo e o desenvolvimento de alguns fatores estratégicos e de apoio ao desenvolvimento do CHULN enquanto organização complexa, como é o caso dos recursos humanos, dos sistemas de informação, da tecnologia, da comunicação e da qualidade da gestão.

1.3 Estrutura Organizacional

O Conselho de Administração do CHULN, designado para o triénio 2023-2025, por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde n.º 1905/2023, de 08 de fevereiro de 2023, publicada no Diário da República n.º 28/2023, Série II de 08 de fevereiro de 2023., integra os seguintes membros:

- Presidente - Ana Paula Mecheiro de Almeida Martins Silvestre Correia
- Vogal Executivo (Diretor Clínico) - Rui António Rocha Tato Marinho
- Vogal Executiva (Enfermeiro Diretor) - José Alexandre dos Santos Abrantes
- Vogal Executiva - André Filipe de Sousa da Trindade Ferreira
- Vogal Executivo - Catarina Duarte Galhardo Baptista

Integram a estrutura organizacional do CHULN as seguintes áreas:

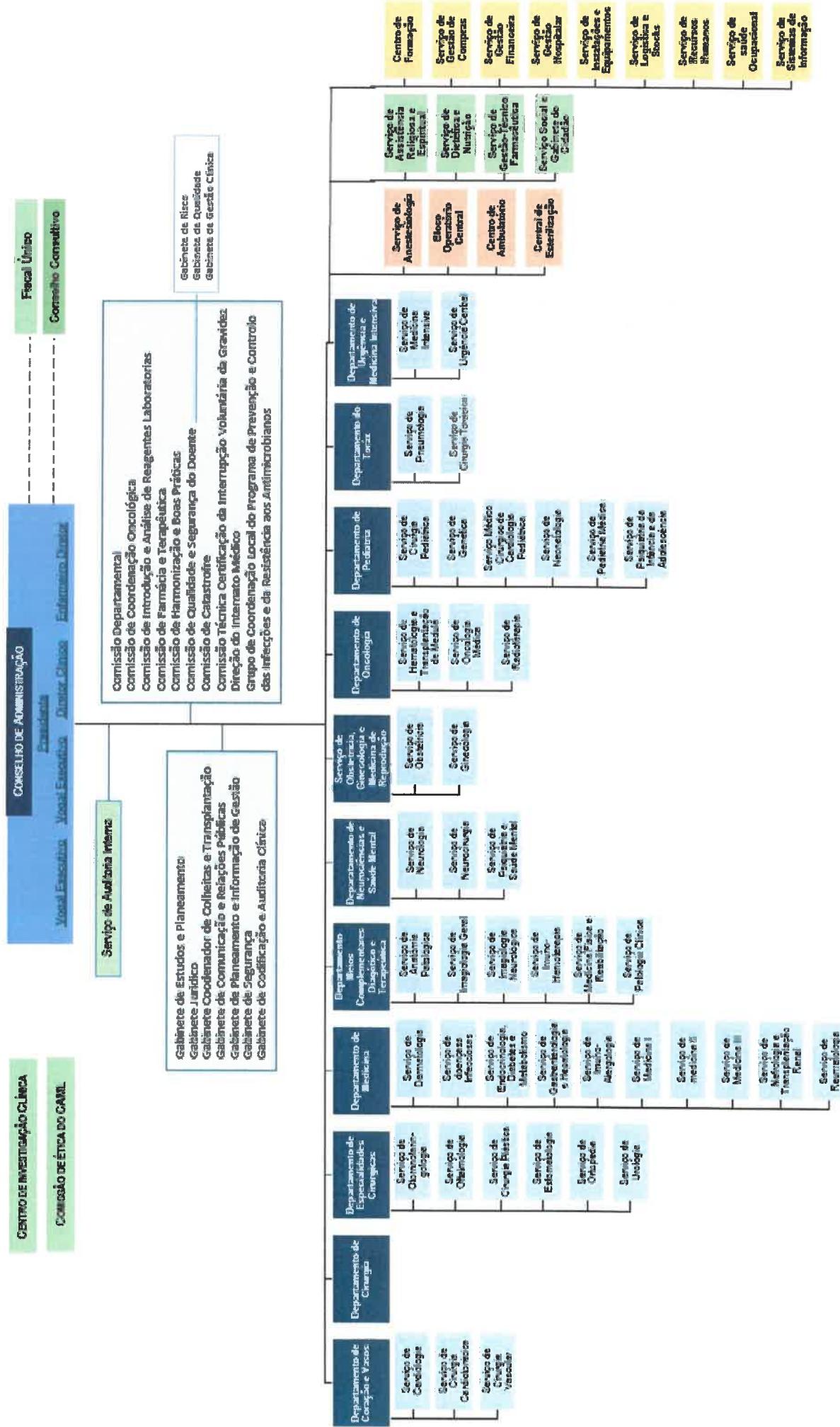
- Ação Médica;
- Suporte à prestação de cuidados;
- Apoio geral e logística.

Os serviços de ação médica estão organizados segundo uma estrutura matricial, assente em departamentos, serviços e unidades funcionais. Esta estrutura nas áreas clínicas permite a intersecção entre a ação de grupos multidisciplinares por patologia, com a atividade dos serviços, e a concretização de novas formas de organização do trabalho, baseadas em princípios de gestão da doença, colocando o doente/utente como centro da atividade.

Integram a área de suporte à prestação de cuidados, serviços ou unidades autónomas, com funções de suporte dos serviços de ação médica.

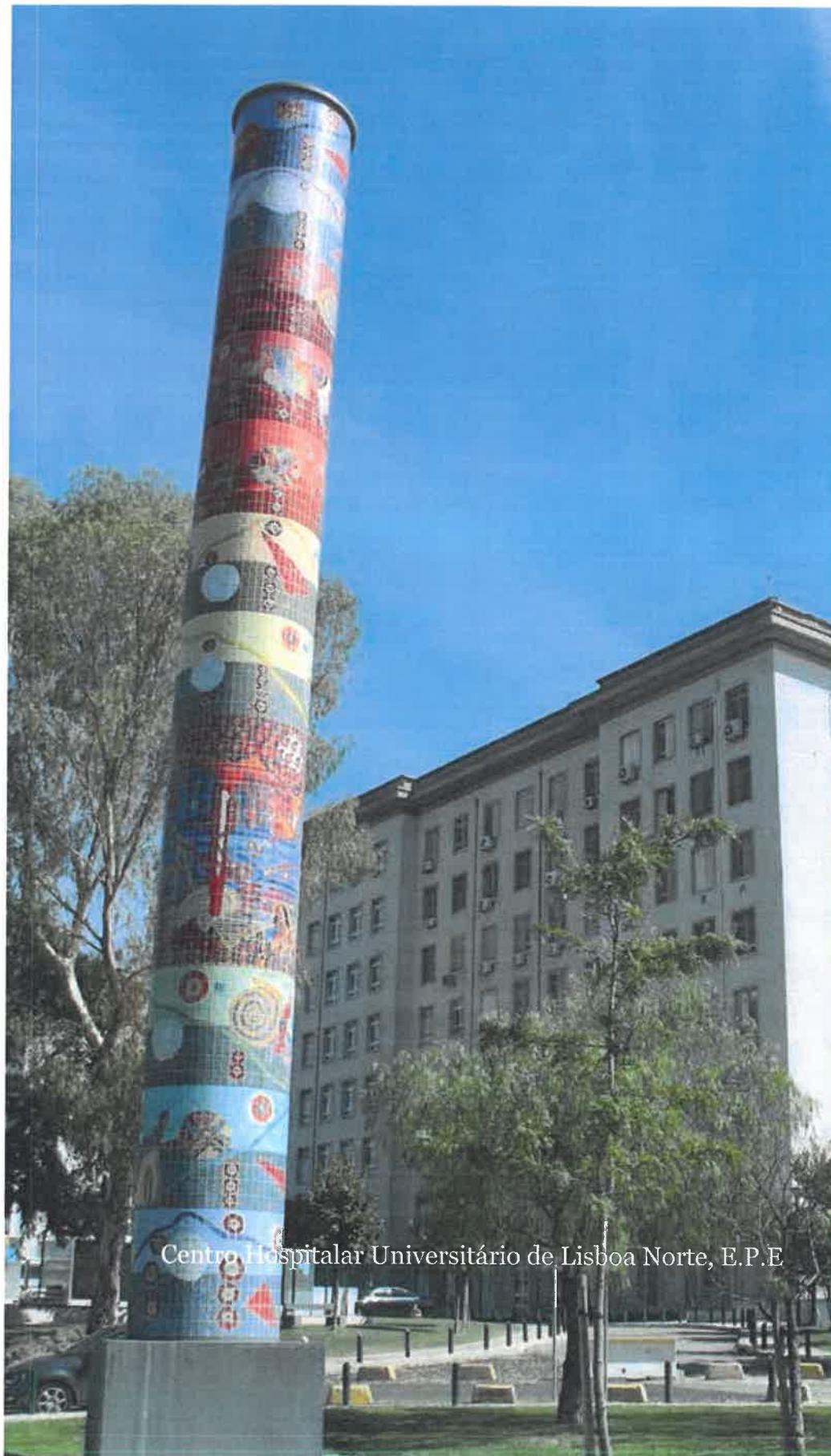
As áreas de apoio geral e logística estão estruturadas verticalmente adotando-se, sempre que possível, formas de organização em torno de processos de trabalho, maximizando os recursos disponíveis na ótica do primado do doente.

Elaborado de acordo com alteração ao art. 18 do Regulamento Interno, de 29 jan. 2015
Organograma CHLN 2016



2023

Relatório e Contas



Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E



2 Atividade Assistencial

O presente relatório constitui-se enquanto um documento técnico que pretende dar a conhecer a atividade assistencial, nas respetivas linhas de produção, no período compreendido entre o dia 1 de janeiro e o dia 31 de dezembro de 2023 comparativamente com os anos 2021 e 2022.

O CHULN assume-se como uma das principais instituições de saúde que prestam serviços assistenciais a nível nacional, com capacidade de resposta em todas as áreas de cuidados, com capital humano diferenciado e com enfoque na prestação de cuidados efetivos e de qualidade à população.

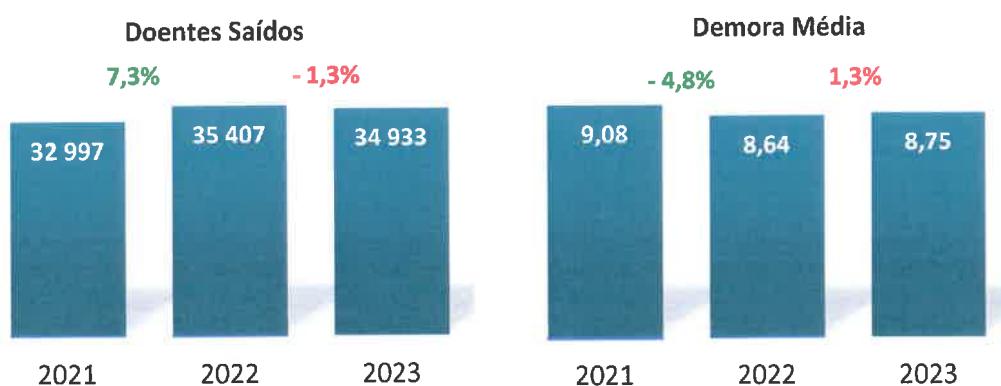
A elevada diferenciação, traduzida na qualidade dos cuidados prestados a todos os que procuram os serviços do CHULN, colocam-no num patamar único no contexto de saúde português. Atualmente, a sua área de influência direta, com 228.833 habitantes, abrange, no concelho de Lisboa, as freguesias de Alvalade, Avenidas Novas, Benfica, Campolide, Carnide, Lumiar, S. Domingos de Benfica e Santa Clara. Adicionalmente, constitui-se também como instituição de referência para atendimentos de urgência, para 102.999 habitantes no concelho da Amadora, para a freguesia de Águas Livres, e no concelho de Loures, para a União de Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela e União de Freguesias de Moscavide e Portela. Para além da sua área de referência direta, a instituição recebe ainda doentes de todas as zonas do país e estrangeiro, constituindo-se como referência indireta de toda a zona sul do país e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

A partir da entrada em vigor do disposto no Despacho n.º 5911-B/2016, de 3 de maio, que aprovou o Livre Acesso e Circulação de Utentes no Serviço Nacional de Saúde (LAC), registou-se um aumento da procura de utentes, referenciados a partir dos Cuidados de Saúde Primários, não pertencentes à área de influência direta do CHULN, acrescendo de forma exponencial, a partir dessa altura, o número de solicitações afetando os tempos de resolução de listas de espera para cuidados eletivos (consulta externa e cirurgia).

A atividade e os resultados do CHULN são influenciados tanto pela conjuntura política, económico-financeira e social do meio em que se insere, como pela própria dinâmica organizacional interna da instituição.

Apresentam-se de seguida, os principais indicadores de atividade nas diferentes áreas de intervenção, tomando como referência a atividade desenvolvida durante o ano de 2022.

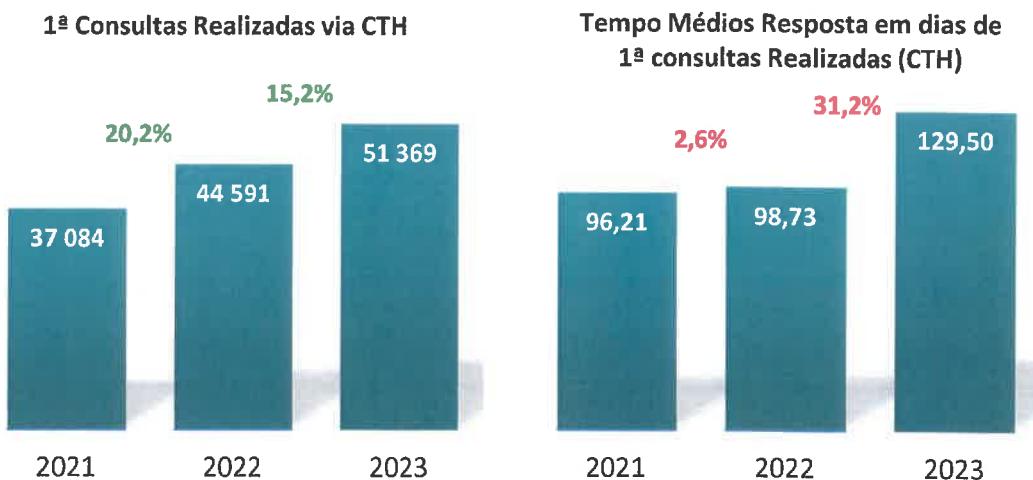
A lotação média praticada do CHULN para o ano de 2023 foi de 951 camas com um total de 34.933 doentes saídos, com um tempo de permanência de 8,75 dias. A taxa de ocupação resultou em 88,1%.



No âmbito da consulta externa, realizaram-se 785.802 consultas, das quais 28,8% correspondem a primeiras consultas.



Do total de primeiras consultas, 22,7% (51.369 consultas) correspondem a consultas realizadas via Consulta a Tempo e Horas (CTH), provenientes dos Cuidados de Saúde Primários (CSP), apresentando em média um tempo de resposta de 129,5 dias.



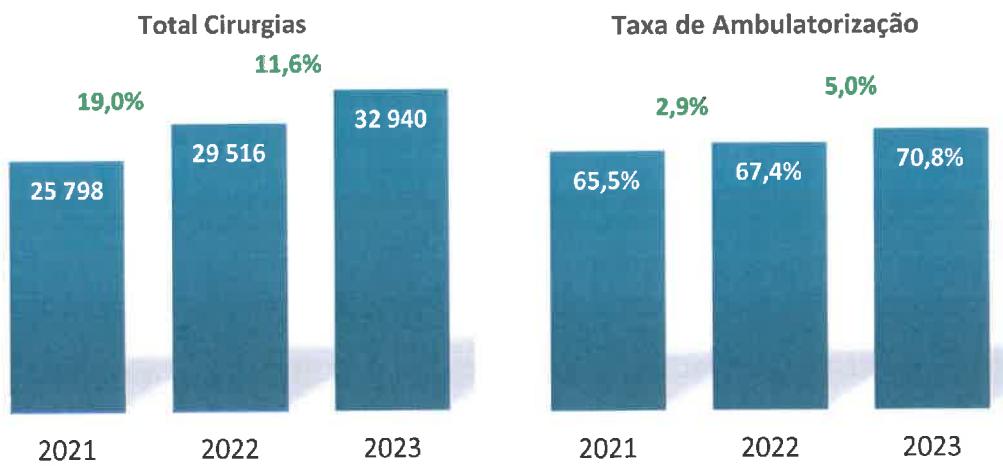
O número de atendimentos em Serviço de Urgência situou-se nas 195.914 admissões em 2023, com cerca de 9,4% que originaram episódio de internamento.



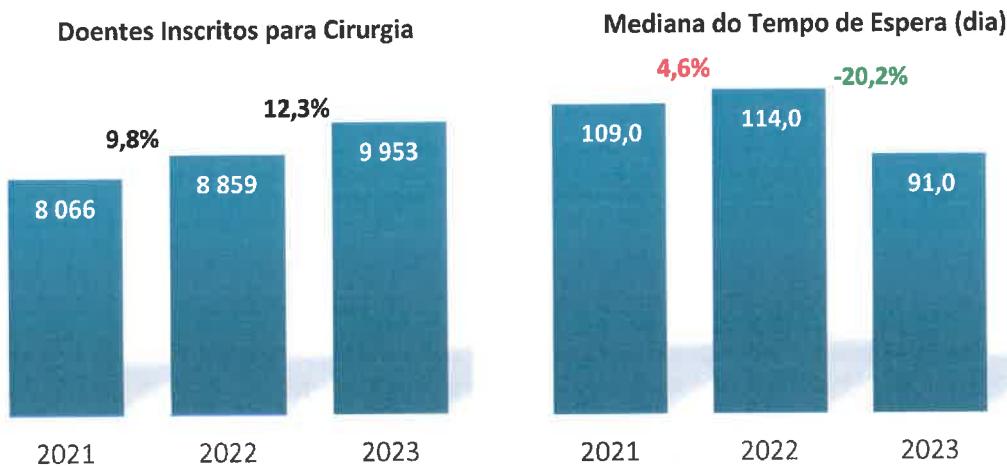
Relativamente à atividade em Hospital de Dia, em 2023 registaram-se 106.976 sessões realizadas a 21.261 utentes.



No que diz respeito à atividade cirúrgica, realizaram-se 27.973 cirurgias programadas durante o ano de 2023, sendo que 70,8% correspondem a cirurgias em ambulatório. Por sua vez, realizaram-se 4.967 cirurgias urgentes, totalizando 32.940 cirurgias realizadas ao longo de 2023.



No âmbito da resolução da lista de inscritos para cirurgia, a 31 de dezembro de 2023 encontravam-se 9.953 doentes inscritos para cirurgia, com a mediana do tempo de espera a situar-se nos 91,0 dias. Adicionalmente, verificou-se que 86,90% dos doentes foram operados em tempo adequado.



2.1 Internamento

O internamento representa uma importante linha de produção da instituição, procurando dar resposta de forma ajustada às necessidades em saúde da população.

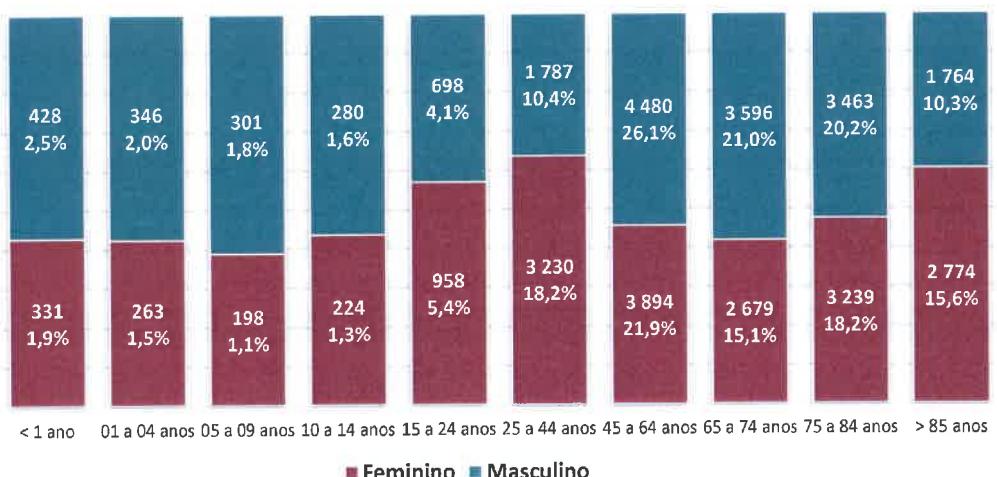
O ano 2023 regista uma queda generalizada da atividade do internamento face a 2022 em consequência do encerramento da unidade de internamento de Obstetrícia a partir de agosto 2023, para obras de requalificação e expansão do Bloco de Partos, Urgência de Obstetrícia e Ginecologia e Internamento pós-parto, resultando num decréscimo do número total de doentes saídos em -1,3% face a 2022.

	2021	2022	2023	Δ % 22/21	Δ % 23/22
Lotação Média Praticada	1 011	994	951	-1,8%	-4,3%
Doentes Saídos	32 997	35 407	34 933	7,3%	-1,3%
Berçário	2 088	2 480	1 371	18,8%	-44,7%
Demora Média	9,08	8,64	8,75	-4,8%	1,3%
Taxa de Ocupação	81,1%	84,4%	88,1%	4,0%	4,4%
Taxa de Mortalidade	7,7%	6,6%	6,7%	-15,0%	2,1%
Doentes Saídos por Cama	32,6	35,6	36,7	9,2%	3,1%

No entanto, analisando isoladamente as outras áreas de internamento (médicos e cirúrgicos), os resultados são positivos onde se verifica um crescimento de doentes saídos em 2,5% (+819 doentes saídos) face ao ano homólogo, que ajudaram a compensar parcialmente a queda verificada pelo encerramento da unidade de Obstetrícia.

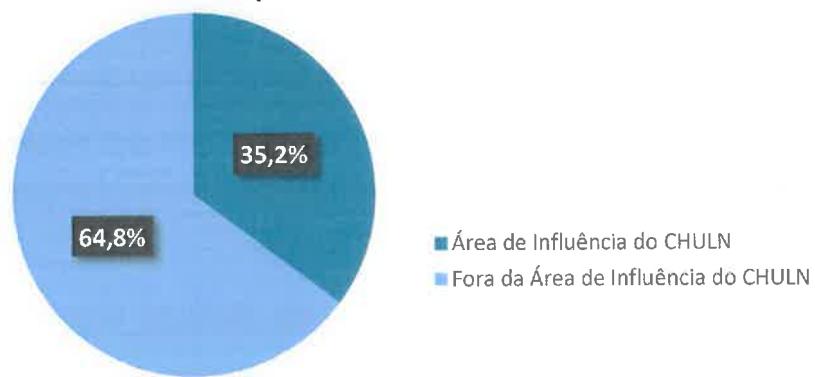
Passando à caracterização dos doentes saídos, pelas diferentes faixas etárias e por género, verifica-se no gráfico seguinte que a faixa etária com maior representatividade quer no género feminino quer no género masculino situa-se entre os 45 a 64 anos (21,9% e 26,1% respetivamente). Este é um comportamento que alterou o padrão demográfico face aos últimos anos para o género feminino cuja faixa etária com maior representatividade encontrava-se no intervalo entre os 25 e os 44 anos. Esta mudança evidencia claramente o impacto do encerramento da unidade de Obstetrícia, cujo intervalo predominante de idades dessa unidade é os 25 a 44 anos.

Doentes Saídos por Faixa Etária



Por último, interessa apurar a proveniência geográfica dos doentes saídos do internamento do CHULN que, tal como vem sucedendo nos anos anteriores, continua a tratar, na sua maioria, doentes com residência fora da área de influência deste Centro Hospitalar, como o gráfico seguinte demonstra.

Doentes Saídos por Área de Influência do CHULN



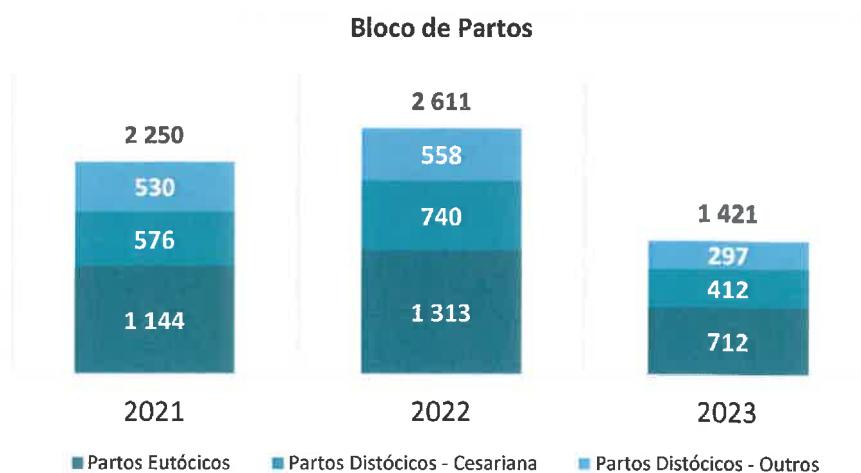
Numa análise nacional, o distrito de maior predominância é Lisboa, representado em 78,7% do total dos doentes saídos. Quando analisado por concelhos no distrito de Lisboa, verifica-se que 42,8% são do concelho de Lisboa, 21,1% são dos concelhos de Loures e de Odivelas, 15,9% dos concelhos de Sintra e Amadora e 6,5% do concelho de Mafra.

Fora do distrito de Lisboa, o CHULN recebe ainda doentes dos distritos de Setúbal (7,3%), Leiria (4,5%), Santarém (3,1%) e Faro (2,3%).

2.2 Bloco de Partos

O Bloco de Partos é considerado uma das estruturas mais importantes no atendimento à saúde da mulher e do recém-nascido, destinada ao acompanhamento e assistência à mulher durante o processo de parto, incluindo o parto normal e cesariana.

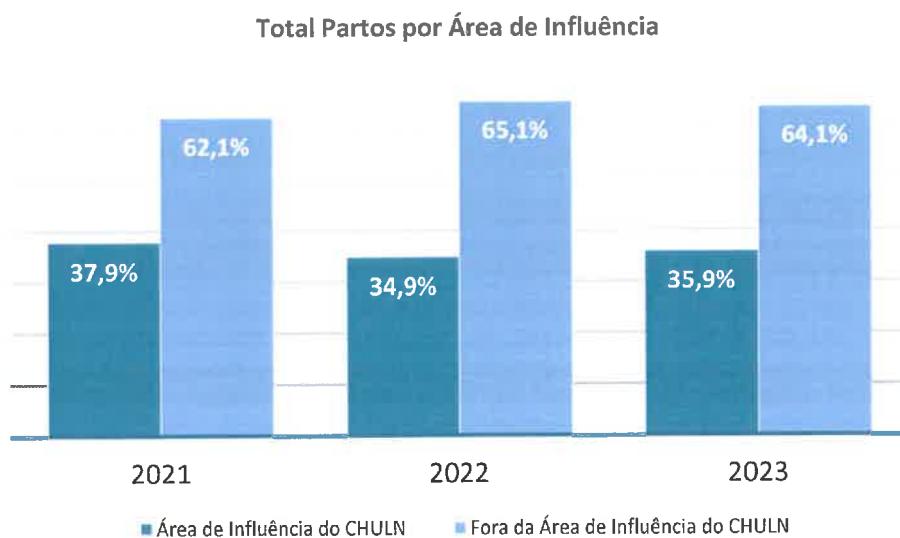
Relativamente à atividade desenvolvida no bloco de partos, comparativamente com o período homólogo, e tal como era de esperar na sequencia do encerramento para obras de requalificação e expansão do bloco de partos a partir de agosto 2023 observou-se uma diminuição de 45,6% no total de partos realizados.



Verificou-se também um aumento da taxa de cesariana, situando-se nos 29%. Este crescimento da taxa de cesarianas deve-se essencialmente ao número de grávidas “de maior risco” que, é proporcional ao aumento do número de grávidas tardias. Efetivamente, a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho regista um acréscimo de cerca de 12,9% nos últimos 20 anos, passando de 27 anos em 2002 para 31 anos em 2023.

Fazendo uma análise por área de residência, em 2023, o número de partos realizados a utentes fora de área de influência do CHULN representa 64,1% do total. A maior parte das utentes reside no distrito de Lisboa (87,6%), que comparativamente com 2022 aumentou 1%. Dentro do distrito de Lisboa 18,7% pertence aos concelhos de Loures e Odivelas e 20,2% aos concelhos de Amadora e Sintra.

Para além do distrito de Lisboa, os distritos mais representativos são Setúbal (7,7%), Santarém (1,3%) e Leiria (1,3%).



2.3 Unidade de Hospitalização Domiciliária

A Unidade de Hospitalização Domiciliária iniciou o seu funcionamento em fevereiro de 2020 e visa prestar cuidados a utentes em fase aguda da doença ou de agudização de doença crónica para patologias elegíveis, proporcionando cuidados de intensidade e complexidade do internamento hospitalar no domicílio em tempo integral, sob vigilância de uma equipa multidisciplinar.

A criação desta unidade estava integrada na estratégia de melhoria da acessibilidade ao internamento, visando a eliminação do internamento de doentes em maca. Esta estratégia integrava ainda o projeto de melhoria da gestão do internamento e o projeto de integração e ambulatorização de cuidados.

A implementação da unidade tem sido gradual, tendo iniciado funções em fevereiro 2020 com uma capacidade de 6 camas, tendo em 2023 uma capacidade de 10 camas.

Em 2023 tratou 206 doentes (+24,9% que em 2022) correspondendo a um crescimento de +24,9% face a 2022. O tempo médio de estada foi de 11,3 dias, o que representa uma redução de -2,1% face ao período homólogo.

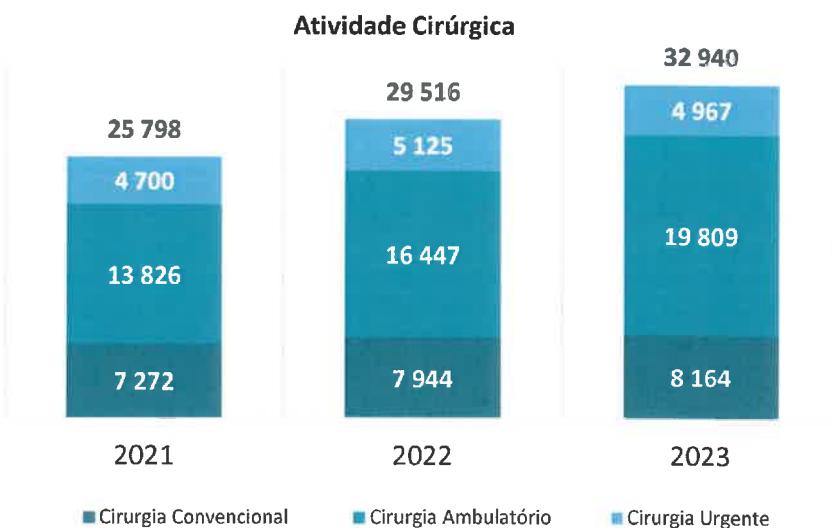
2.4 Atividade Cirúrgica

A Atividade Cirúrgica é uma das principais áreas de atuação do CHULN. Esta linha de produção contribui significativamente para o atendimento às necessidades dos utentes e para o cumprimento da missão do hospital em fornecer cuidados de saúde de alta qualidade.

A atividade cirúrgica em 2023 ultrapassa o desempenho dos anos anteriores, verificando-se um aumento de 11,6% (+3.424 cirurgias), face ao total de cirurgias realizadas no período homólogo.

Foi obtida uma taxa de ambulatorização de 70,8%, representando um incremento de 5,0% face a 2022.

O aumento da atividade cirúrgica no CHULN deve-se ao Plano de Recuperação da Atividade Cirúrgica, e que está a ter grande impacto, essencialmente, na Cirurgia de Ambulatório que regista um acréscimo de +20,4% (+3.362 cirurgias) comparativamente com 2022.



2.5 Colheita e Transplantação

O Gabinete Coordenador de Colheita e Transplantação (GCCT) tem por missão o cumprimento dos seguintes programas:

- Colheita multiorgânica ou simples em dador cadáver em morte cerebral
- Colheita de rim em dador vivo
- Transplantação renal no adulto e na criança com dador cadáver e com dador vivo
- Colheita de córnea em coração parado

O GCCT é ainda responsável pela coordenação da toda a atividade relacionada com a colheita de órgãos e tecidos e transplantação de vários hospitais, tais como, Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, Centro Hospitalar Médio Tejo, Hospital de Vila Franca Xira e Hospital de Cascais.

No quadro seguinte verifica-se a recuperação da atividade desenvolvida pelo GCCT, nomeadamente no que diz respeito ao nº de órgãos e tecidos colhidos, que passa de 88 em 2022 para 104 em 2023, representando um acréscimo de 18,2%.

	2021	2022	2023	Δ % 22/21	Δ % 23/22
Órgãos e tecidos colhidos					
Coração	5	2	3	-60,0%	50,0%
Fígado	14	17	14	21,4%	-17,6%
Rim	42	60	56	42,9%	-6,7%
Pâncreas	2	1	1	-50,0%	0,0%
Pulmão	6	6	2	0,0%	-66,7%
Córneas	58	114	168	96,6%	47,4%
Vasos	14	17	14	21,4%	-17,6%
Nº colheitas realizadas	42	88	104	109,5%	18,2%

No quadro abaixo apresenta-se o número de transplantes realizados no CHULN. Verifica-se um aumento de 8,1% face a 2022, correspondendo a mais 18 transplantes realizados em 2023.

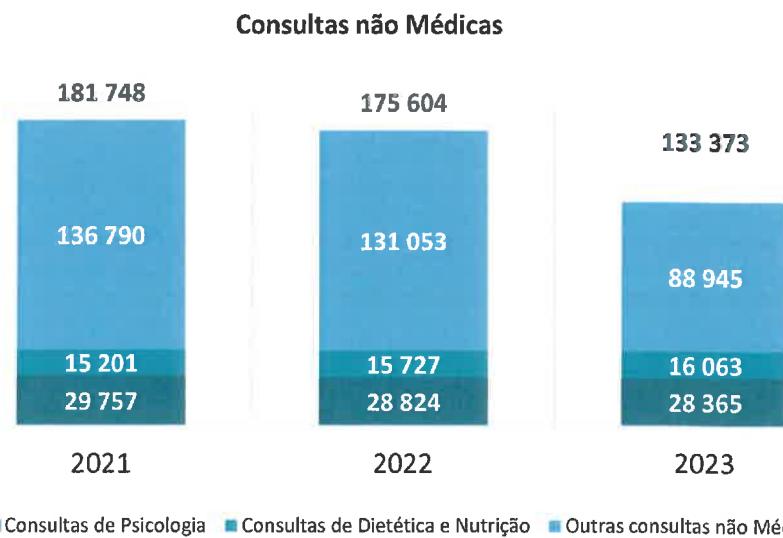
	2021	2022	2023	Δ % 22/21	Δ % 23/22
Transplantes realizados					
	155	221	239	42,6%	8,1%
Rim (Adultos)	41	64	63	56,1%	-1,6%
Rim (Pediátricos)	3	5	4	66,7%	-20,0%
Córnea	44	75	91	70,5%	21,3%
Medula Óssea	67	77	81	14,9%	5,2%

2.6 Consulta Externa

No âmbito da atividade realizada em consulta externa verificou-se, face ao período homólogo de 2022, um aumento de 5,7% no total de consultas médicas, traduzido na realização de mais 42.099 consultas médicas. O referido aumento resulta do incremento de mais 19.505 primeiras consultas (+9,4%), assim como de consultas subsequentes, com mais 22.594 consultas realizadas (+4,2%).

	2021	2022	2023	Δ % 22/21	Δ % 23/22
Primeiras Consultas	193 653	206 958	226 463	6,9%	9,4%
Consultas Subsequentes	524 567	536 745	559 339	2,3%	4,2%
Total de Consultas Externas	718 220	743 703	785 802	3,5%	5,7%
% Primeiras Consultas	27,0%	27,8%	28,8%	3,2%	3,6%
Índice de Consultas Subsequentes / Primeiras Consultas	2,7	2,6	2,5	-4,3%	-4,8%

No que concerne às consultas não médicas, observou-se um decréscimo de 24%.

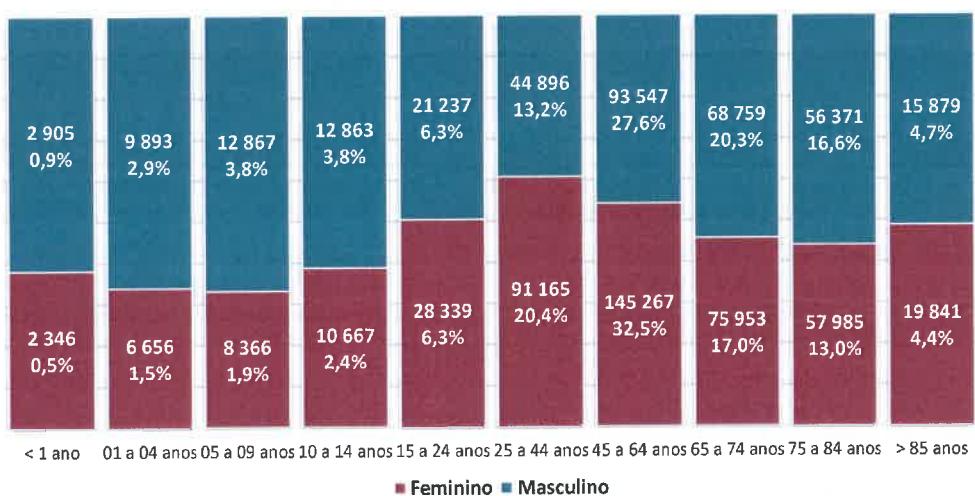


Face a 2022, observou-se um acréscimo no número de consultas realizadas a doentes internados (+8,7%).



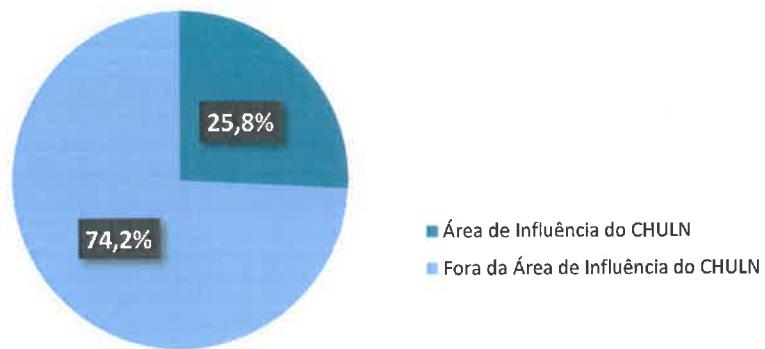
No gráfico seguinte, visualiza-se a distribuição das consultas por escalões etários e por género. Realça-se que, em 2023, o género feminino representou 57% e o género masculino 43%, sendo este comportamento estável ao longo do triénio. A faixa etária com maior relevância para ambos os géneros é a dos 45 aos 64 anos.

Consultas Médicas por Faixa Etária



Das consultas realizadas em 2023, 74,2% dizem respeito a utentes fora da área de influência direta do Hospital, com a mesma tendência dos últimos anos.

Consultas Médicas por Área de Influência do CHULN



Analizando a nível nacional, os distritos com maior representatividade foram, Lisboa com 78,2%, Setúbal 8,5%, Leiria 4,8% e Santarém 3,9%. No distrito de Lisboa, 19,2% pertence aos concelhos de Loures e Odivelas e 20,2% aos concelhos de Sintra e Amadora.

2.7 Hospital de Dia

O Hospital de Dia fornece um conjunto de serviços médicos e de enfermagem para pacientes que precisam de tratamento, mas que não precisam de internamento hospitalar. Estes serviços incluem diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitorização de utentes.

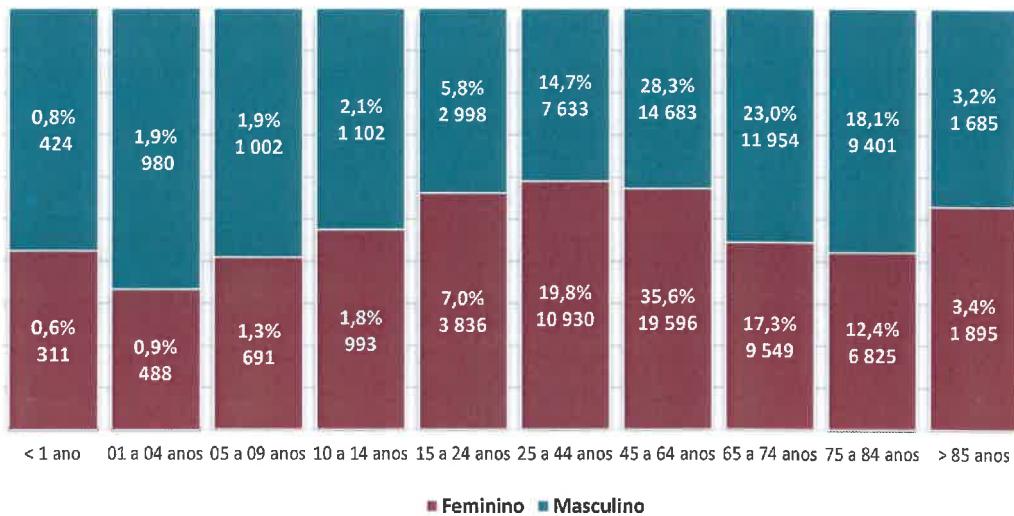
É uma forma de prestação de cuidados de saúde que tem vindo a ganhar importância nos hospitais portugueses, permitindo prestar cuidados mais personalizados, eficientes e com menor custo para os utentes e para o sistema de saúde em geral.

Em 2023 o Hospital de Dia registou um acréscimo de 7,9% (mais 7.848 sessões) comparativamente com 2022. No que se refere ao número total de doentes tratados, registou-se um aumento de 11% relativamente a 2022, traduzindo-se em mais 2.087 doentes com acesso a sessões de Hospital de Dia no CHULN. No período em análise, a média de sessões realizadas por doente é de 5 sessões.

	2021	2022	2023	Δ % 22/21	Δ % 23/22
N.º Sessões	88 363	99 128	106 976	12,2%	7,9%
N.º Doentes Tratados	17 119	19 174	21 261	12,0%	10,9%
N.º Sessões / Doente	5,16	5,17	5,03	0,2%	-2,7%

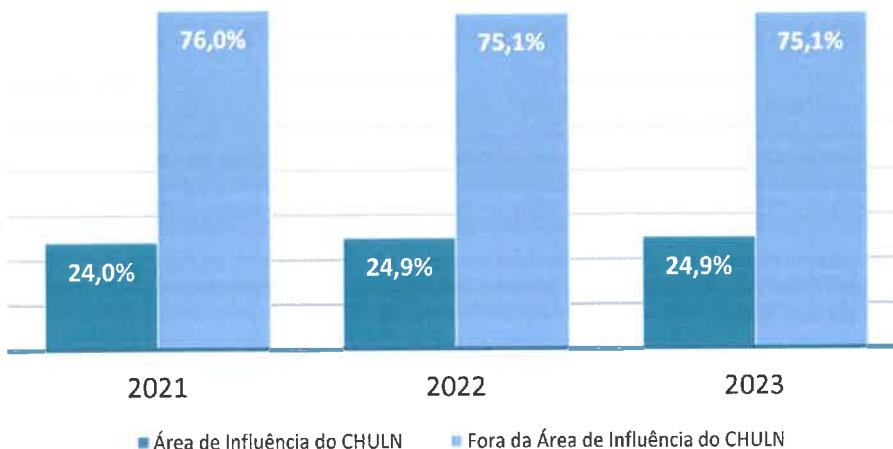
A análise por grupo etário e por género dos doentes tratados em Hospital de Dia evidencia o intervalo de idade entre os 45 a 64 anos com 32% do total de sessões realizadas. No total, predomina o género feminino (51,5%) tal como aconteceu nos últimos anos.

Sessões de Tratamento por Faixa Etária



Do total de sessões realizadas em 2023, 75,1% foram realizadas a doentes fora da área de influência direta do CHULN, valor que se manteve relativamente ao ano 2022.

Sessões de Tratamento por Área de Influência



Na apreciação por distrito, 76,8% das sessões de Hospital de Dia em 2023, foram realizadas a doentes residentes no distrito de Lisboa, 10,5% no de Setúbal, 4,3% no de Leiria, e 3,9% no de Santarém. No distrito de Lisboa, 19,9% pertence aos concelhos de Loures e Odivelas e 18,5% aos concelhos de Sintra e Amadora.

2.8 Urgência

O Serviço de Urgência do CHULN é composto por três áreas de atendimento, Urgência Central, Urgência de Ginecologia e Obstetrícia e Urgência Pediátrica.

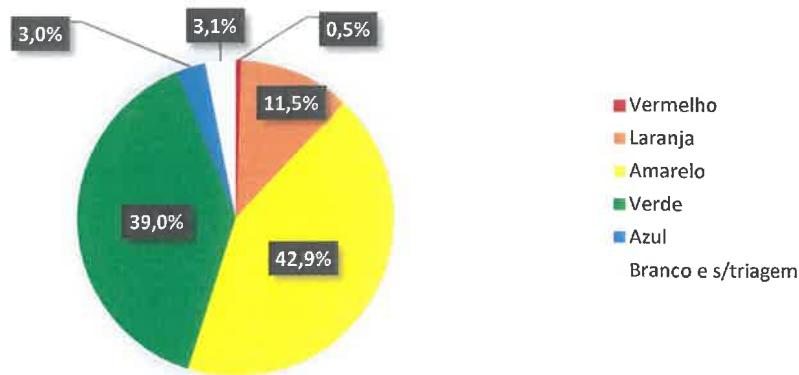
A afluência de utentes ao serviço de urgência tem sido ao longo dos anos tendencialmente crescente devido não apenas à extensão da área de influência direta da instituição para o acesso à urgência, mas também devido a falta de articulação integrada com os cuidados de saúde primários, principalmente a nível da sensibilização e informação dos utentes.

Em 2022 realizaram-se em média por dia, 568 atendimentos, reduzindo em 2023 para 537 atendimentos (-5,4%) em consequência do encerramento da Urgência de Obstetrícia e Ginecologia, conforme já referido, por motivos de obras.

	2021	2022	2023	Δ % 22/21	Δ % 23/22
Urgência Central	131 423	147 546	138 346	12,3%	-6,2%
Urgência Ginecológica e Obstétrica	15 887	17 464	10 319	9,9%	-40,9%
Urgência Pediátrica	31 289	42 134	47 249	34,7%	12,1%
Total	178 599	207 144	195 914	16,0%	-5,4%

Tendo por base a classificação de Triagem de Manchester, observou-se que, em termos acumulados, cerca de 45,1% dos episódios foram categorizados como não urgentes (cor verde, azul ou branca).

N.º de atendimentos por triagem de Manchester

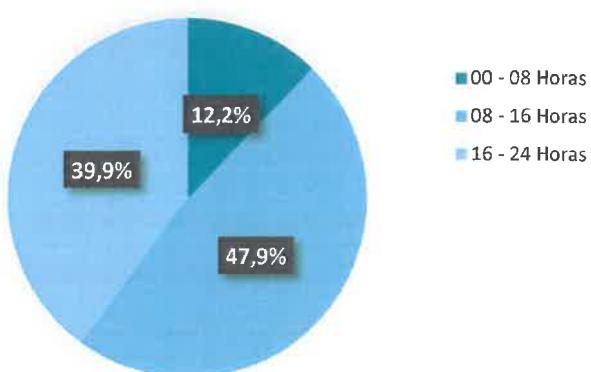


Nos Serviços de Urgência, face ao período homólogo verifica-se o seguinte comportamento:

Triagem de Manchester	2021	2022	2023	Δ % 22/21	Δ % 23/22
Vermelho	843	839	897	-0,5%	6,9%
Laranja	18 168	21 476	22 617	18,2%	5,3%
Amarelo	69 748	82 533	84 060	18,3%	1,9%
Verde	72 322	84 107	76 321	16,3%	-9,3%
Azul	8 326	8 570	5 907	2,9%	-31,1%
Branco e s/ triagem	9 192	9 619	6 112	4,6%	-36,5%
Total	178 599	207 144	195 914	16,0%	-5,4%

No período horário compreendido entre 8H00 e as 16H00, verifica-se uma maior afluência na Urgência, o que se traduz numa percentagem de 47,9% do total de atendimentos.

Atendimentos por Turnos



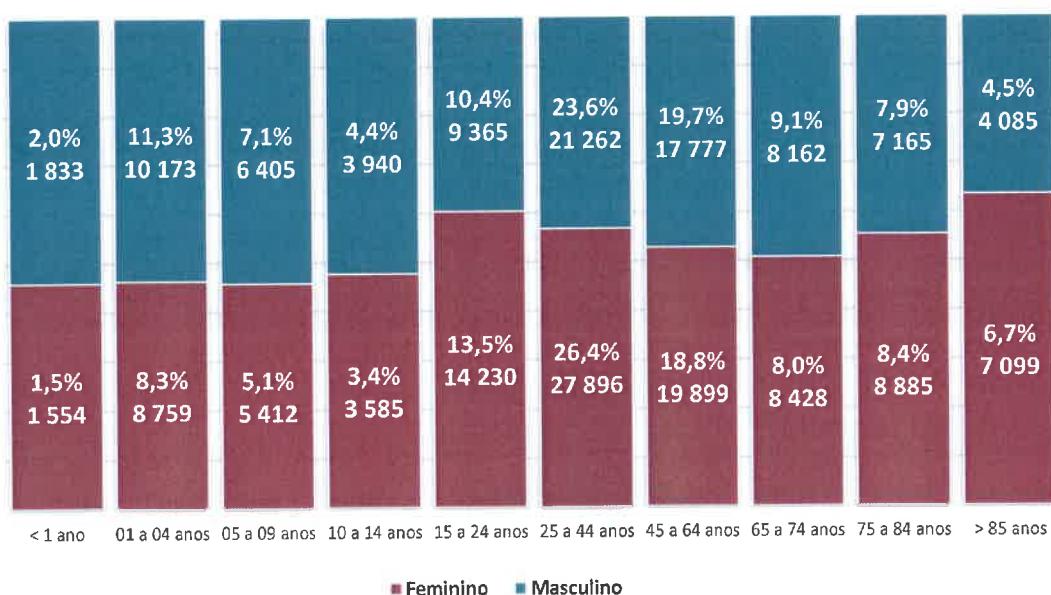
A análise do destino após atendimento nos Serviços de Urgência demonstra que 49,6% dos doentes são encaminhados para o domicílio, sem indicação de continuidade de cuidados dentro do sistema de saúde.

Em 2023, os episódios que deram origem a internamento representaram 9,4% do total de episódios de urgência, percentagem inferior ao mesmo período de 2022 (9,6%).

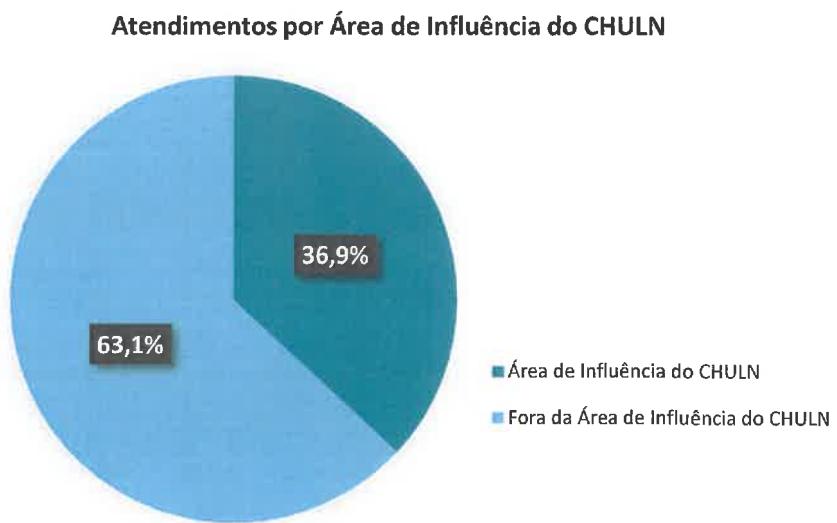
	2021	2022	2023	Δ % 22/21	Δ % 23/22
Abandono	12 462	23 186	21 349	86,1%	-7,9%
Centro de Saúde / Médico Família	36 635	44 099	41 588	20,4%	-5,7%
Consulta Externa	11 474	11 466	11 158	-0,1%	-2,7%
Domicílio	92 706	102 882	97 143	11,0%	-5,6%
Falecidos	542	534	576	-1,5%	7,9%
Internamento	20 381	19 865	18 412	-2,5%	-7,3%
Transferência para outros hospitais	4 222	4 507	5 030	6,8%	11,6%
Saída contra parecer médico	177	605	658	241,8%	8,8%
Total	178 599	207 144	195 914	16,0%	-5,4%

Na análise por faixa etária e por género dos doentes assistidos na urgência, salienta-se o grupo dos 25 a 44 anos. Há um predomínio do género feminino (54%).

Atendimentos por Género e por Faixa Etária



Ao analisar o número de atendimentos por área de influência, verificou-se que 63% dos atendimentos em Serviços de Urgência não pertencem à área de influência direta da Instituição (conforme se pode observar na representação gráfica que se segue), tendência mantida ao longo dos últimos anos.

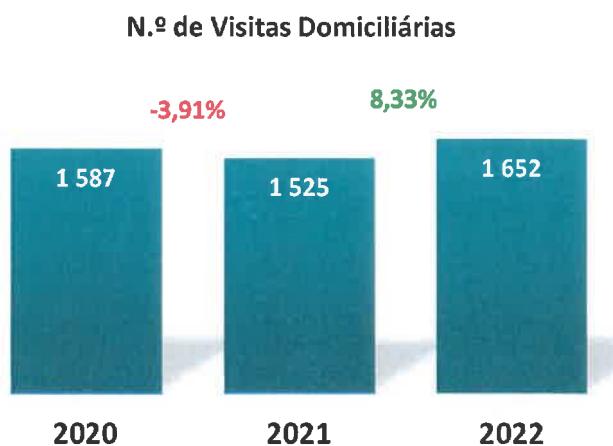


Na apreciação por distrito, 86,1% dos doentes atendidos na Urgência em 2023, são residentes no distrito de Lisboa, 5,6% de Setúbal, 1,6% de Leiria e 1,6% de Santarém. No distrito de Lisboa, 24,5% pertence aos concelhos de Loures e Odivelas e 17,4% aos concelhos de Sintra e Amadora.

2.9 Apoio Domiciliário

Mantendo a aposta nos cuidados de proximidade, com atenção às características dos utentes e respetivas necessidades, o serviço domiciliário é uma área de intervenção que merece especial destaque.

Em 2023, o CHULN apresentou um crescimento de 8,3% no número de visitas domiciliárias.



2.10 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

O quadro seguinte apresenta os MCDT realizados, entre 2021 e 2023, no CHULN.

Grupo de Exames	2021	2022	2023	Δ % 22/21	Δ % 23/22
Anatomia Patológica	102 707	127 234	118 076	23,9%	-7,3%
Diagnóstico por Autópsia	716	656	568	-8,4%	-13,4%
Diagnóstico por Citopatologia	14 523	15 692	12 494	8,0%	-20,4%
Diagnóstico por Histopatologia	30 783	35 065	35 909	13,9%	2,4%
Exames Especiais	56 685	75 821	69 105	33,8%	-8,9%
Anestesiologia	2 861	3 169	3 756	10,8%	18,5%
Medicina da Dor	384	581	648	51,3%	11,5%
Cardiologia	73 188	73 838	63 743	0,9%	-13,7%
Atos de Diagnóstico	69 254	69 695	59 982	0,6%	-13,9%
Electrocardiologia	41 253	40 364	29 973	-2,2%	-25,7%
Ecocardiografia	14 592	14 421	15 278	-1,2%	5,9%
Cateterismo Cardíaco	4 921	4 746	4 548	-3,6%	-4,2%
Outros Estudos	8 488	10 164	1 907	19,7%	-81,2%
Atos Terapêuticos	3 787	3 928	3 587	3,7%	-8,7%
Outros	147	215	174	46,3%	-19,1%
Cirurgia Maxilo-Facial	146	139	258	-4,3%	85,6%
Dermatologia	4 068	5 011	3 664	23,2%	-28,4%
Estomatologia	4 614	5 176	4 883	12,2%	-5,7%
Estudos do Sono	1 784	3 037	3 799	70,2%	25,1%
Gastrenterologia	21 135	21 250	22 264	0,5%	4,8%
Técnicas Endoscópicas	17 753	18 516	19 622	4,3%	6,0%
Técnicas Não Endoscópicas	3 293	2 512	2 488	-23,7%	-1,0%
Estudos Funcionais	89	222	154	149,4%	-30,6%
Genética	8 602	9 914	11 069	15,3%	11,7%
Ginecologia / Obstetrícia	6 874	6 887	4 176	0,2%	-29,4%
PMA	459	529	650	15,3%	22,9%
IVG	630	772	595	22,5%	-22,9%
Outros	5 785	5 586	2 931	-3,4%	-47,5%
Medicina da Reprodução	876	1 194	1 167	36,3%	-3,8%
Imagiologia/Radiologia	398 386	412 286	462 188	3,5%	12,1%
Angiografia	2 650	2 651	2 876	0,0%	8,5%
Radiologia de Intervenção	3 551	3 943	3 940	11,0%	-0,1%
Ecotomografia (Ecografia)	55 450	59 553	68 117	7,4%	14,4%
Ressonância Magnética (RM)	14 610	14 415	25 475	-1,3%	76,7%
Tomografia Computorizada (TC)	93 090	108 620	136 764	16,7%	25,9%
RX Convencional	229 035	223 104	225 016	-2,6%	0,9%
Imuno-Alergologia	5 345	6 925	10 016	29,6%	44,6%
Imuno-Hemoterapia	210 142	277 743	138 942	32,2%	-50,0%
Análises	192 845	261 520	128 155	35,6%	-51,0%
Procedimentos	17 297	16 223	10 787	-6,2%	-33,5%
Unidades Terapêuticas de Sangue e Outros Serviços Prestados pelo IPST, IP	35 084	34 967	30 547	-3,2%	-11,8%
Crioconservação e Cultura de Tecidos	1 826	2 123	2 279	16,3%	7,3%
Medicina Física e Reabilitação	286 302	296 510	321 378	3,6%	8,4%
Nefrologia	11 446	13 935	13 592	21,7%	-2,5%
Neurofisiologia, Neurologia e Outros Proc. Disc. N.	19 570	18 810	17 955	-3,9%	-4,8%
Eletroencefalografia	4 165	4 368	4 553	4,9%	4,2%
Eletromiografia	2 781	2 988	2 988	7,4%	0,0%
Neuropsicologia	833	769	1 046	-7,7%	36,0%
Potenciais Evocados Somato-Sensitivos e S.	256	181	212	-29,3%	17,1%

Grupo de Exames	2021	2022	2023	Δ % 22/21	Δ % 23/22
Ultrassonografia	9 268	9 718	8 677	4,9%	-10,7%
Outros	2 267	786	479	-65,3%	-39,1%
Procedimentos de Neurodesenvolvimento	1 002	1 045	1 316	4,3%	25,9%
Oftalmologia	48 369	59 470	61 181	23,0%	2,9%
Oncologia Médica	21 499	23 699	25 708	10,2%	8,5%
Ortopedia	1 715	2 198	3 898	28,2%	77,3%
Otorrinolaringologia	10 129	13 491	14 320	33,2%	6,1%
Patologia Clínica	6 694 649	6 812 888	7 103 094	1,8%	4,3%
Bioquímica	5 138 522	5 282 478	5 615 478	2,8%	6,3%
Hematologia e Hemostase	852 801	842 109	880 314	-1,3%	4,5%
Imunologia	191 432	212 122	250 764	10,8%	18,2%
Microbiologia	511 894	476 179	356 538	-7,0%	-25,1%
Pneumologia	40 898	53 366	61 464	30,5%	15,2%
Fisiopatologia respiratória	29 098	38 218	45 482	31,3%	19,0%
Ventilação não invasiva	3 728	5 830	6 914	56,4%	18,6%
Técnicas endoscópicas	5 764	5 736	5 647	-0,5%	-1,6%
Técnicas não Endoscópicas	1 582	1 423	1 583	-10,1%	11,2%
Reabilitação Respiratória	445	2 097	1 812	371,2%	-13,6%
Outros	281	62	26	-77,9%	-58,1%
Psiquiatria	21 753	22 386	23 920	2,9%	6,9%
Radioterapia/Radioncologia	34 903	46 003	45 721	31,8%	-4,6%
Tratamentos Simples	6 379	6 089	5 179	-4,5%	-14,9%
Tratamentos Complexos	19 637	28 260	28 667	43,9%	1,4%
Radiocirurgia	0	25	45	-	80,0%
Braquiterapias	352	298	288	-15,3%	-3,4%
Outros	8 535	11 331	11 542	32,8%	1,9%
Reumatologia	2 564	2 823	3 235	10,1%	14,6%
Serviços e Técnicas Gerais	186 652	207 209	222 272	11,0%	7,3%
Urologia	5 663	5 257	4 733	-8,2%	-10,0%
TOTAL	8 265 136	8 570 564	8 805 262	3,7%	2,7%

No quadro seguinte é possível constatar que o CHULN é quase autónomo no que respeita aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica que realiza aos seus utentes (99% realizados internamente); com exceção nas áreas de Medicina Nuclear, Oxigenoterapia Hiperbárica, e em alguns testes/análises, para os quais o CHULN não dispõe de equipamentos ou técnicas implementadas para a sua realização. No caso dos exames do grupo da Transplantação de Tecidos e Órgãos, estes são realizados no Instituto Português do Sangue e da Transplantação.

Nos restantes grupos, os MCDT são realizados no exterior quando a capacidade instalada se revela insuficiente para responder às necessidades dos dois hospitais (HSM e HPV).

2023 Grupo de Exames	Realizados no CHULN	Realizados no Exterior	Peso %
Anatomia Patológica	118 076	787	99,3%
Anestesiologia	3 756	177	95,5%
Medicina da Dor	648	0	100,0%
Cardiologia	63 743	0	100,0%
Cirurgia Maxilo-Facial	258	0	100,0%
Dermatologia	3 664	0	100,0%
Estomatologia	4 883	0	100,0%
Estudos do Sono	3 799	0	100,0%
Gastrenterologia	22 264	449	98,0%
Genética	11 069	11 796	48,4%
Ginecologia / Obstetrícia	4 176	435	90,6%
Medicina da Reprodução	1 167	0	100,0%
Imagiologia/Radiologia	462 188	55 125	89,3%
Imuno-Alergologia	10 016	0	100,0%
Imuno-Hemoterapia	138 942	222	99,8%
Unid. Terap. de Sangue e Outros Serviços Prestados pelo IPST, IP	30 547	0	100,0%
Crioconservação e Cultura de Tecidos	2 279	0	100,0%
Medicina Física e Reabilitação	321 378	0	100,0%
Medicina Nuclear	0	5 879	0,0%
Nefrologia	13 592	0	100,0%
Neurofisiologia, Neurologia e Outros Procedimentos de Disciplinas Neurológicas	17 955	478	97,4%
Procedimentos de Neurodesenvolvimento	1 316	0	100,0%
Oftalmologia	61 181	0	100,0%
Oncologia Médica	25 708	0	100,0%
Ortopedia	3 898	0	100,0%
Otorrinolaringologia	14 320	0	100,0%
Patologia Clínica	7 103 094	12 817	99,8%
Pneumologia	61 464	7	100,0%
Psiquiatria	23 920	0	100,0%
Radioterapia/Radioncologia	45 721	18	100,0%
Reumatologia	3 235	0	100,0%
Serviços e Técnicas Gerais	222 272	2 304	99,0%
Transplantação de Tecidos e Órgãos	0	2 999	0,0%
Urologia	4 733	45	99,1%
TOTAL	8 805 262	93 538	98,9%

2.11 Acesso aos Cuidados de Saúde

O ano 2023 superou o volume de atividade no período pré e pós pandemia, apresentando uma melhoria generalizada dos indicadores de acesso, qualidade e eficiência.

Ao longo do ano 2023, o CHULN reforçou a tendência de crescimento da produtividade que se tem vindo a verificar desde meados do ano 2021, registando acréscimos sucessivos de produção nas principais linhas de atividade.

Passamos assim, a apresentar os resultados obtidos relativamente à Lista de Inscritos para Cirurgia e à Lista de Espera para Primeiras Consultas via CTH (Consulta a Tempo e Horas).

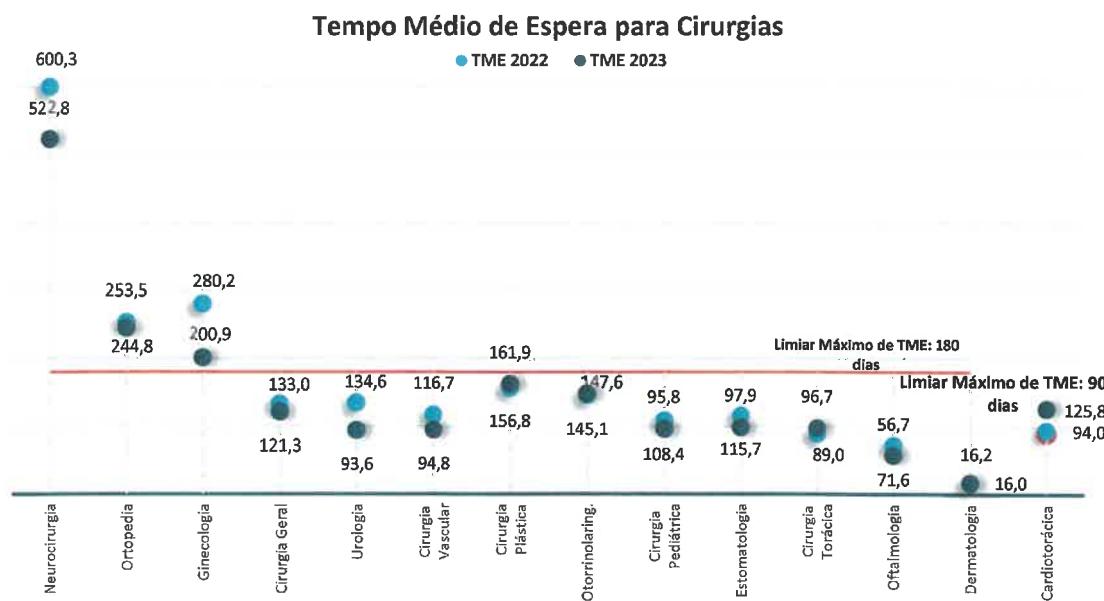
Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC)

No período em análise aferiu-se um número total de inscritos para cirurgia no CHULN de 9.953, representando um aumento de 12,3% (+1.094 inscritos), comparativamente com o mesmo período de 2022. Comparando o número de novos inscritos até 31 dezembro de 2023, com o valor obtido no mesmo período de 2022, verifica-se um aumento de 17,8% (representando mais 5.291 novos inscritos)

O quadro seguinte apresenta alguns dos indicadores da lista de espera demonstrativos do desempenho do CHULN.

	2021	2022	2023	Δ % 22/21	Δ % 23/22
N.º Inscritos em LIC	8 066	8 859	9 953	9,8%	12,3%
Mediana de Tempo de Espera (dias)	109,0	114,0	91,0	4,6%	-20,2%
Tempo Médio de Espera (dias)	217,30	227,56	189,47	4,7%	-16,7%
% Doentes Operados em Tempo Adequado	83,55	86,96	86,90	4,1%	-0,1%
% Doentes Prioritários Inscritos	6,56	7,24	8,22	10,4%	13,5%
% Doentes Oncológicos em LIC > TMRG	27,10	29,47	22,13	8,7%	-24,9%
% Doentes em LIC > 12 meses	17,26	17,02	13,72	-1,4%	-19,4%
% Doentes em LIC com TE < TMRG	65,04	62,19	68,20	-4,4%	9,7%

No gráfico abaixo é possível consultar o tempo médio de espera (em dias), comparando com os resultados obtidos no mesmo período de referência em 2022.



No total do CHULN, verificou-se uma diminuição do tempo médio de espera (TME) de 38 dias, face a 2022, situando-se agora nos 189,5 dias.

Os tempos de espera variam entre os 16 dias na especialidade de dermatologia e os 522,8 dias na especialidade de neurocirurgia.

Globalmente, verifica-se que a maioria dos serviços registaram melhoria no desempenho em termos de TME.

Lista de Espera para 1^a Consultas via CTH

Face ao contínuo aumento dos pedidos de consultas provenientes dos Cuidados de Saúde Primários que se verificou em 2022 (+28,5% face a 2021), obtendo volumes de entradas superiores ao período pré-pandemia (+17,2% face a 2019), que resultou num aumento da Lista de Espera para Consulta (LEC) e num agravamento do tempo médio de resposta, o CHULN dedicou-se ao longo de 2023, a sua melhor atenção e esforço para a melhoria da acessibilidade nas especialidades, passando de 828 1^a consulta por dia em 2022 a 906 em 2023 (+78 primeiras consultas realizadas por dia).

1 ^a Consultas Realizadas	2021	2022	2023	Δ % 22/21	Δ % 23/22
Primeiras Consultas Médicas	156 569	162 367	175 094	3,7%	7,8%
Primeiras Consultas via CTH	37 084	44 591	51 369	20,2%	15,2%
Total de Primeiras Consultas	193 653	206 958	226 463	6,9%	9,4%
% Primeiras consultas realizadas via CTH	19,1%	21,5%	22,7%	12,5%	5,3%
% 1 ^a Consultas realizadas (CTH) em Tempo adequado	71,4%	66,0%	54,5%	-7,5%	-17,4%
Tempo Médio de Resposta de 1 ^a consultas Realizadas (CTH) (dias)	96,21	98,73	129,50	2,6%	31,2%

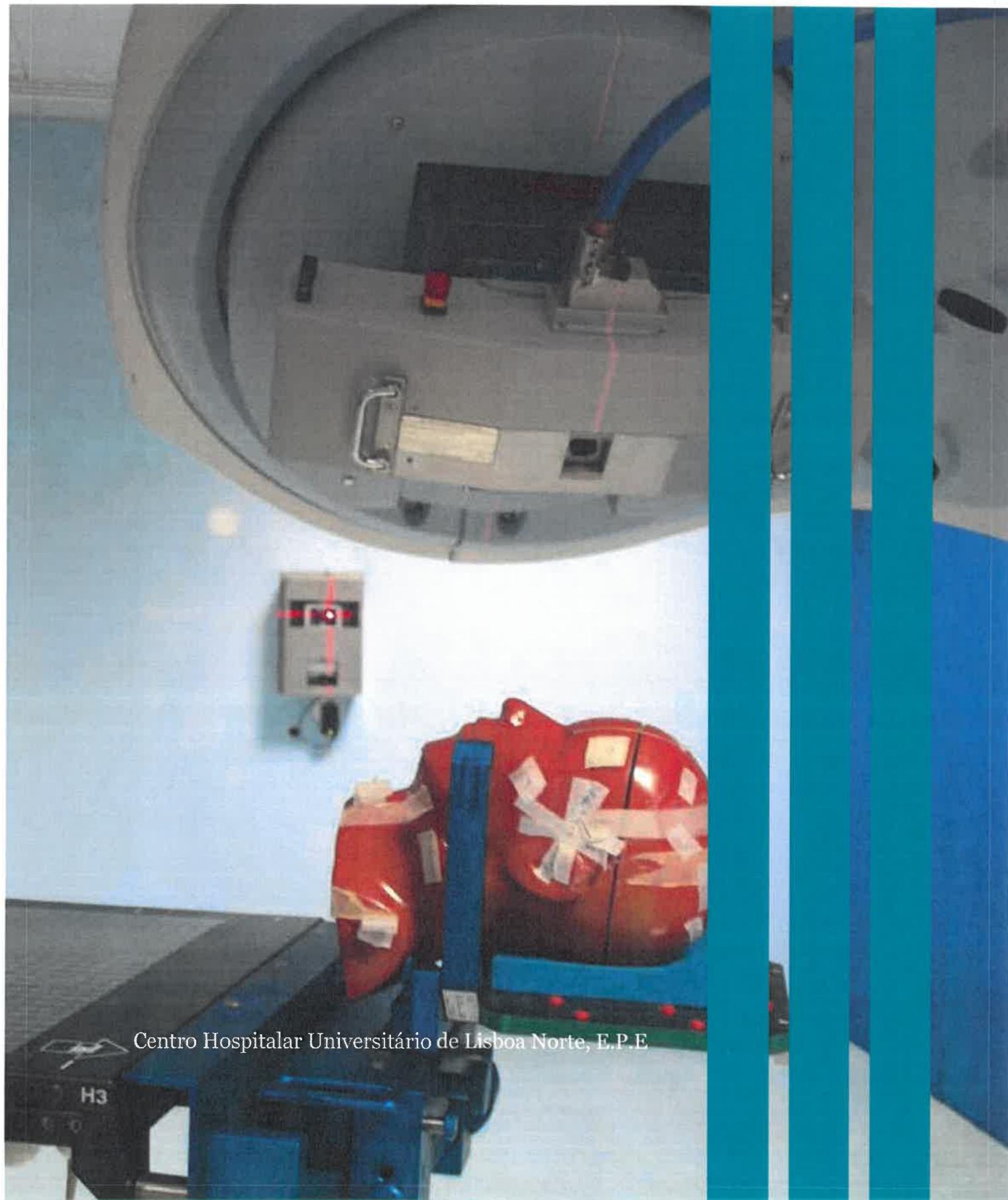
Apesar do aumento de +15,2% do número de primeiras consultas realizadas via CTH, face a 2022, o mesmo não é suficiente para responder ao relevante aumento da procura, resultando na deterioração dos indicadores relacionados com as primeiras consultas CTH. O tempo médio de resposta para 1.^a Consulta, passou dos 98,7 dias para 129,5 dias (+30,8 dias face ao mesmo período de 2022). A percentagem de 1.^a Consultas realizadas em tempo adequado foi de 54,5%, -17,4 p.p. face ao período homólogo de 2022.

Relativamente ao número de pedidos em lista de espera para consulta via CTH, observou-se uma ligeira diminuição quando comparado com o mesmo período de 2022. Do ponto de vista da procura, registou-se uma diminuição de -2,7% no número de novos pedidos recebidos (-2.095 novos pedidos). O tempo médio de espera para 1.^a consulta passou de 180,8 dias para 221,4 dias, registando uma deterioração de 22,4%.

Pedidos de 1 ^a consulta via CTH	2021	2022	2023	Δ % 22/21	Δ % 23/22
Número de pedidos em Espera	16 478	26 534	25 471	61,0%	-4,0%
Tempo Médio de avaliação do pedido - Triagem (dias)	6,08	13,30	21,06	118,7%	58,4%
Tempo Médio de Espera dos Pedidos para realização de 1 ^a Consulta (dias)	164,92	180,85	221,41	9,7%	22,4%

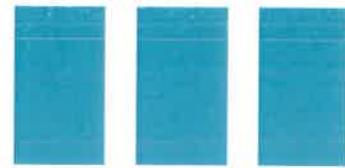
2023

Relatório e Contas



Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E

H3



3 Ensino e Formação

O Centro de Formação (CF) está integrado na estrutura de serviços de apoio geral do CHULN, tendo como **atribuições** promover o desenvolvimento e coordenação da formação de todos os colaboradores com vista à melhoria das competências profissionais traduzindo-se na melhoria da qualidade dos serviços a prestar ao utente. No **âmbito** da sua atuação do CF presta serviços de formação profissional e desenvolve a sua atividade em todas as fases do Ciclo Formativo: Diagnóstico de necessidades de formação, conceção, desenvolvimento e inovação de produtos de formação, planeamento e organização de ações de formação, execução de ações de formação, avaliação e /ou certificação de aprendizagens.

3.1 Certificação do Centro de Formação

O Centro de Formação (CF) do CHULN é acreditado pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS).

O Centro de Formação adotou o Sistema de Gestão da Formação Profissional e é certificado desde 25 de julho de 2016 pela Norma Portuguesa NP 4512:2012; O Sistema de Gestão da Formação profissional foi consolidado em 2019, com a renovação da Certificação pela APCER, cumprindo os requisitos da NP4512:2012. Com a anulação da norma NP4512:2012, o Centro de Formação adota a norma ISO 21001:2020 implementando o Sistema de Gestão para Organizações Educativas/Formativas (SGOE) numa abordagem por processos visando a melhoria continua e a qualidade dos serviços prestados.

3.2 Dados Gerais

Durante o ano de 2023, o Centro de Formação (CF) do CHULN concebeu, planeou, realizou e avaliou os seguintes tipos de produtos formativos, enquadrados em dois Projetos - Saúde 2023 e Transversal 2023:

- **Cursos / Ações de Formação** - atividade concreta de formação que visa atingir objetivos de formação previamente definidos;
- **Sessões Formativas / Conferências / Jornadas** - atividade concreta de formação, de curta duração, que visam a sensibilização e a informação de determinados temas.

Demonstram-se, seguidamente, os indicadores gerais de toda a atividade formativa desenvolvida em 2023, representados sucintamente nos quadros infra:

Atividade do CF 2023 – N.º Produtos Formativos

Cursos/Produtos	Nº de Cursos	Nº de Produtos Formativos	
		Desenvolvidos	Parciais
Totais	170	2	244

Especificando por tipos de produtos formativos, os números anteriormente apresentados, distribuíram-se da seguinte forma:

N.º Produtos Formativos, n.º Formandos Aprovados, N.º de Horas

Indicadores	Ações de Formação/Cursos	Sessões Formativas /Jornadas	Total
N.º Ações de Formação / Sessões Formativas Jornadas	138	106	244
N.º Formandos Aprovados	3 084	3 586	6 670
N.º Horas	1 834	257	2 091

Analizando os resultados acima apresentados, verificamos que o Centro de Formação realizou mais 32,6% de produtos formativos face a 2022.

Relativamente ao número de horas, verifica-se um crescimento de 31,9% face a 2022. A maior subida em termos percentuais regista-se no número de formandos com o aumento de 83,9%.

O elevado aumento do número de formandos reflete o aumento de realização de produtos de formação inseridos na categoria “Sessões Formativas”, como Encontros, Jornadas, Conferências, em que há uma elevada assistência.

No gráfico seguinte apresentam-se as ações de formação por tipo. Sendo o principal alvo a formação dirigida aos profissionais do CHULN, são as ações de formação internas que representam um maior n.º de realizações.



O quadro seguinte relaciona esta classificação com o n.º de ações, n.º de formandos e n.º de horas ministradas.

Sendo a Saúde o *core business* do CHULN e sendo a classe médica e a classe de enfermagem as classes predominantes nas ações de formação, não é surpreendente que o mesmo se reflita nos valores apurados na classificação 72-Saúde.

Relação entre áreas de formação, n.º de ações, n.º de formandos e n.º de horas ministradas

Área de Formação	N.º Ações	N.º Formandos	N.º horas
090 - Desenvolvimento Pessoal	3	99	21
09 - Desenvolvimento Pessoal	3	99	21
146 – Formação de Professores e Formadores de Áreas Tecnológicas	3	41	270
146 – Formação de Professores e Formadores	3	41	270
347-Enquadramento na organização/empresa	4	185	10,8
34 - Ciências Empresariais	4	185	10,8
380-Direito	2	113	3
38 - Direito	2	113	3
721 - Medicina	63	1 874	700
723 - Enfermagem	57	1 564	572
725 – Tecnologias de Diagnóstico Terapêutico	2	28	9
726 – Terapia e Reabilitação	12	682	46,5
729 - Saúde - programas não classificados noutra área de formação	51	1 189	345,5
72-Saúde	185	5 337	1 673
861 - Proteção de Pessoas e Bens	23	515	77

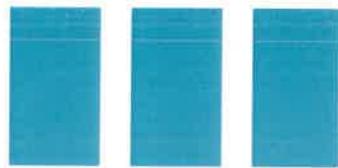
Área de Formação	N.º Ações	N.º Formandos	N.º horas
862 – Higiene e Segurança no Trabalho	24	380	36
86 - Serviços de Segurança	47	895	113
Total	244	6 670	2 090,8

Relatório e Contas

2023



Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E



4 Atividades de Apoio

4.1 Serviço Social e Gabinete do Cidadão

O Serviço Social e Gabinete de Utente (SSGC) do CHULN constitui uma unidade nuclear que integra os Serviços de Apoio Clínico e configura-se como elo de ligação e interlocutor privilegiado entre o utente, a família, a equipa terapêutica e a comunidade. Tendo como pilares fundamentais os princípios dos Direitos Humanos e da Justiça Social, procura a resolução de problemas concretos, a prevenção de disfunções e a promoção da mudança, numa perspetiva emancipatória de capacitação e *empowerment*. Contempla uma visão integral da realidade, através do estudo, diagnóstico e intervenção orientada para o utente, adequando as respostas existentes às necessidades numa perspetiva holística.

Os assistentes sociais do CHULN desenvolvem o seu trabalho nos Serviços de internamento, nas Consultas externas, nos Serviços de Urgência (Central, Pediatria Ginecologia-Obstetrícia), no Serviço de Saúde Ocupacional atuando num universo muito amplo e integrando as múltiplas dimensões que contemplam a relação entre a doença, o utente dos serviços de saúde e a sociedade.

Integrado no Serviço Social (SS) está o Gabinete do Cidadão definindo-se com um Serviço que consagra o direito de petição, por via do qual todos os cidadãos têm a faculdade de apresentar, junto de quaisquer autoridades, petições, reclamações ou queixas para defesa dos seus direitos. Assim, o Gabinete do Cidadão destina-se a receber as reclamações, sugestões e opiniões dos utentes do Serviço Nacional de Saúde, constituindo-se, simultaneamente, como um instrumento de gestão dos serviços e um meio de defesa dos utentes.

A atividade do SSGC desenvolve-se de forma transversal às duas unidades do CHULN - Hospital de Santa Maria e Hospital Pulido Valente.

4.1.1 Atividade do Serviço Social

A atividade assistencial do SS do CHULN, que abrange as grandes áreas funcionais de ação direta do Internamento, Ambulatório e Urgência, é seguidamente representada através de indicadores globais e setoriais.

1. Atividade Assistencial Global

A análise global da atividade do SS ao longo de 2023 demonstra um crescimento de 14%, conforme se documenta no quadro seguinte.

Atividade Assistencial Global

Departamentos	Nº Doentes Atendidos			Δ % 22/21	Δ % 23/22
	2021	2022	2023		
Cirurgia	695	690	1 007	-0,7	45,9
Coração e Vasos	1 133	1 351	1 483	19,2	9,8
Especialidades Cirúrgicas	1 611	2 174	2 608	34,9	20,0
Medicina	6 021	5 441	6 264	-9,6	15,1
MCDT'S	253	210	281	-17,0	33,8
Neurociências e Saúde Mental	2 544	2 612	3 361	2,7	28,7
Obstetrícia, Ginecologia e Medicina da Reprodução	548	866	543	58,0	-37,3
Oncologia	1 747	1 503	1 501	-14,0	-0,1
Pediatria	1 837	2 058	2 047	12,0	-0,5
Tórax	742	915	1 274	23,3	39,2
Urgência e Medicina Intensiva	1 338	1 945	2 161	45,4	11,1
Unidade de Hospitalização Domiciliária	85	66	58	-22,4	-12,1
Colaboradores CHULN	13	5	9	-61,5	80,0
TOTAL	18 567	19 836	22 597	6,8	13,9

Fonte: Glintt – HS - Gestão de Informação do Serviço Social – CHULN

2. Desempenho do Serviço Social no Planeamento da Alta Hospitalar

No âmbito do internamento hospitalar, um dos objetivos da intervenção do AS é coincidir a alta clínica com a alta social, pelo que o planeamento da alta hospitalar assume especial relevância e representa um momento crucial para o sucesso da continuação e tratamento da recuperação dos cidadãos. No entanto, por multifatores, nem sempre esse objetivo é concretizado. Apesar de ter sido assinada a alta clínica, o acompanhamento para a resolução da alta hospitalar é delegada no SS que, não tendo recursos de apoio próprios, constitui-se como um mediador intra e inter

institucional para resposta formal, de negociação e de orientação junto dos cuidadores/famílias/doentes.

Deste modo, importa caracterizar as situações que mais frequentemente condicionaram a alta hospitalar.

Em 2023 dos 10.423 episódios sociais ficaram protelados 300 doentes, com uma média de 33 dias de internamento inapropriado. Sublinha-se que destes 300 doentes, 118 foram, entretanto, integrados em cama de retaguarda.

Número de Situações Atendidas e Número de Situações de Protelamento

Departamentos	2022				2023			
	Doentes Atendidos	Doentes Protelados	% Protelados/Atendidos	Demora Média	Doentes Atendidos	Doentes Protelados	% Protelados/Atendidos	Demora Média
Cirurgia	395	5	1,3	16,2	447	15	3,4	22,3
Coração e Vasos	757	7	0,9	16,5	693	10	1,4	8,7
Especialidades Cirúrgicas	871	12	1,4	22,5	1 132	38	3,4	17
Medicina	2 953	105	3,6	24,2	3 537	162	4,6	39,8
Neurociências e Saúde Mental	479	13	2,7	49,2	557	26	4,7	61,4
Obstetrícia, Ginecologia e Medicina da Reprodução	616	2	0,3	14	331	7	2,1	13
Oncologia	101	1	1,0	14,3	103	1	1,0	21,6
Pediatria	1 045	9	0,9	6,7	914	9	1,0	14
Tórax	394	1	0,3	9	490	4	0,8	20,3
Unidade de Hospitalização Domiciliária	66	-	-	-	58	-	-	-
SUC	1 945	13	0,7	8,4	2 161	28	1,3	9,6
TOTAL	9 622	168	1,7	23,8	10 423	300	2,9	33

3. Doentes integrados em camas de retaguarda

Tendo em linha de conta o aumento exponencial da afluência de utentes ao nosso CHULN e, consequentemente, a necessidade de garantir o bom funcionamento dos Serviços e a capacidade de resposta instalada, foi instaurado o Plano de Contingência, que consistiu na contratualização de camas de retaguarda com IPSS e Instituições privadas.

Em 2023 foram contratualizadas 60 camas de janeiro a agosto, aumentando 3 camas a partir de julho de 2023, o que totaliza, até dezembro, 63 camas protocoladas.

Ao longo de 2023, estiveram integrados 352 doentes (tendo transitado 37 do ano anterior) em cama de retaguarda: 234 correspondem a doentes referenciados à RNCCI e 118 a doentes que aguardavam resposta social (processos de maior acompanhado, pedidos de participação económica para pagamento de lar privado e/ou cuidador privado, regresso ao país de origem, etc.)

O maior nº de doentes integrados em camas de retaguarda corresponde a doentes referenciados à RNCCI, sendo a tipologia de UMDR a que tem maior peso (70,5%).

O tempo médio resposta para admissão em unidades de tipologia de Média Duração e Reabilitação foi de 36 dias (dependendo dos prestadores escolhidos pelas famílias) e, mantém-se em constante rotatividade de doentes.

O tempo médio de resposta para admissão em unidades de tipologia de ULDM foi de 37,8 dias (também dependendo dos prestadores escolhidos).

Relativamente aos doentes que aguardam resposta social, consideramos ser uma realidade, cuja inexistência de uma política integrada de Saúde, de Segurança Social e de Justiça para responder às crescentes necessidades, não permite uma resposta célere e atempada às diferentes situações sociais-problema (crescente envelhecimento demográfico, idosos isolados e/ou sem suporte familiar, situações económicas precárias, estrangeiros sem documentação válida, prevalência de doenças crónicas incapacitantes...).

Acresce, ainda, a morosidade de resposta por parte da SCML, designadamente a pedidos de participação económica para integração em lar, que em 2023 teve um tempo médio de resposta de 81 dias, o que corresponde a um aumento de 29% face ao ano transato.

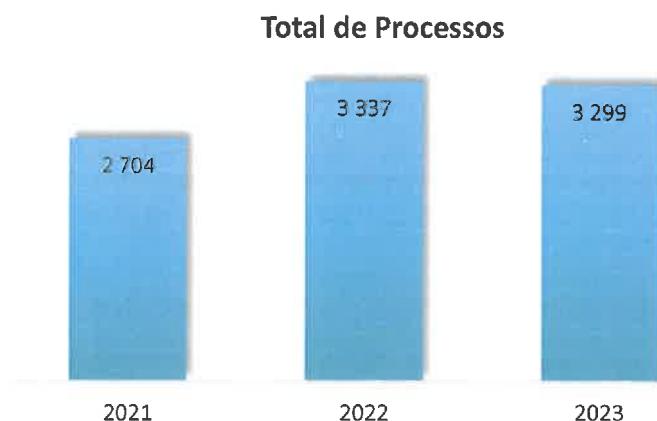
Relativamente às situações cuja entidade de âmbito social responsável é a Segurança Social, a resposta aos pedidos de integração em lar, teve uma média de 119,8 dias de espera.

4.1.2 Atividade do Gabinete do Cidadão

Este capítulo apresenta os indicadores mais relevantes do movimento global do Gabinete do Cidadão (GC) do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte (CHULN), designadamente, o tratamento de exposições nas suas diversas tipologias – reclamações, louvores, pedidos e sugestões – e os atendimentos personalizados efetuados pelos assistentes sociais no GC.

1. Total de Processos

No ano de 2023 registaram-se no GC, 3 299 processos, em todas as suas tipologias, o que corresponde a uma ligeira diminuição de 1,1% em relação a 2022.



Fonte: Base de Dados do GC – CHULN

2. Processos Por Tipo de Ocorrência

Da análise global dos processos, verificou-se um expressivo crescimento dos louvores (29,1%), pedidos (11,3%) e sugestões (90,9%) com exceção das reclamações (-10,8%).

Processos por Tipo de Ocorrência

Tipo de ocorrência	2021	2022	2023	Var % 23/22
Louvores	539	607	784	29,1
Pedidos	361	309	344	11,3
Reclamações	1 784	2 410	2 150	-10,8
Sugestões	20	11	21	90,9
TOTAL	2 704	3 337	3 299	1,1

Fonte: Base de Dados do Gabinete do Cidadão – CHULN

4.2 Serviço de Saúde Ocupacional

A missão do Serviço de Saúde Ocupacional (SSO) centra-se na proteção da saúde e segurança dos trabalhadores do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte (CHULN) no que respeita, essencialmente, à prevenção dos riscos de natureza profissional (“problemas de saúde” ligados ao trabalho) e ainda à promoção da sua saúde no local de trabalho. Como política de Saúde, Segurança e Higiene do Trabalho pretende-se contribuir para a manutenção da saúde e da capacidade de trabalho dos trabalhadores do CHULN, tendo em consideração o binómio trabalho/saúde.

Para tal, o SSO tem desenvolvido vários programas de gestão de riscos profissionais que visam a minimização dos riscos associados ao trabalho e ainda a promoção da saúde dos trabalhadores. Esses programas, incluem diversas ações que, globalmente, se enquadram em quatro grandes áreas de intervenção:

- A vigilância da saúde, orientada em função da exposição aos diferentes fatores de risco de natureza profissional e potenciais efeitos adversos na saúde, a avaliação da aptidão para o trabalho que visa a adaptação da atividade à situação concreta de saúde dos profissionais do CHULN e a promoção da sua saúde no local de trabalho;
- A vigilância do ambiente de trabalho, através de ações de identificação e quantificação dos fatores de risco nos locais de trabalho, hierarquização do risco para a segurança e saúde dos trabalhadores e proposta de medidas preventivas e corretivas que visem a minimização dos riscos;
- A formação e informação sobre a prevenção de riscos de natureza profissional e sobre a promoção da saúde no local de trabalho;
- A investigação em saúde ocupacional e a formação pré e pós-graduada em Medicina do Trabalho, Segurança e Higiene do Trabalho, Enfermagem do Trabalho e noutras áreas afins da Saúde Ocupacional.

Em 2023, ao contrário do que tinha acontecido em 2020, 2021 e 2022, as atividades relacionadas com a minimização do impacto da pandemia por SARS-CoV-2 (COVID-19) nos profissionais do CHULN foram residuais

O Serviço de Saúde Ocupacional do CHULN é considerado pelo Colégio da Ordem dos Médicos um Serviço idóneo com excelentes capacidades formativas, pelo que nos tem sido solicitado um

esforço acrescido para a formação do maior número possível de internos da formação específica.

O Serviço de Saúde Ocupacional é certificado pela NP EN ISO 9001:2015 para a prestação de serviços internos de saúde, segurança e higiene do trabalho desde 2016. Em 2023, o SSO manteve a certificação pelo sistema de gestão da qualidade da NP EN ISO 9001:2015.

Sintetizam-se os resultados da atividade desenvolvida em 2023 pelo Serviço de Saúde Ocupacional, por áreas predominantes de atividade:

- Relacionadas com a gestão da pandemia
- Saúde do Trabalho
- Segurança e Higiene do Trabalho
- Formação sobre prevenção de riscos profissionais e promoção da saúde
- Participações diversas do SSO
- Atividades de ensino e formação pré e pós-graduada em Saúde Ocupacional
- Atividades científicas e de investigação

Principais atividades do SSO relacionadas com a gestão da pandemia

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2023
Rastreio de contactos de profissionais no âmbito da pandemia	146
Nº de profissionais com COVID-19 acompanhados pelo SSO	130
Testes RT PCR SARS-CoV-2 realizados no SSO: requisição e colheita de amostra biológica	16
Vacinação com a dose de reforço sazonal da vacina contra a COVID-19 (de acordo com as orientações da DGS)	1.661 Profissionais (25,2%)
Colaboração na monitorização de resultados dos testes Ag SARS-CoV-2 de rastreio periódico ou em caso de surto	Efetuada 750 TrAg
Registos das diversas atividades relacionadas com a gestão da pandemia	Efetuado

Principais atividades do SSO relacionadas com a saúde do trabalho

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2023
Exames de admissão/Periódicos/Ocasionalis de Medicina do Trabalho (consultas de Medicina do Trabalho presenciais) a trabalhadores do CHULN com registo clínico na aplicação informática específica do SSO	7.760
Consultas de Medicina do Trabalho registadas administrativamente na Aplicação da Gestão Hospitalar (inclusas consultas presenciais e ainda consultas sem a presença do utente)	8.086
Contactos médicos diretos com chefias (ou outros) para readaptação profissional	147
Relatórios clínicos solicitados ao SSO e respondidos no prazo legalmente estabelecido	78
Entrevistas de enfermagem	2.844
N.º de indivíduos incluídos e acompanhados nos programas de promoção da saúde	63

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2023
Intervenções breves no âmbito da promoção da saúde e prevenção dos riscos profissionais	2.291
Atos de enfermagem (excluindo administração de vacinas)	2.430
Número de inoculações de vacinas a profissionais do CHULN (excluindo a vacina contra a COVID-19)	3.401
Percentagem de profissionais do CHULN vacinados contra a gripe na época gripal em curso	34,9% (2.300 vacinas)
N.º de profissionais com investigação e registo de imunidade contra a hepatite B	4.815 (73,0%)
N.º de profissionais com investigação e registo de imunidade para o sarampo	4.731 (71,7%)
N.º de profissionais com investigação e registo de imunidade para a parotidite	4.472 (67,8%)
N.º de profissionais com investigação e registo de imunidade para a rubéola	4.431 (67,2%)
N.º de profissionais com investigação e registo de imunidade para a varicela	4.246 (64,4%)
N.º de situações e de profissionais envolvidos com exposição não protegida de não protegida de PS ao <i>Mycobacterium tuberculosis</i>	3 Situações envolvendo 19 profissionais
N.º Profissionais que efetuaram IGRA para diagnóstico de tuberculose latente	360
Avaliação de situações e acompanhamento dos profissionais com exposição não protegida a ag. biológicos (excluindo SARS-CoV-2 e <i>Mycobacterium tuberculosis</i>)	4 Situações envolvendo 49 profissionais
Avaliação de situações e acompanhamento dos profissionais com exposição não protegida /accidental a agentes de outras naturezas (química, física)	2 Situações envolvendo 51 profissionais
Percentagem de AT com risco biológico com acompanhamento clínico e concluídos até um ano	100%
Acompanhamento de profissionais no âmbito da violência contra profissionais no local de trabalho (notificações recebidas no SSO)	39

Principais atividades do SSO relacionadas com a segurança e higiene do trabalho

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2023
Análise e caracterização de postos de trabalho, incluindo postos de trabalho das DP notificadas	43 postos de trabalho individuais caracterizados
Visitas aos Serviços/Setores com atualização das matrizes de avaliação de riscos (MAR), caracterização quantitativa/qualitativa dos fatores de risco e com pareceres técnicos	44 visitas, com elaboração de matrizes de avaliação de risco em 43 e pareceres técnicos em 41
Elaboração dos pareceres técnicos relativos às Oficinas (visitas realizadas no final de 2022)	11 pareceres técnicos
Visitas aos locais de trabalho por solicitações específicas dos trabalhadores / Serviços ao SSO	13 visitas e 11 pareceres técnicos
Visitas aos locais de trabalho e elaboração de pareceres técnicos no contexto de Acidentes de Trabalho	131 Visitas no âmbito de avaliação de causas de acidentes de trabalho e 48 pareceres técnicos
Medidas preventivas e corretivas propostas ou monitorizadas	1.177
Entrevista ao acidentado para caracterização do acidente efetuadas pelo Técnico SHT	95% dos acidentes de trabalho
Relatório analítico dos AT notificados no ano anterior	Efetuado
Ligação com as chefias dos serviços (mail) com informação sobre o tipo e número de AT ocorridos no ano anterior	Efetuado e-mail informativo para serviços com 5 ou mais acidentes
Avaliações quantitativas/medições de fatores de risco nos locais de trabalho efetuadas pelo SSO com os respetivos pareceres técnicos	22 medições do formaldeído 9 avaliações do ruído

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2023
Avaliação qualitativa dos químicos com características cancerígenas, mutagénicas ou tóxicas para a reprodução e procedimentos associados (registos e pareceres técnicos para minimização do risco)	2 avaliações de radiação ionizante Acompanhada a avaliação do chumbo na sala de moldes
Monitorização da exposição a gases anestésicos de acordo com o programa específico	Avaliações qualitativas efetuadas em 2 laboratórios do CHULN
Monitorização, registo e gestão das dosimetrias individuais de acordo com as ações definidas no programa de proteção radiológica para profissionais	Monitorização da exposição profissional a gases anestésicos em 18 locais de trabalho, com elaboração de 26 relatórios técnicos Monitorização da dose de radiação ionizante (dose efetiva) recebidas por 772 profissionais e da dose equivalente nas mãos de 6 profissionais

Principais atividades do SSO relacionadas com a formação e informação em prevenção de riscos profissionais

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2023
Ações de formação dirigidas aos profissionais do CHULN	34
Ações de formação dirigidas aos profissionais do SSO	24
Normas / recomendações em Saúde Ocupacional	3 Normas

Outras atividades relacionadas com colaborações e participações do SSO

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2023
Processo de Gestão da Qualidade (PGQ) do SSO	Certificação mantida
Colaboração com os Serviços do CHULN no âmbito de PGQ / Centros de Referência	Apoio efetuado no âmbito dos aspetos relacionados com a Saúde e Segurança dos profissionais <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Controlo da Legionella • Comissão de Proteção Radiológica • Grupo de Trabalho da Vacinação • Grupo Operativo Institucional para a prevenção da violência contra profissionais de saúde
Participação em Comissões e Grupos de Trabalho do CHULN	Autoridade para as Condições de Trabalho: Relatório atividades SSHT 2023;
Requisitos/formalidades legais ou normativas e respostas a Entidades Inspetivas	Gabinete de Segurança do Ministério da Saúde: Inquérito sobre implementação do PAPVSS no CHULN <ul style="list-style-type: none"> • ARSLVT: Programa de Vacinação • SPMT: Integração da Assembleia -Geral e Comissão de Trabalho • DGS: Programa Nacional de Saúde Ocupacional; • Ponto Focal Institucional do PAPVSS • Ordem dos Médicos: Colégio da Especialidade Medicina do Trabalho
Colaboração com Entidades externas	

Atividades de ensino e formação pré e pós-graduada em Saúde Ocupacional

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2023
Formação pré-graduada	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação de um estágio de técnico de Segurança e Higiene do Trabalho • Regência e docência: disciplina opcional de Saúde Ocupacional para alunos da FMUL • Participação na docência: Disciplina “Qualidade e Segurança em saúde”, para alunos da FMUL • Estágios de Medicina do Trabalho de sete médicos internos da formação específica • Estágio de Medicina do Trabalho de um Interno da Formação Geral
Formação pós-graduada	<ul style="list-style-type: none"> • Um estágio de Enfermagem • Participação na docência do Curso de Medicina do Trabalho e Mestrado em Saúde Pública ENSP/UNL • Estágio no âmbito do Mestrado em Saúde Ocupacional-ENSP/UNL • Orientação de Mestrados e Doutoramentos na área da Saúde Ocupacional • Concurso de Avaliação final do Internato de Medicina do Trabalho - Época especial • Concurso de Especialistas de Medicina do Trabalho • Concurso para grau de consultor em de Medicina do Trabalho • Concurso Assistente Graduado Sénior de Medicina do Trabalho do CHUC
Concursos de Medicina do Trabalho: Júris	

Atividades científicas e de investigação

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2023
Atividade científica: Conferências em Reuniões Científicas Nacionais e Internacionais	2 conferências efetuadas
Atividade científica: apresentação de trabalhos originais	17 trabalhos originais apresentados em reuniões científicas
Atividade científica: publicações de artigos (livros, revistas científicas, <i>proceedings</i>)	6 publicações
Atividade científica: participação em projetos de investigação	6 participações
Prémios científicos	2 prémios: Melhor Comunicação Oral e 3º melhor póster do 17º Fórum Nacional de Medicina do Trabalho
Comissões Científicas de Congressos	Membros da Comissão Científica de um Congresso Nacional e um Internacional

4.3 Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica

Os Serviços Farmacêuticos são certificados pela Norma NP EN ISO 9001:2015, sendo sua missão o apoio na prestação dos melhores cuidados de saúde, com elevados níveis de competência, excelência e rigor, participando ativamente na formação pré e pós-graduada e na investigação, respeitando sempre o princípio da humanização e promovendo o orgulho e sentimento de pertença de todos os profissionais.

O Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica (SGTF) do CHULN desempenha todas as funções básicas da Farmácia Hospitalar e ainda várias atividades diferenciadas, cuja importância e imprescindibilidade se evidencia tendo em consideração a rápida evolução no campo farmacoterapêutico e a complexidade de problemas (efeitos adversos, interações medicamentosas) colocados por muitas das novas abordagens terapêuticas.

Compete-lhe, portanto, atuar como estrutura de suporte da atividade assistencial, adicionando mais-valias ao processo, tanto de forma direta como indireta e sendo corresponsável com os resultados obtidos na saúde dos utentes e na sustentabilidade do modelo assistencial.

Monitorização da Terapêutica Farmacológica

A distribuição do consumo de medicamentos pelos principais setores assistenciais preços brutos (sem descontos financeiros) foi a seguinte:

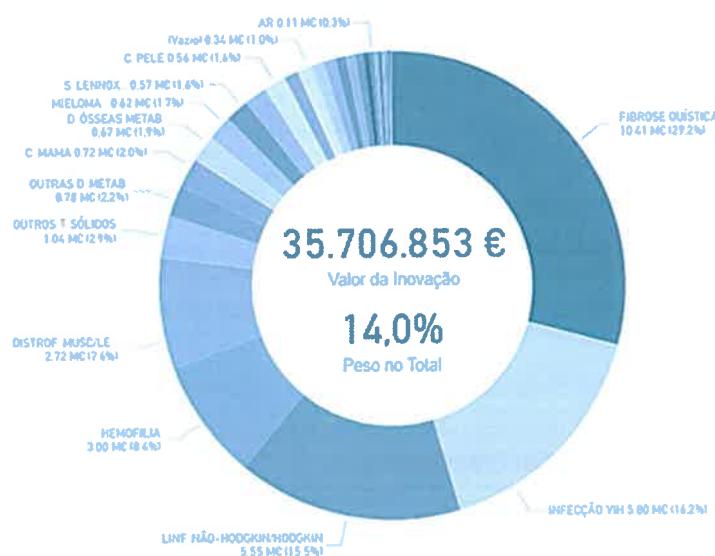
Consumos

Indicadores	2022	2023	Variação
Total Consumo Medicamentos	231.347.520 €	254.979.452 €	10,21%
Hospital de Dia	128.866.958 €	145.701.006 €	13,06%
Consulta Externa	63.465.636 €	69.626.180 €	9,71%
Consumo Farmácia de Ambulatório (€)	115.432.575 €	124.775.867 €	8,09%
Consumo Farmácia de Ambulatório (Nºdtes)	20.020	21.069	5,24%
Programa de Cedência De Proximidade - PAM-H (Nºdtes)	3.872	3440	-11,16%
Doentes de Centros de Prescrição Privada (€)	9.723.920 €	9.686.843 €	-0,38%
Doentes de Centros de Prescrição Privada (Nºdtes)	1.422	1.414	-0,56%
Internamento	20.234.844 €	20.096.440 €	-0,68%

Medicamentos Inovadores

O consumo acumulado até dezembro em medicamentos inovadores por grupo terapêutico (consideram-se medicamentos inovadores as DCI surgidas no presente ano ou nos dois anteriores), representam já 14,0% do consumo total, sendo a fibrose quística a que tem maior fatia (29,2%), seguindo-se a infecção VIH (16,2%) e o Linfoma Não Hodgkin/Hodgkin (15,5%), num total de encargos de 35,7 MEUR.

Consumo em Medicamentos Inovadores por Grupo Terapêutico



Medidas de redução do custo com medicamentos

Medidas

Medidas	2022	2023	Δ % 23/22
Poupança Anual em Biossimilares	2.113.717 €	8.467.037 €	300,58%
Outras Medidas de Redução de Despesa com Medicamentos (REM, Novos Genéricos, Outras)	6.730.164 €	2.055.455 €	-69,46%
Total	8.843.881 €	10.522.492 €	18,98%

REM – Acesso à Reserva Estratégica Medicamentos; Outras – Substituição por medicamento igual, mas de outra dosagem; Genéricos – Introdução de medicamentos genéricos, nomeadamente na área da oncologia

Medicamentos sem financiamento direto (em valor)

Pese embora a evolução do sistema de financiamento, nomeadamente em 2022 em que várias patologias do foro da Reumatologia passaram a poder ser faturadas e financiadas, ainda há um conjunto de patologias que não são financiadas (v.g. hemofilia) ou o financiamento previsto é muito insuficiente em relação ao real custo das terapêuticas (v.g. patologias hemat-oncológicas). A despesa em 2023 com medicamentos utilizados em patologias não financiadas ou insuficientemente financiadas totalizou 108.339.980 euros, como se pode verificar no quadro seguinte, agravando de forma significativa a situação económico-financeira e afetando a sustentabilidade do CHULN.

Patologias	Valor estimado não financiado
Infeção VIH/Sida	111.921,35 €
Paramiloidose	11.672.749,22 €
Patologia Oncológica	44.780.429,48 €
Esclerose Lateral Amiotrófica	291.856,16 €
Síndrome de Lennox-Gastaut	262.366,03 €
Morquio Syndrome (MPS Tipo IV)	783.236,83 €
Deficiência em lipase ácida lisossomal	850.571,84 €
Doença oftálmica (apenas patologias neorovasculares)	9.019,43 €
Hemofilia - Doentes tratados com fator VIII (hemoderivados)	401.538,83 €
Hemofilia - Doentes tratados com fator VIII (recombinante)	5.690.516,50 €
Hemofilia - Outros	7.749.486,27 €
Tuberculose e Lepra	19.153,16 €
Outras Patologias	35.717.134,72 €
Total Cedência sem financiamento	108.339.979,84 €

Implementação de processos automatizados no Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica

O CHULN é uma instituição de referência a nível nacional e internacional, pelo que foi considerado importante um reforço da implementação de processos automatizados na distribuição e preparação de medicamentos, acompanhando a "revolução" da Farmácia 4.0, que utiliza sistemas automatizados ao longo da cadeia de valor da farmácia.

A implementação de novos processos automatizados no Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica permitirá reduzir o tempo despendido pelas equipas farmacêutica e de enfermagem com os processos de preparação, distribuição e gestão da medicação, bem como

manipulação de injetáveis, resultando em melhorias significativas da segurança e da qualidade do serviço prestado aos doentes.

Na sequência da aquisição no final de 2022 de um sistema robotizado para preparação centralizada de medicamentos injetáveis decorreu, durante o ano de 2023, o processo de instalação e testes deste sistema, que tem como objetivos:

- a) Diminuição do tempo de espera e aumento da capacidade de produção;
- b) Diminuição dos recursos humanos envolvidos na preparação de medicamentos injetáveis;
- c) Reaproveitamento das ampolas utilizadas, evitando o desperdício;
- d) Possibilidade de funcionamento durante 24 horas por dia;
- e) Total informatização e rastreabilidade do circuito implementado;
- f) Redução do potencial de erro humano.

Foi iniciado o processo de expansão do sistema de transporte automatizado de medicamentos através de tubos pneumáticos, que visa permitir:

- a) Redução dos tempos de espera de chegada da medicação aos serviços;
- b) Diminuição dos recursos humanos envolvidos, libertando os assistentes operacionais para outras tarefas;
- c) Otimização do trabalho das equipas de enfermagem.

Foi, ainda, instalado um dispensador automático de medicamentos a doentes em seguimento na farmácia de ambulatório, com o objetivo de:

- a) Permitir a dispensa de medicamentos, a doentes selecionados, durante 24h por dia;
- b) Melhorar a acessibilidade ao medicamento (compatibilizar a dispensa de medicamentos com os horários dos doentes);
- c) Diminuir o tempo de espera para o atendimento farmacêutico, com diminuição do número de doentes presenciais.

4.4 Instalações e Equipamentos

O Serviço de Instalações e Equipamentos exerce a sua atividade no âmbito da engenharia clínica e hospitalar, desenvolvendo ações de manutenção das instalações e equipamentos hospitalares, a segurança das instalações e equipamentos, a exploração das redes e centrais técnicas, bem como a conceção de projeto de remodelações e beneficiações.

O CHULN continuou a implementação da área dos equipamentos médicos dos seguintes projetos que vieram contribuir para a sustentabilidade da Instituição:

- (i) Iniciámos o procedimento para a substituição de um Acelerador Linear para o Serviço de Radioterapia.
Este investimento visa manter a capacidade de resposta do CHULN, que garante o ciclo completo de tratamento dos doentes oncológicos;
- (ii) Iniciámos o procedimento para o fornecimento e instalação de robot cirúrgico permitindo procedimentos minimamente invasivos, com maior precisão, menor tempo de recuperação e riscos reduzidos para os pacientes;
- (iii) Iniciámos a obra de remodelação da Unidade de Transplante de Medula Óssea irá permitir aumentar a dotação a nível do internamento do Serviço de Hematologia e Transplantação de Medula, Aumentar a capacidade de resposta na área de transplantação e potenciar uma gestão mais eficiente e flexível dos recursos disponíveis;
- (iv) Iniciámos o projeto para a remodelação da Consulta de Psiquiatria e Neurologia irá criar uma melhor prestação de cuidados de qualidade quer aos doentes de Neurologia quer aos doentes de psiquiatria, através da reabilitação do espaço;
- (v) Iniciámos a requalificação do Bloco de Partos / Urgência de Obstetrícia e Ginecologia que irá permitir oferecer melhores condições de privacidade, conforto e sua modernização.

Em 2023, foi terminado o projeto que irá contribuir para a sustentabilidade da Instituição e transformar o HSM num hospital mais amigo do ambiente: Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, que compreende projetos inovadores para a recuperação e alteração da tipologia técnica de equipamentos, visando a Redução Sustentável dos Consumos de Energia. Estes projetos têm financiamento assegurado, dado que estão integrados na candidatura ao POSEUR, que já foi aprovada e de onde se destaca:

- (a) Construção de Central térmica, Solar Térmico e Gestão técnica centralizada que consiste na construção de sistemas de produção de energia térmica para a climatização e água quente sanitária, de modo a garantir um funcionamento energeticamente eficiente das instalações, assegurar uma eficaz manutenção e a ininterruptibilidade de fornecimento.

- (b) Produção de água para climatização e água quente sanitária que será feita na Central térmica, edifício em construção no exterior do edifício do hospital, e através do funcionamento de 4 chillers, 3 caldeiras a gás e 91 painéis solares na cobertura da central. Estes fluidos serão distribuídos pelo hospital através de um anel de distribuição, situado no piso -2 do hospital, e várias prumadas a construir nos ductos verticais que serviam os antigos monta- alimentos e monta-sujos.
- (c) Unidade Produção para Autoconsumo (UPAC) terminámos a instalação da UPAC com uma potência instalada de 2,3MWp construída em sistema carport, com a capacidade de produzir energia e ao mesmo tempo é capaz de fazer sombra para o estacionamento existente.

4.5 Serviço de Logística e Stocks

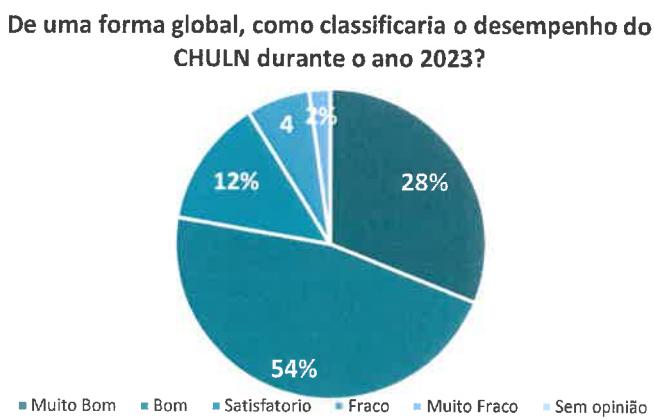
A performance do Serviço de Logística e Stocks (SLS) foi em diferentes aspetos e áreas da nossa atividade no ano de 2023, um ano de muita atividade, e também de muitos desafios: elevada rotação da equipa, a mudança de prestador de serviços, e a preparação do ano de 2024, com a criação a janeiro de 2024 da nova ULSSM.

Aliado a estes fatores, um aumento de atividade colossal e um número de roturas de material a um extremo bastante significativo. O rigor e o contacto diário com essa realidade de desafios e dificuldades, faz-nos a todos ter que continuar a trilhar o caminho da racionalização de custos, tentado dar o nosso contributo para o contínuo esforço em prosseguir a notável recuperação económica que tem evidenciado nos últimos anos.

Ao SLS compete manter e procurar novas soluções que permitam alcançar o nosso desígnio: continuar a reduzir ainda mais os custos, através de uma maior eficiência operacional, e concomitantemente, prosseguir a elevação do nível de Serviço com a nova ULSSM em 2024.

4.5.1 Inquérito de Satisfação 2023

O inquérito de satisfação anual do SLS é uma ferramenta essencial para a recolha e análise da informação sendo os resultados de 2023 os seguintes:



Os dados acima apresentados refletem a valorização prestada pelos Clientes Internos relativamente ao desempenho do SLS durante o ano de 2023 e onde a larga maioria dos inquiridos (82%) considerou que a prestação se situou entre os níveis de Bom ou Muito Bom.

Adicionalmente, 35% dos inquiridos consideraram que o SLS subiu a sua prestação de Serviço face ao ano anterior, fator que deve reforçar a prestação do serviço.

4.5.2 Sistema de Gestão da Qualidade

O Sistema de Gestão da Qualidade do SLS atravessa neste momento o seu 13º ano de existência. Esta nova fase do SGQ é também marcada por uma maior integração com as restantes áreas do Serviço, de forma a potenciar sinergias e permitir uma abordagem mais holística aos desafios que se nos deparam. A Qualidade deixa de ser vista como uma área isolada e passa a ser encarada como um pilar transversal a toda a operação, contribuindo de forma proativa para a melhoria contínua e para a excelência do serviço prestado.

Para além disso, o SGQ continuará a ser um instrumento de medição e monitorização do desempenho do Serviço, permitindo uma análise objetiva dos resultados alcançados e identificando oportunidades de melhoria. Através da avaliação regular dos indicadores de desempenho, será possível antecipar potenciais problemas e implementar ações corretivas de forma preventiva.

O SGQ do SLS está sólido e em constante evolução, adaptando-se às necessidades do Serviço e de todo o CHULN, impulsionando a sua excelência operacional. A Qualidade continuará a ser um pilar fundamental no nosso dia-a-dia, promovendo uma cultura de melhoria contínua e garantindo a satisfação de todas as partes interessadas. Estamos confiantes de que o SGQ continuará a desempenhar um papel crucial no sucesso do serviço e na garantia da qualidade dos serviços prestados.

4.6 Unidade Gestão Hoteleira

A Unidade de Gestão Hoteleira (UGH) empenhou-se ativamente em cumprir a missão que lhe está incumbida, debruçando-se em proporcionar aos Utentes do CHULN a melhor conjuntura hoteleira, numa preocupação constante pela rentabilização dos recursos disponíveis em regime de *outsourcing*, e assegurando o decorrer normal das prestações de serviços contratualizadas pelo CHULN durante o ano 2023, através do planeamento, organização, direção e controlo das atividades nas seguintes áreas hoteleiras:

- Prestação de serviços de alimentação a doentes e colaboradores;
- Prestação de lavagem e tratamento de roupa hospitalar;
- Prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos hospitalares;
- Prestação de serviços de higiene e limpeza;
- Prestação de serviços manutenção de zonas verdes;
- Prestação de serviços de desinfestação;
- Prestação de serviços de distribuição de ceias aos colaboradores.

Em 2023, também competiu à UGH assegurar o planeamento, organização e controlo das seguintes atividades de apoio às áreas hoteleiras:

- Gestão do Alojamento Médico;
- Gestão das Rouparias;
- Gestão do Setor Costura, Setor das Trouxas Cirúrgicas (dobragem) e do Setor da Roupa Especial;
- Gestão de aquisição e distribuição de fardamento a Colaboradores do CHULN.

Em 2023, fez parte da missão da UGH desenvolver esforços na manutenção do projeto de “bidescontaminação” de restruturação e resposta à pandemia junto dos serviços clínicos e não clínicos que visou maximizar não só a segurança dos colaboradores em ambas as unidades hospitalares do HSM e do HPV, como também proporcionar aos mesmos as condições adequadas para o desenvolvimento da atividade clínica e não clínica nos Serviços do CHULN.

4.6.1 Indicadores de Produção

Apresentam-se infra os indicadores de produção tendo por base as quantidades reais apuradas nas diversas áreas hoteleiras e a respetiva lotação praticada no CHULN em 2023:

Área hoteleira	Indicadores	2023	
		Ano	1 932 781
Prestação de serviços de alimentação a doentes e colaboradores	Nº de refeições servidas a doentes do CHULN	Mês	161 065
		Dia	5 295
		Cama	2 028
		Ano	471 380
Prestação de serviços de higiene e limpeza e desinfeção	Nº de horas de limpeza executadas no CHULN	Mês	39 282
		Dia	1 291
		Cama	495
		Ano	1 471 800
Prestação de lavagem e tratamento de roupa hospitalar	Kgs de Roupa limpa distribuída aos serviços do CHULN	Mês	122 650
		Dia	4 032
		Cama	1 544
		Ano	2 711 016
Prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos hospitalares	Kg de Resíduos produzidos pelos serviços do CHULN	Mês	225 918
		Dia	7 427
		Cama	2 845
Prestação de serviços manutenção de zonas verdes	Nº de horas de jardinagem executadas no CHULN	Ano	14 776
		Mês	1 231
		Dia	40
Prestação de serviços de desinfestação	Nº de intervenções executadas no CHULN	Ano	24 insp.
			12 prog.
Prestação de serviços de fornecimento, abastecimento e distribuição de ceias aos colaboradores	Nº de ceias fornecidas a colaboradores do CHULN em regime noturno	Ano	189 629
		Mês	15 802
		Dia	520

4.6.2 Projetos

“Biodescontaminação de Ar e Superfícies”

No sentido de prevenir, conter, mitigar as infeções hospitalares, a UGH desenvolveu esforços no ano 2023, para assegurar a execução do projeto “Biodescontaminação de ar e superfícies” no CHULN, iniciado em 2020.

No ano 2023, o modelo de biodescontaminação adotado foi um modelo assente em ações de bioescontaminação de caráter curativo, a determinar diariamente pelo Grupo de Coordenação Local do Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos (GCLPPCIRA), com execução pela equipa interna da UGH por recurso a aquisição de consumíveis (agente desinfetante H₂O₂) e demais bens necessários (indicadores químicos) à biodescontaminação de ar/superfícies, com disponibilização de dois equipamentos (em regime de contra-consumo), portáteis e facilmente transportáveis para desinfeção de ar e superfícies por nebulização seca e adequado à utilização de uma concentração baixa de Peróxido de Hidrogénio (H₂O₂) e Iões de Prata (Ag).

Durante o ano de 2023 foram realizadas um total de 107 ações de biodescontaminação no CHULN, todas na unidade hospital de Santa Maria.

Nº de pedidos de biodescontaminação Executados em 2023

Meses	HSM	HPV	CHULN
Janeiro	6		6
Fevereiro	6		6
Março	13		13
Abril	8		8
Maio	4		4
Junho	5		5
Julho	8		8
Agosto	10		10
Setembro	17		17
Outubro	11		11
Novembro	15		15
Dezembro	4		4
TOTAL	107	0	107

A biodescontaminação configurou-se assim como uma solução de extrema importância para a garantia da segurança Profissionais e Utentes do CHULN no ano 2023, solução essa que foi previamente estudada e validada pelo GCLPPCIRA do CHULN, no que diz respeito à sua utilidade enquanto tecnologia de desinfeção ambiental por métodos “non touch” (biodescontaminação), e enquanto complemento importante às descontaminações terminais asseguradas pela brigada de limpeza, as quais se recomenda (em conformidade com documentação científica) serem seguidas de uma nebulização/dispersão de peróxido de hidrogénio no ar e superfícies.

Efetivamente, a eficácia dos métodos de descontaminação manuais executados pelas brigadas de limpeza não podem por si só ser considerados 100% seguros, pois assenta sobretudo no fator humano com eventual possibilidade de erro humano no decorrer da execução das desinfeções dando origem a possíveis surtos entre Utentes e Colaboradores de diferentes categorias profissionais que laboram nos Serviços (Médicos, Enfermeiros, Assistentes Operacionais, etc.).

4.7. Serviço de Sistemas de Informação

O Serviço de Sistemas de Informação (SSI), no âmbito das competências e funções que lhe estão atribuídas, desenvolveu durante o ano de 2023 diversas iniciativas destinadas a melhorar todos os aspetos relacionados com a atividade assegurada por este Serviço.

Assim, nas linhas seguintes, serão elencadas as principais medidas implementadas, ao nível da gestão e organização do Serviço, da articulação deste com a instituição CHULN e das tarefas e projetos mais relevantes, entretanto desenvolvidos ou em curso.

Pretende-se, com a concretização destas medidas, atingir os seguintes objetivos macro:

- Definir o modelo de Governação mais adequado e que permita adotar/promover no SSI as melhores práticas;
- Melhorar os níveis de satisfação e de motivação dos utilizadores de SI do CHULN;
- Otimizar operações e rentabilizar investimentos;
- Promover a inovação e o desenvolvimento contínuo, como fatores críticos de sucesso.

Neste contexto, identificam-se como mais relevantes as medidas descritas de seguida:

Ao nível do modelo de Governação e da utilização no SSI das melhores práticas de gestão e operação, de acordo com as necessidades identificadas e visando, não só, a melhoria do funcionamento do SSI e das infraestruturas a seu cargo, mas também, o máximo aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, foram desenvolvidas as seguintes medidas:

1 Reorganização das áreas de atuação do SSI, através da criação de Unidades Funcionais (UF), visando desta forma proporcionar uma organização do trabalho mais transparente e uma melhor articulação entre as diferentes equipas.

A cada uma das 5 UF criadas, a saber: UF Direção e Gestão Técnica/Administrativa, UF Apoio e Suporte (Helpdesk), UF Infraestruturas e Equipamentos, UF Sistemas e Soluções

Aplicacionais e UF Interoperabilidade, desenvolvimento e *Reporting*; estão atribuídas funções e competências que visam otimizar o funcionamento do SSI, nas suas diferentes vertentes.

- 2 Adequação do funcionamento do SSI, através da implementação de alterações aos modelos de atendimento, em particular do telefónico.

Com estas alterações, que consistiram em criar na UF Apoio e Suporte processos de atendimento distintos (Linha 0: Atendimento de chamada/criação/categorização de Ticket e Linha 1: avaliação/triagem/resolução ou encaminhamento para apoio especializado), permitiram agilizar não só o atendimento de chamadas, garantindo que a maior parte destas são atendidas, mas também o tempo de resolução/resposta a tickets.

De referir que esta UF, ao participar em todos processos de atendimento/resolução de incidentes, representa uma peça fulcral no bom funcionamento de todo o SSI, sendo também esta UF responsável por alguns projetos em curso, nomeadamente a migração dos dois sistemas de gestão de filas de espera atualmente em uso.

Após concluída esta migração, o CHULN passará a contar com um único sistema de gestão de filas de espera, abrangente, transversal e integrado com as demais soluções aplicacionais em uso nas áreas administrativas e clínicas.

- 3 No que diz respeito ao aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, foram desenvolvidas diversas ações, junto das entidades gestoras de fundos europeus, que permitiram reestruturar/reprogramar financiamentos disponibilizados em algumas candidaturas que, apesar de aceites, não foram ao longo do tempo sendo executadas.

Estes financiamentos, com um montante elegível superior a 3 M€, identificados na tabela seguinte, serão utilizados para garantir a implementação de projetos elencados nos pontos seguintes deste relatório.

Designação	Investimento total	Montante elegível
Integração de cuidados em pessoa com multipatologia do CHULN e ACES	557 750,00€	373 692,50€
Citizen Care: implementação de um novo modelo de atendimento e prestação de cuidados de saúde ao cidadão	999 997, 90€	999 997,90€
Connecting Patient Anywhere	2 443 798,41€	1 637 344,93€
TOTAL	4 001 546,31€	3 011 035,33€

- 4 Ainda no que diz respeito à boa gestão dos recursos financeiros disponíveis, procurou-se renegociar os contratos de manutenção e suporte de maior valor.
- 5 Assinala-se ainda, como medida estruturante, essencial para a boa governação dos sistemas de informação do CHULN, o desenvolvimento de processo de inventariação de todo o parque informático da instituição, concluído em 2023.

Ao nível do desenvolvimento dos projetos e tarefas atribuídos a cada uma das UF referidas no ponto anterior, e de acordo com as atribuições e competências técnicas de cada uma delas, elencam-se de seguida os principais:

- 1 Pela UF Infraestruturas e Equipamentos foram desenvolvidos diversos projetos, de entre os quais se destacam o reforço dos meios disponibilizados nas infraestruturas de base: Rede local, servidores e armazenamento (*Storage*), tendo destes resultado: a adição novos pontos de acesso Wi-Fi, reforçando assim a cobertura Wireless disponibilizada; a adição de novos *switch*, que permitiu a criação de condições para a instalação de postos de trabalho adicionais; a adição de 1 segundo nó no core da rede local, garantindo assim a desejável redundância deste importante componente; a adição de nova *enclosure* de servidores e a renovação de servidores mais antigos; a adição de novos sistemas de armazenamento (*storage*), preparados para um aumento significativo da capacidade instalada desta componente; desenvolvidos projetos que resultaram no upgrade, ou na substituição por novos, de cerca de 300 postos de trabalho.
 - 2 Sendo competência desta UF garantir a segurança informática das infraestruturas e sistemas em uso, foram desenvolvidos diversos projetos na área da Cibersegurança, tendo destes resultado:
 - a) A aplicação de restrições ao uso em postos de trabalho do CHULN, de diverso software não relevante para as funções Core a assegurar pelos profissionais do CHULN;
 - b) A reorganização dos métodos e das políticas de concessão de acesso a partir de postos localizados no exterior do CHULN
 - c) A implementação de novas soluções de segurança de perímetro e de arquivo/backup seguro.
- De entre os projetos e tarefas atualmente em curso, desenvolvidos ou acompanhados por esta UF, salientam-se:
- d) A substituição integral das Centrais Telefónicas (HSM e HPV);

- e) A substituição da totalidade de servidores/postos de trabalho com sistemas operativos descontinuados;
 - f) A preparação das infraestruturas, para o desenvolvimento de projetos relacionados com novas abordagens ao ambiente de trabalho disponibilizado a cada um dos utilizadores (VDI)
 - g) A contínua adequação das infraestruturas e sistemas às necessidades ditadas pela Cibersegurança.
- 3 No que diz respeito aos aspetos mais relevantes da atividade desenvolvida pela UF Sistemas e Soluções Aplicacionais, deve-se identificar, desde logo, como aquele que representa um maior peso na atividade desta UF, o relacionado com a necessidade de manutenção e apoio contínuo na exploração e bom funcionamento das soluções aplicacionais, tanto das de âmbito clínico como das de âmbito administrativo, em uso no CHULN.
- Esta necessidade reflete-se, numa primeira instância, no acompanhamento e apoio diário a utilizadores em todas as vertentes relacionadas com a utilização destas soluções aplicacionais, refletindo-se também nas constantes e periódicas necessidades de desenvolvimento de projetos de *upgrade/update* das mesmas.
- Não obstante este facto, foram sendo desenvolvidos alguns projetos, destacando-se, de entre estes, os listados de seguida:
- a) A implementação de solução de Logística, que deverá brevemente entrar em produção;
 - b) A implementação de solução de Gestão Documental, que irá permitir avançar com diversas iniciativas de desmaterialização e de otimização de processos administrativos, também esta prestes a entrar em produção.
 - c) A implementação de solução de Segurança Transfusional, já em curso.
 - d) A implementação de diversos projetos na vertente do Circuito do Medicamento;
 - e) A participação em diversas iniciativas, em matérias relacionadas com Telesaude/Telemonitorização;
 - f) A colaboração em diversas iniciativas e projetos, destinados a garantir a conformidade, funcional e legal, das soluções aplicacionais em uso.
- 4 Quanto à UF Interoperabilidade, Desenvolvimento e Reporting, tem desenvolvido diversos projetos relacionados com a melhoria da informação disponibilizada aos diversos clientes internos, principalmente ao GPIG, não só em termos de qualidade, mas também de quantidade.

Tem também esta UF desenvolvido projetos relacionados com a interoperabilidade entre

sistemas, não só no que diz respeito à monitorização dos interfaces já existentes, mas também no que diz respeito ao desenvolvimento de novos interfaces.

De entre os projetos desenvolvidos ou atualmente em curso, desenvolvidos ou acompanhados por esta UF, salientam-se os seguintes:

- a) Disponibilização da plataforma MyLisboaNorte. Esta plataforma, composta por uma App, para uso em dispositivos móveis, e por um sistema de gestão de informação (dados/mensagens/episódios), visa permitir melhorias significativas nos canais de comunicação com utentes e profissionais do CHULN.
- b) Implementação de nova solução de BI, que visa a otimização e a modernização do sistema em uso desde há vários anos, que assenta numa elevada dependência face aos fornecedores de sistemas de informação.
- c) Participação no desenvolvimento de novo Portal externo (site), manutenção do Portal interno (Intranet) e, relativamente a este último, levantamento detalhado e exaustivo que deverá resultar num futuro próximo na implementação de nova solução;
- d) Desenvolvimento de vários dashboard, destinados a permitir a otimização de processos e a tomada de decisão mais ágil, através da construção de modelos visualmente mais eficientes.

4.8. Gabinete de Comunicação e Relações Públicas

A Comunicação é uma área estratégica na sedimentação da reputação da marca CHULN e no reforço do seu papel social: quer em termos externos, com presença estruturada e proactiva na comunicação social e enquanto emissor de importantes mensagens de saúde pública; quer internamente, através da divulgação sistemática da atividade e inovação dos serviços do CHULN, sendo ao mesmo tempo dinamizadora de projetos potenciadores do sentimento de pertença dos profissionais.

O CHULN ter sido reconhecido como uma das marcas que mais confiança gera nos portugueses, num ranking de Responsabilidade Social que avalia a relevância, a consideração, a confiança, admiração, preferência e recomendação por parte dos cidadãos.

A estratégia da comunicação abrangente e proactiva permitiu que nos diversos órgãos de informação e comunicação social fossem divulgados alguns milhares de notícias durante os três últimos anos, tendo sido um dos dois centros hospitalares sobre quem mais se publicou e divulgou informação relevante.

No último triénio, o CHULN teve um aumento exponencial de número de seguidores nas suas páginas de *Facebook* e de *Linkedin*, importantes instrumentos de comunicação institucional que contam com milhares de seguidores e criou novas páginas oficiais de *Instagram* e *Twitter*, numa estratégia de potenciação e segmentação de informação em função dos diferentes públicos-alvo.

O principal objetivo estratégico é a divulgação interna e externa da excelência da organização e do trabalho assistencial nas diversas áreas e serviços do CHULN, potenciado pela maior adesão dos serviços e equipas ao papel da comunicação na evidência e partilha do que mais relevante acontece e ao grande dinamismo e proatividade da estrutura de comunicação do CHULN.

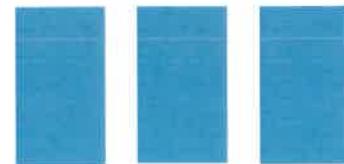
No âmbito dos suportes de informação e comunicação, foi possível, que através da reativação de newsletters, da intranet ou site do CHULN, toda a informação institucional mais relevante fosse objeto de divulgação e destaque.

Entre os principais objetivos do plano de comunicação do CHULN para o ano de 2023, estiveram a renovação do site institucional, com a reformulação de páginas dos serviços e maior ligação aos utentes; a criação de novas rubricas, com recurso a formatos inovadores, como podcasts, que promovam a capacidade técnica dos profissionais do CHULN; a aposta no marketing digital, bem como parcerias e protocolos com instituições na área da comunicação.

2023

Relatório e Contas





5. Recursos Humanos

5.1. Gestão de efetivos

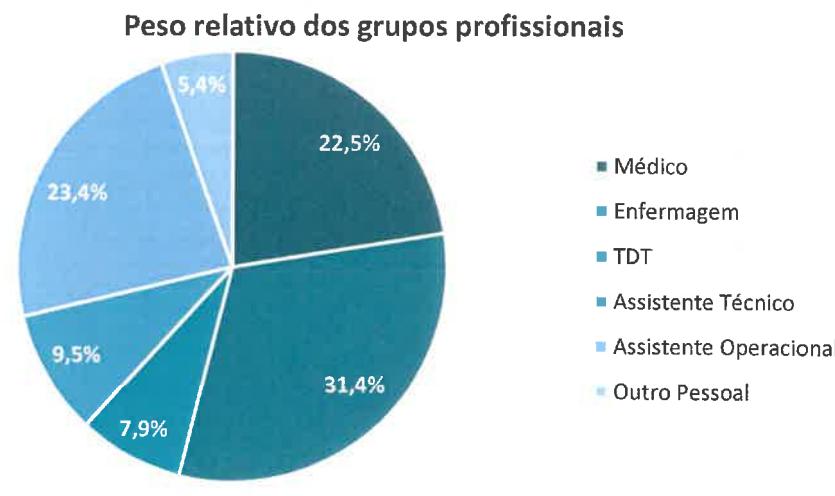
Os Recursos Humanos constituem uma parte essencial da organização e são fundamentais para o sucesso da mesma.

Em relação ao mês homólogo de 2023, há um acréscimo de 0,6% do número de efetivos (mais 41 efetivos), com particular expressão nos grupos profissionais de Médicos Especialistas (mais 32 efetivos), Enfermagem (mais 29 efetivos), Assistentes Técnicos (mais 8 efetivos).

Grupo Profissional	dez/21			dez/22			dez/23			Var. 2023/22		
	N.º	ETC 35H	ETC 40H	N.º	ETC 35H	ETC 40H	N.º	ETC 35H	ETC 40H	N.º	ETC 35H	ETC 40H
Dirigente	51	54	47	52	55	49	52	54	47	-2	-2	-2
Médico - Total	1 476	1 622	1 419	1 467	1 608	1 407	1 483	1 623	1 420	16	15	13
Especialistas	859	917	802	875	932	815	907	965	844	32	33	29
Internos	506	578	506	491	561	491	471	538	471	-20	-23	-20
IAC	103	118	103	93	106	93	99	113	99	6	7	6
Internos	609	696	609	584	667	584	570	651	570	-14	-16	-14
Outros	8	9	8	8	9	8	6	7	6	-2	-2	-2
Enfermagem	2 052	2 049	1 793	2 047	2 043	1 788	2 076	2 068	1 810	29	25	22
Farmacêutico	47	47	41	47	47	41	53	53	46	6	6	5
Téc. Superior Saúde	25	26	23	25	25	22	25	25	22			
TDT	541	539	472	528	526	460	521	520	455	-7	-6	-6
Outro Pes.Téc.Superior	199	205	179	184	189	166	186	189	166	2	0	0
Informática	24	26	22	23	25	22	24	26	23	1	1	1
Docente	13	13	11	13	13	11	12	12	10	-1	-1	-1
Assistente Técnico	632	659	576	616	627	549	624	624	546	8	-3	-3
Assistente Operacional	1 592	1 595	1 395	1 555	1 557	1 363	1 543	1 544	1 351	-12	-13	-11
Outro Pessoal	4	4	4	4	4	4	3	3	3	-1	-1	-1
Total	6 656	6 838	5 875	6 561	6 720	5 880	6 602	6 743	5 900	41	22	20

5.2. Caracterização dos recursos humanos

No gráfico seguinte pode-se verificar a distribuição da estrutura de recursos humanos por grupos profissionais



Apresentam-se de seguida os principais indicadores de Recursos Humanos:

Tipo de indicadores	Indicadores	dez/21	dez/22	dez/23
Estrutura Profissional e Orgânica dos Efetivos	Taxa de Tecnicidade (2)	1,96	1,99	2,02
	Percentagem de Efetivos Inseridos em Corpos Especiais (3)	62,21	62,70	62,98
	Percentagem de Médicos em Formação (Internos)	41,26	39,81	38,44
	Nº de Enfermeiros por Médico	1,29	1,40	1,40
Nacionalidade	Percentagem de Pessoal em Serviços Prestadores de Cuidados	88,52	88,60	89,03
	Percentagem de Efetivos Estrangeiros	3,82	4,10	4,26
	Percentagem de Efetivos com Nacionalidade Espanhola	0,53	0,56	0,53
Carga Horária	Percentagem de Efetivos com Nacionalidade brasileira	1,01	1,22	1,20
	Percentagem de Efetivos (Total) com 40 horas	21,20	20,06	18,75
	Percentagem de Médicos (Total) com 42 horas	10,16	9,54	8,50
	Percentagem de Médicos (Não Internos) com 42 horas	17,30	16,15	13,80
	Percentagem de Médicos (Não Internos) com 40 horas	55,59	60,44	62,98
	Percentagem de Enfermeiros com 40 horas	1,02	0,83	0,00
	Percentagem de TSS/Farmacêutico com 40 horas	11,11	11,11	0,00
	Percentagem de TDT com 40 horas	0,74	0,76	0,77

(2) - Relação entre o número de efetivos com funções técnicas e o restante pessoal

(3) - Médicos, Enfermeiros, Farmacêutico, TSS e TDT

5.3. Estrutura etária e género

Os indicadores relativos à estrutura etária não traduzem significativas alterações em relação aos anos anteriores.

Grupo Profissional	dez/21			dez/22			dez/23		
	HSM	HPV	CHLN	HSM	HPV	CHLN	HSM	HPV	CHLN
Dirigente	53,2		53,2	53,6		53,6	53,6		53,6
Médico	40,5	52,8	41,1	40,6	52,8	41,2	40,5	53,3	41,1
Enfermagem	37,7	41,5	38,2	37,8	43,1	38,4	37,9	43,2	38,5
Farmacêutico	46,4	51,8	46,9	45,9	42,3	45,6	43,1	43,7	43,1
Téc. Superior Saúde	49,7	46,0	49,5	50,6	47,0	50,5	51,7	48,0	51,6
TDT	41,8	46,9	42,5	42,7	48,1	43,5	43,3	48,1	43,9
Outro Pes.Téc.Superior	42,5	44,7	42,6	44,1	45,5	44,1	43,9	46,7	44,1
Informática	47,5		47,5	48,7		48,7	50,2		50,2
Educador Infância	50,8		50,8	51,8		51,8	51,7		51,7
Assistente Técnico	47,0	48,1	47,1	47,8	49,0	47,9	48,2	49,5	48,3
Assistente Operacional	46,6	48,1	46,8	47,0	49,0	47,3	47,4	49,8	47,7
Outro Pessoal	62,8		62,8	55,3		55,3	52,0		52,0
Total	42,1	46,1	42,5	42,4	47,1	42,9	42,5	47,4	43,0

A taxa de emprego feminino mantém-se elevada, como consequência da predominância das mulheres nos dois grupos profissionais mais representativos (enfermeiros, assistentes técnicos e assistentes operacionais) e reflete, também, a constante evolução dos médicos no mesmo sentido (em 31/12/2023, cerca de 64% eram mulheres). Recordemos que esta taxa, em 31/12/2021, era de 62%.

Grupo Profissional	dez/21			dez/22			dez/23		
	HSM	HPV	CHLN	HSM	HPV	CHLN	HSM	HPV	CHLN
Dirigente	62,7		62,7	65,4		65,4	65,4		65,4
Médico	61,9	65,4	62,1	62,9	65,3	63,0	63,4	67,7	63,6
Enfermagem	85,5	83,5	85,3	85,6	84,5	85,5	85,4	86,0	85,5
Farmacêutico	88,1	100,0	89,4	88,4	75,0	87,2	88,0	66,7	86,8
Téc. Superior Saúde	70,8	100,0	72,0	70,8	100,0	72,0	70,8	100,0	72,0
TDT	82,2	82,4	82,3	81,7	83,8	82,0	81,8	83,1	82,0
Outro Pes.Téc.Superior	82,5	80,0	82,4	82,2	80,0	82,1	85,2	80,0	84,9
Informática	25,0		25,0	26,1		26,1	25,0		25,0
Educador Infância	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0		100,0
Assistente Técnico	80,6	81,8	80,7	80,4	81,8	80,5	81,4	80,3	81,3
Assistente Operacional	75,9	76,5	75,9	75,8	75,9	75,8	75,8	75,7	75,8
Outro Pessoal									
Total	76,4	79,1	76,7	76,6	79,4	76,9	76,9	80,0	77,2



6 Investimentos

6.1 Execução do programa de investimentos

O ano de 2023 foi caracterizado pela recuperação do plano de investimentos sucessivamente adiado pelas circunstâncias dos três últimos anos. O CHULN continuou a reorganizar-se de modo a responder às necessidades de resposta aos seus utentes, mantendo a qualidade técnica, qualidade do atendimento e qualidade dos profissionais, na prestação de cuidados de Saúde.

Observando a fase da execução dos programas e projetos investimento, este apontou para a manutenção do nível de investimento em anos anteriores, e no final do ano encontrava-se concretizado em 14,5 M€. Estes valores garantiram a continuidade do esforço de investimento efetuado nos projetos iniciados no último triénio, nomeadamente focados na “Eficiência Energética do Hospital de Santa Maria”, destacando-se ainda a remodelação das Unidades Técnicas de Gastro e, com o apoio do Plano de Resiliência inserido na Submedida da Saúde, uma grande parte do Projeto de Remodelação do Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental. Desenvolvemos ainda várias ações de resposta das infraestruturas dos serviços, bem como as necessárias benfeitorias de conservação e reparação dos edifícios, dando-se destaque também, para a prossecução da modernização dos equipamentos e sistemas médicos, como o sistema robotizado para a distribuição de medicamentos, e a continuidade do desenvolvimento dos sistemas de informação.

A execução do programa de investimentos atingiu o valor acima referido, com a seguinte desagregação por natureza:

Natureza do Investimento	Valores (milhares de euros)
Edifícios/Construções/Instalações	3 933
Equipamento Médico	1 914
Equipamento Administrativo	4
Hardware /Software	403
Outros/Imobilizações em Curso	8 242
Total	14 497

Fonte: Serviço de Gestão Financeira

- **Bloco de Partos** – financiado em sede de Contrato Programa em 2023 no valor de 3,1M €, com início no final de 2023 e término no primeiro semestre de 2024.

No período de 2010 a 2023 a execução dos financiamentos obtidos por cofinanciamento ascendeu a 18,1 M€.

6.3 Evolução dos investimentos ao longo do último triénio

O quadro *infra* compara os investimentos realizados e em curso de execução durante os anos de 2019 a 2022. Da sua análise, poderá extrair-se o seguinte:

- 1) Durante o período em análise registou-se um indispensável investimento no equipamento médico, em que atingiu as 27,1 M€, evidência do Centro na atualização na renovação e inovação tecnológica dos seus aparelhos de forma a contribuir para a melhoria da prestação dos cuidados de saúde. Acresce ainda 1,5 M€ que no final do ano ainda se encontram em curso por finalizar os respetivos processos.
- 2) Nas benfeitorias das infraestruturas, o investimento ascendeu, no quadriénio em apreciação, a 12,3 M€ e caracterizou-se essencialmente por intervenções de construção/melhoria e remodelação dos diversos serviços do Centro, bem como nas infraestruturas do projeto de eficiência energética, cerca de 12 M€ que permanecem refletidos nas imobilizações em curso envolvendo essencialmente a obra, a alteração da caixilharia (vãos e janelas), substituição de lâmpadas e instalação de painéis fotovoltaicos. No valor desta rubrica em 2022 está ainda incluído as obras de modernização das Técnicas de Gastro e o PRR – Saúde Mental.

Nas tecnologias de informação e comunicação, o investimento realizado cerca de 3,4 milhões, foi direcionado essencialmente para o processo de renovação e revitalização do parque tecnológico (hardware e software). O total do investimento em 2022 corresponde ao investido nos dois últimos anos, constituindo um maior esforço nesta área.

Destaque ainda para a aquisição de quatro viaturas elétricas no final de 2022 destinadas a aumentar a cobertura de rede de distribuição de medicação aos doentes, melhorar o apoio no aumento da atividade, num ambiente mais seguro.

Natureza do Investimento	2023	2022	2021	2020	2019	Milhares de Euros
Edifícios/Construções/Instalações	3,93	3,48	3,34	3,4	2,10	
Equipamento Médico	1,91	4,02	2,53	10,75	9,78	
Equipamento Administrativo	0,04		0,03	0,05	0,14	
Hardware /Software	0,40	1,0	0,33	0,68	1,39	
Outros/Imobilizações em Curso	8,24	6,0	11,66	5,40	0,03	
Total	14,5	14,5	17,89	20,28	13,44	

6.4 Financiamento do investimento efetuado

O quadro seguinte exibe as distintas origens dos fundos que suportaram os investimentos, nos últimos cinco anos.

Conclui-se que o recurso ao autofinanciamento corresponde à origem de fundos dominantes. Assumem também grande relevância no investimento realizado, os subsídios ao investimento no ano de 2021 e outros, no contexto de pandemia no ano de 2020.

Natureza do Investimento	2023	2022	2021	2020	2019
Investimento Total	14 497	14 501	17 891	20 276	13 440
Autofinanciamento	12 047	12 474	8 923	15 281	9 627
Subsídios ao Investimento	2 289	1 473	7 694	3 991	3 670
Outras Fontes	161	554	1 274	4 995	143

Fonte: Serviço de Gestão Financeira

Incluído nas Outras Fontes encontram-se as doações com particular destaque no ano de 2020, como medida de resposta do Governo para combate à Covid-19, de equipamentos de cuidados intensivos adquiridos pela ACSS (ventiladores, bombas de perfusão, seringas infusoras, e consumíveis) no valor de 4 M€.

No ciclo de gestão 2017-2019 o esforço de autoinvestimento rondou os 5,1 M€/ano, manifestamente insuficiente para garantir a satisfação das necessidades globais de investimento, na altura estimadas em 130 M€. Na Estratégia do CHULN 2020-2022 foi previsto um aumento considerável do autoinvestimento (10,9 M€/ano). Este esforço não considerou, obviamente, necessidades de investimento motivadas por fatores extraordinários como foi a pandemia, motivo que dificultou a concretização no triénio 2020 - 2022 de alguns projetos previstos.

No ano de 2023 assistimos ao retomar dos planos de obras onde destacamos os seguintes: Unidade de Laboratório de Técnicas de Gastro; Unidade de Transplante de Medula Óssea (UTMO), Serviço de Psiquiatria e melhoramentos em diversos Serviços e o início do Bloco de Partos.

Assim embora totalizando 14,5 MEUR a decomposição das aquisições é diferente. Em 2022 o investimento centrou-se essencialmente no Equipamento Medico enquanto em 2023 os valores refletem o esforço das obras que o CHULN necessitava.

6.5 Ráculos e indicadores

Este mapa apresenta a evolução de índices diversos, ao longo dos quatro anos em apreciação.

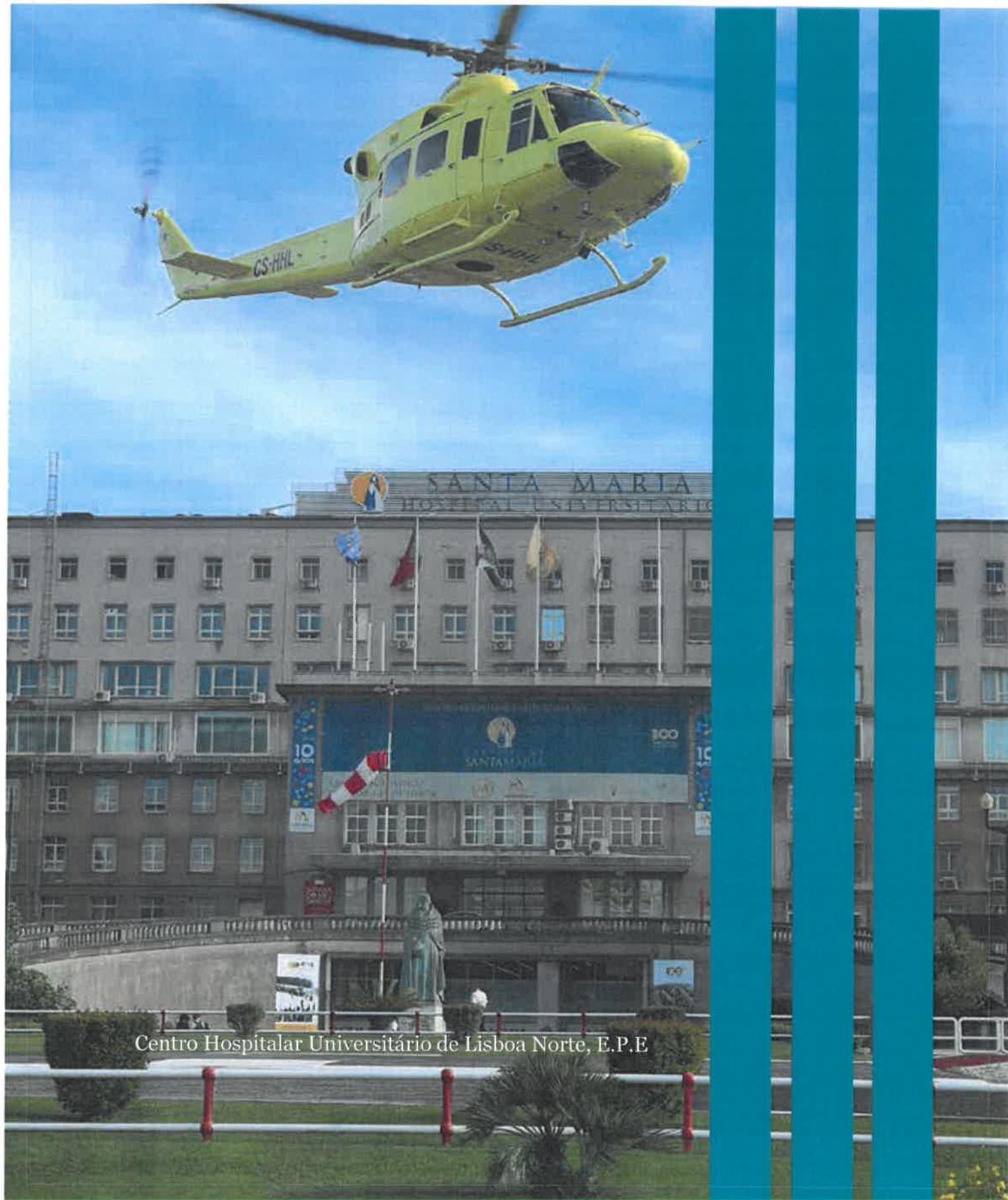
O investimento consolidado, em 2020, foi de 20,3 M€, em 2021 em 17,9 M€, em 2022, o valor de 14,5 M€, idêntico a 2023 mas, conforme descrito nos capítulos anteriores, com uma decomposição diferente. Cumpre salientar a trajetória moderada do investimento que, no último quadriénio, ascendeu a 67,2 M€.

Ráculos e Indicadores	2023	2022	2021	2020
Investimento Consolidado (M€)	14,5	14,5	17,9	20,3
Proveitos Totais (M€)	553,0	514,0	496,0	457,0
Taxa de Investimento (%)	2,62	2,82	3,61	4,44

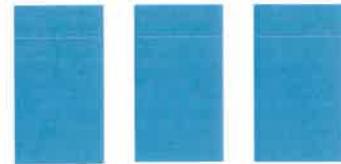
Fonte: Serviço de Gestão Financeira

2023

Relatório e Contas



Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E



7 Cumprimento das Orientações Legais

Este capítulo foi elaborado com base no ofício com a referência SAI_DGTF/2024/271 de 6 de fevereiro de 2024 da Direção Geral do Tesouro e Finanças que divulga as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2023, para as Entidades Públicas Empresariais.

1. Objetivos de gestão e Plano de Atividades e Orçamento

a) Indicar os objetivos definidos pelo “acionista” para 2023, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar

O Contrato-Programa, celebrado anualmente entre a Tutela e o CHULN define as orientações e objetivos de gestão no âmbito da prestação de serviços e cuidados de saúde, em termos de produção contratada, bem como a respetiva remuneração, incentivos institucionais atribuídos em função do cumprimento de objetivos de Acesso, Qualidade Assistencial e Eficiência Económico-financeira, e os Gastos e Rendimentos inerentes a execução da atividade assistencial.

No exercício de 2023 o CHULN conseguiu alcançar, apesar de tudo, bons resultados, quer no chamado Índice de Desempenho Global 95,6%, que integra os objetivos de Acesso, de desempenho assistencial, quer no desempenho do Serviço de Urgência 92,2%.

Grau de cumprimento dos objetivos da CP 2023

Cumprimento dos objetivos	
Índice de Desempenho Global dos objetivos contratualizados	93,4 %
Índice de Desempenho Global do Serviço de Urgência	92,2%
Atividade Assistencial	95,6%

Ao nível do cumprimento da atividade assistencial negociada com a ARSLVT, o CHULN alcançou uma taxa de execução do CP 2023 de 96,7%.

b) Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2023, caso este tenha sido aprovado, designadamente quanto ao volume de negócios, resultados e nível de endividamento, apresentando para o efeito os valores orçamentados, executados e respetivos desvios, bem como justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável

Indicadores	PAO 2023	Executado 2023	Desvio valor
Resultado Líquido	-86 714	-62 445	24 269
EBITDA	-74 389	-51 001	23 388
Resultado Operacional	-86 689	-62 383	24 306
Volume de negócios	481 225	488 669	7 444
Endividamento	0	0	0

O Plano de Atividades e Orçamento PARA 2023-2025 foi aprovado pelo ofício 65343/2023 da ACSS, em 14 dezembro de 2023, comunicando o Despacho 512/2023 do SET e respetivo relatório da UTAM com a referência nº375/2023 da UTAM (Relatório de Análise nº240/2023), aprovando o PAO circunscrito apenas ao ano de 2023 concedendo apenas algumas autorizações no âmbito dos Gastos com Pessoal; Encargos com a Frota Automóvel e Plano de Investimentos.

A variação apresentada espelha uma performance superior à nossa estimativa resultando do impacto nos gastos com pessoal derivado das medidas governamentais no final de 2023 inflacionando esta rubrica (+16,9 M€) e ainda pelo diferencial de produção realizada acrescida de custos de contexto vs. contratada (-6 M€) absorvido pelas poupanças ao nível dos CMVMC (-18,6M€) e Fornecimentos e Serviços Externos (-7,9M€).

c) No que aos Investimentos diz respeito, proceder à apresentação de um quadro devendo, nos casos em que se observe a execução de investimentos não previstos no PAO aprovado, ou estando previstos no PAO aprovado, excederam o valor orçamentado, explicitando se os mesmos foram objeto de autorização autónoma pelas tutelas e em que termos,

Indicadores	PAO 2023	Executado 2023	Desvio valor
Investimentos	21 632	14 497	10 235

Face ao planeado não foi possível em 2023 realizar as obras previstas no âmbito da parceria START (3 M€) bem como alguns investimentos de equipamentos como sejam os aceleradores lineares e a ressonância magnética (4,9 M€).

d) Na eventualidade de existência de contrato-programa, contratos de prestação de serviços público ou de interesse económico geral celebrado com o Estado, a empresa deverá apresentar a execução face ao explicitado nos instrumentos de planeamento.

Grau de cumprimento dos objetivos do CP 2023

Indicador	Peso	Meta	Realizado	Grau de Cumprimento
Acesso				91,9%
A.1 Percentagem de pedidos em Lista de Espera para a Consulta (LEC) dentro do TMRG	10%	60,00%	53,07%	8,8%
A.2 Percentagem de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG)	10%	80,00%	54,49%	6,8%
A.3 Percentagem de utentes em Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC) dentro do TMRG	10%	70,00%	68,20%	9,7%
A.4 Percentagem de doentes operados dentro dos TMRG	10%	86,00%	86,90%	10,1%
A.5 Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem	10%	99,60%	99,62%	10,0%
A.6 Percentagem de doentes referenciados para a RNCCI, avaliados/confirmados pela EGA em tempo adequado (até 2 dias úteis), no total doentes referenciados para a RNCCI	10%	56,00%	54,00%	9,6%
Desempenho Assistencial				98,2%
B.1 Percentagem de reinternamentos em 30 dias, na mesma Grande Categoria Diagnóstico	3%	3,00%	3,70%	2,4%
B.2 Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório, para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis	3%	28,00%	33,50%	3,6%
B.3 Percentagem de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas	3%	70,00%	65,60%	2,8%
B.4 Índice de mortalidade ajustada	4%	0,8500	0,9992	3,4%
B.5 Índice de demora média ajustada	4%	0,9500	0,9895	3,8%
B.6 Demora média antes da cirurgia	3%	0,9500	0,8000	3,6%
Desempenho económico-financeiro				92,1%
C.1 Gastos operacionais por doente padrão	5%	3 769,00 €	4 436,69 €	4,2%
C.2 Doente padrão por médico ETC	5%	80,00	78,1	5,1%
C.3 Doente padrão por enfermeiro ETC	5%	65,00	65,3	5,0%
C.4 Percentagem de gastos com horas extraordinárias, suplementos e fornecimentos de serviços externos (selecionados) no total de gastos com pessoal	5%	19,00%	22,30%	4,3%
Índice de Desempenho Global	100%			93,4%

Em termos de objetivos de eficiência, o CHULN apresenta uma melhoria generalizada dos indicadores relacionados com a produtividade médica e enfermagem, ponderados por doente padrão tratados.

Todavia, ainda apresenta um desvio assinalável no cumprimento da meta dos “gastos operacionais por doente padrão” face ao valor de referência do melhor do Grupo E.

Em termos de desempenho económico financeiro, o Resultado Líquido apresentado em 2023, diminui relativamente ao período homólogo; negativo em -62.445.288€, bem como o EBITDA - 51.001.603€, que compara com um Resultado Líquido negativo de -57.847.020€ e um EBITDA de -46.599.969€.

e) Para as empresas públicas que integram o perímetro da consolidação da Administração Pública, incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE e notas justificativas dos respetivos desvios.

No capítulo 8 apresenta-se a execução orçamental no que concerne ao orçamento financeiro e económico. No capítulo 6 destaca-se o Investimento executado no ano de 2023.

2. Gestão do Risco Financeiro – descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo renumerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise de eficiência da política de financiamento.

O CHULN não regista qualquer Passivo remunerado nos últimos 5 anos.

3. Limites de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2023), apurado nos termos da fórmula disposta no nº 1 do artigo 134º do Decreto-Lei nº10/2023 de 8 fevereiro (DLEO 2023):

Tal como referido no CHULN não regista qualquer Passivo remunerado nos últimos 5 anos, sendo que a aprovação dos mesmos está sujeita a autorização da Tutela.

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril, e divulgação dos atrasos de pagamentos (arrears), conforme definidos no Decreto-Lei nº65-A/2011 de 17 de Maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

As empresas públicas com um PMP superior a 60 dias, devem assegurar que divulgaram nos termos do nº2 do artigo 26º do DLEO 2023, nos respetivos sítios na internet, e atualizaram trimestralmente até ao fim do mês seguinte ao final de cada trimestre, uma lista das dívidas certas, liquidadas e exigíveis há mais de 30 dias.

Evolução do prazo médio de pagamentos (PMP)

Prazo Médio Pagamentos - PMP	2023				2022				Δ % 4ºT 23/ 4º T 22
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	
Prazo (dias)	167	156	154	148	172	175	180	172	-13,92%

Durante o ano de 2023 verificou-se um acréscimo de gastos significativos, em grande parte associado à retoma da atividade programada. Assim, e graças ao reforço de verbas que nos foram disponibilizadas pela ACSS, apesar da pressão de pagamentos a pessoal adicionais, dos fornecimentos associados às infraestruturas e à recuperação da atividade cirúrgica, não só foi possível diminuir o PMP a fornecedores externos, mas também permitiu reduzir o valor da dívida, face ao período homólogo.

Detalhe da dívida conforme definidos no Decreto-Lei nº 65-A/2011 de 17 de maio

Dívida vencida (valor€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o artº1º DL65-A				
	0-90 dias	90-120	120-140	240-360	»360
Aquisições de bens e serviços	57 043 057 €	2 227 850 €	2 732 341 €	5 380 436 €	69 562 698 €
Aquisições de capital	1 124 800 €	0 €	0 €	52 229 €	0 €
Total	58 167 857 €	60 395 707 €	63 128 048 €	68 560 713 €	138 123 411 €

De referir que nos termos do n.º 2 do artigo 14.o do Decreto-Lei nº 18/2016 de 13 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 35-A/2016 de 30 de junho, iremos proceder à divulgação no sitio da internet das dívidas certas, liquidadas e exigíveis.

5. As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista, emitidas aquando da aprovação das últimas contas.

No âmbito do cumprimento das recomendações do acionista não existe nada a relevar. O último parecer do acionista foi efetuado sobre as contas de 2012.

6. Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas.

No seguimento das reservas emitidas na última Certificação Legal de Contas, continuamos a trabalhar visando analisar a situação das diferenças de integração das várias aplicações, relacionadas com os stocks do CHULN.

7. Remunerações/honorários dos Órgãos Sociais e Auditor Externo,

a).1 Órgãos sociais - Conselho de Administração

O Conselho de Administração do CHULN, nomeado para o triénio 2019-2021, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2019, de 24 de maio de 2019, publicada no Diário da República, 1.ª série — n.º 100 — 24 de maio de 2019, designa os seguintes membros, que se mantiveram em funções até 6 de fevereiro de 2023:

Composição do Conselho de Administração 2019-2021

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma ⁽¹⁾	Data	[Entidade pagadora]	O/D ²
2019- 2021	Presidente	Joaquim Daniel Lopes Ferro	R	17 de maio de 2019	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	D
2019-2021	Vogal Executivo (Diretor Clínico)	Luís Filipe Pereira dos Santos Pinheiro	R	17 de maio de 2019	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	O
2019-2021	Vogal Executiva (Enfermeira Diretora)	Ana Paula Dias Costa Fernandes	R	17 de maio de 2019	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	D
2019-2021	Vogal Executiva	Maria de Lourdes Caixaria Bastos	R	17 de maio de 2019	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	D
2019-2021	Vogal Executivo	Pedro de Andrade Pais Pinto dos Reis	R	17 de maio de 2019	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	D

No dia 17 de julho 2022 o Vogal Executivo Dr. Pedro Reis cessou as suas funções, tendo os restantes membros continuado em gestão corrente até à nomeação de novo Conselho de Administração em 1 de fevereiro de 2023.

Composição do Conselho de Administração 2023-2025

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			For ma (1)	Data	[Entidade pagadora]	O/D ²
2023-2025	Presidente	Ana Paula Mecheiro de Almeida Martins Silvestre Correia	D	1 de fevereiro de 2023	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	D
2023-2025	Vogal Executivo (Diretor Clínico)	Rui Antonio Rocha Tato Marinho	D	1 de fevereiro de 2023	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	O
2023-2025	Vogal Executivo (Enfermeira Diretora)	Jose Alexandre dos Santos Abranches	D	1 de fevereiro de 2023	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	O
2023-2025	Vogal Executiva	Catarina Duarte Galhardo Batista	D	1 de fevereiro de 2023	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	D
2023-2025	Vogal Executivo	Andre Filipe de Sousa da Trindade Ferreira	D	1 de fevereiro de 2023	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	D

Com a publicação do Decreto-lei nº 102/2023 de 7 novembro, procedendo à restruturação das entidades públicas integradas no SNS, adotando-se o modelo de organização e funcionamento das Unidades Locais de Saúde, este Conselho Administração terminou o seu mandato no dia 29 de janeiro de 2024.

No que concerne à acumulação de funções apresentamos o seguinte quadro:

Acumulação de funções

Membro do Conselho de Administração	Acumulações de funções CA 2019 - 2021		
	Entidade	Função	Regime (público/privado)
Diretor Clínico - Luís Pinheiro	Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa	Assistente Convidado	Público

Membro do Conselho de Administração	Acumulações de funções CA 2023 - 2025		
	Entidade	Função	Regime (público/privado)
Vogal Executivo – Andre Trindade	Universidade Europeia	Assistente Convidado	Privado

No que concerne ao montante anual da remuneração auferida pelos membros do Conselho de Administração, apresentamos os seguintes quadros:

Membro do Órgão de Administração 2019-2021	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
Joaquim Daniel Lopes Ferro	S	B	4 954,96 €	1 717,07 €
Luis Filipe P. S. Pinheiro	S	B	5 167,87 €	1 606,82 €
Maria de Lourdes Caixaria Bastos	S	B	4 057,21 €	1 606,82 €
Ana Paula Dias C. Fernandes	S	B	4 017,04 €	1 606,82 €

Membro do Órgão de Administração 2023-2025	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
Ana Paula Mecheiro De Almeida Martins	S	B	5 071,51 €	2 028,60 €
Silvestre Correia				
Rui Antonio Rocha Tato Marinho	S	B	4 057,21 €	1 622,88 €
Andre Filipe De Sousa Da Trindade	S	B	4 057,21 €	1 622,88 €
Catarina Duarte Galhardo Baptista	S	B	4 057,21 €	1 622,88 €
Jose Alexandre Dos Santos Abrantes	S	B	4 057,21 €	1 622,88 €

	Conselho de Administração (jan./2023)				Conselho de Administração (fev./2023 a dez/2023)				
	Joaquim Daniel Lopes Ferro - Presidente	Luis Filipe Pereira Santos Pinheiro - Diretor clínico	Ana Paula Dias Costa Fernandes - Enfermeira Diretora	Maria De Lourdes Caixaria Bastos - Vogal	Ana Paula Mecheiro De Almeida Martins	Rui Antonio Rocha Tato Marinho - Diretor clínico	Jose Alexandre Dos Santos Abrantes - Enfermeiro Diretor	Andre Filipe De Sousa Da Trindade - Vogal	Catarina Duarte Galhardo Baptista - Vogal
Mandato									
Adaptado ao EGP (Sim/Não)									
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	6.798,83 €	17.185,78 €	5.733,06 €	5.790,83 €	88.606,45 €	72.113,48 €	74.439,84 €	71.190,00 €	71.160,00 €
OPRLO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade de Origem (identificar)									
Entidade pagadora (origem/Destino)									
1.1 .Remuneração Anual	4.954,96 €	15.350,16 €	4.017,04 €	4.057,21 €	65.037,85 €	53.001,78 €	55.334,56 €	52.030,32 €	52.030,32 €
1.2.Despesas de Representação (Anual)	1.717,07 €	1.606,82 €	1.606,82 €	1.606,82 €	22.314,60 €	17.851,68 €	17.851,68 €	17.851,68 €	17.851,68 €
1.3.Senha de presença (Valor Anual)									
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010									
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011									

	Conselho de Administração (jan./2023)				Conselho de Administração (fev./2023 a dez/2023)				
	Joaquim Daniel Lopes Ferro - Presidente	Luis Filipe Pereira Santos Pinhelro - Diretor clínico	Ana Paula Dias Costa Fernandes - Enfermeira Diretora	Maria De Lourdes Caixaria Bastos - Vogal	Ana Paula Mecheiro De Almeida Martins Silvestre Correia - Presidente	Rui Antonio Rocha Tato Marinho - Diretor clínico	Jose Alexandre Dos Santos Abrantes - Enfermeiro Diretor	Andre Filipe De Sousa Da Trindade - Vogal	Catarina Duarte Galhardo Baptista - Vogal
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal									
1.7.Reduções de anos anteriores									
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	6.672,03 €	16.956,98 €	5.623,86 €	5.664,03 €	87.352,45 €	70.853,46 €	73.186,24 €	69.882,00 €	69.882,00 €
2. Remuneração variável									
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)									
4.Outras - Subsídio Extraordinário Risco combate COVID-19									
Subsídio de deslocação									
Subsídio de refeição	126,80 €	228,80 €	109,20 €	126,80 €	1.254,00 €	1.260,02 €	1.253,60 €	1.308,00 €	1.278,00 €
Encargos com benefícios sociais									
Regime de Proteção Social									
- Indicar Regime (ADSE/Seg. Social/Outros)	(CGA)+(AD SE)	(CGA)+(ADSE)	(CGA)+(ADSE)	(CGA)+(AD SE)	Seg. Social	(CGA)+(ADSE)	(CGA)+(ADS E)	Seg. Social	Seg. Social
- Valor	907,36 €	918,68 €	759,22 €	765,05 €	9.608,76 €	9.638,89 €	10.032,53 €	7.687,02 €	7.687,02 €
Seguros de saúde									
Seguros de vida									
Seguro de Acidentes Pessoais									
Outros (indicar)									
Acumulação de Fungões de Gestão (S/N)									
Entidade (identificar)									
Remuneração Anual									
Mandato									
Modalidade de Utilização	Aquisição	Aquisição	Aquisição	Aquisição	Aquisição	Aquisição	Aquisição	Aquisição	Aquisição
Valor de referência da viatura nova									
Ano Início									
Ano Termo									
N.º prestações (se aplicável)									
Valor Residual									
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço									
Combustível gasto com a viatura									
Plafond anual Combustível atribuído									
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)									
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)									

	Conselho de Administração (jan./2023)				Conselho de Administração (fev./2023 a dez/2023)				
	Joaquim Daniel Lopes Ferro - Presidente	Luis Filipe Pereira Santos Pinheiro - Diretor clínico	Ana Paula Dias Costa Fernandes - Enfermeira Diretora	Maria De Lourdes Caixaria Bastos - Vogal	Ana Paula Mecheiro De Almeida Martins Silvestre Correia - Presidente	Rui Antonio Rocha Tato Marinho - Diretor clínico	Jose Alexandre Dos Santos Abrantes - Enfermeiro Diretor	Andre Filipe De Sousa Da Trindade - Vogal	Catarina Duarte Galhardo Baptista - Vogal
Gastos c/ deslocações	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo
Mandato	I / II	I / II	I / II	I / II	I / II	I / II	I / II	I / II	I / II
Custo total anual c/ viagens									
Custos anuais com Alojamento									
Ajudas de custo									
Outras (indicar)									

a).2 Órgãos sociais – Conselho Fiscal

Segundo o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, a fiscalização e controlo da legalidade da gestão financeira e patrimonial do CHULN passaram a ser exercidos por um Conselho Fiscal, de acordo com a Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro que aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria.

Este órgão de fiscalização é constituído por três membros efetivos e por um suplente, sendo um deles o Presidente do órgão e por um Revisor Oficial de Contas ou por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro daquele órgão, obrigatoriamente de entre os auditores registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Os membros do Conselho Fiscal são nomeados por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, por um período de três anos, renovável por uma única vez. Para o mandato 2017 – 2019 o Conselho Fiscal do CHULN foi nomeado em 29 de novembro de 2017 por Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e da Secretária de Estado da Saúde.

A remuneração do Conselho Fiscal é fixada no despacho de nomeação, atendendo ao grau de complexidade e de exigência inerente ao exercício do respetivo cargo e tendo em conta os critérios de classificação do Hospital E.P.E., estabelecidos na resolução do Conselho de Ministros, a que se refere o n.º 4 do artigo 28.º do Estatuto do Gestor Público. Cessando o mandato do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, os titulares mantêm-se em exercício de funções até à designação de novos ou à declaração ministerial de cessação de funções.

Composição do Conselho Fiscal

Mandato (início-fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto remuneratório (mensal)
			Forma	Data	
2017-2019	Presidente	José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues	Despacho SET/SES	29/11/2017	Não remunerado
2017-2019	Vogal Efetivo	Paulo Guilherme Fernandes Lajoso	Despacho SET/SES	29/11/2017	-
2017-2019	Vogal Efetivo	Carla Sofia Reis Santos	Despacho SET/SES	29/11/2017	1.096,76€
2017-2019	Vogal Suplente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flôr Moraes	Despacho SET/SES	29/11/2017	Não remunerado

O Vogal efetivo Paulo Lajoso exerceu funções até 1 de agosto de 2021 tendo nessa data sido publicada a sua aposentação/reforma através do aviso nº 12682/2021 de 1 de agosto de 2021, emitido pela Caixa Geral de Aposentações, I.P.

No final do primeiro trimestre de 2022, o Sr. Presidente Dr. Azevedo Rodrigues reformou-se por limite de idade, tendo em 2023 alertado a Tutela para este fato, reforçando a ausência de nomeação de Conselho Fiscal para o CHULN.

O Conselho Fiscal encontra-se reduzido a um vogal efetivo, pelo que não foram realizadas reuniões do órgão no ano de 2023.

a).3 Órgãos sociais – Revisor de Contas

Nos termos do Despacho Conjunto do SET e SES, de 6 de novembro de 2018, foi nomeada como ROC do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, E.P.E., para o triénio 2017-2019, incluindo ainda o ano de 2016, a sociedade João Cipriano & Associados, SROC, Lda., inscrita na Ordem dos ROC sob o número 119, registada na CMVM com o número 20161438, com o NIPC 503342742, representada pelo ROC nº 631, João Amaro Santos Cipriano.

De acordo com o nº 6 do art.º 15.º dos Estatutos do CHULN cessando o mandato do ROC, mantém-se o titular em exercício de funções até à designação de novo revisor ou à declaração ministerial de cessação de funções. Dado que não se encontra excedido o número máximo de mandatos legalmente previsto para o exercício de funções de revisão legal de contas pelo mesmo ROC, tal como estabelecido no nº 4 do art.º 15º dos Estatutos, bem como no art.º 54º da Lei nº 140/2015 de 7 de setembro de 2015 que aprovou o novo estatuto da ordem dos revisores oficiais de contas, foi elaborada uma proposta aprovada pelo Conselho Fiscal no sentido de aprovar a renovação para o triénio 2020-2022 do exercício das funções do Revisor

Oficial de Contas do CHULN, pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas João Cipriano & Associados SROC Lda.

Esta proposta foi aprovada em 24 de janeiro de 2022, por Despacho conjunto para o triénio de 2022-2024, produzindo efeitos à data da sua assinatura.

Para o triénio 2022-2024 é designado, por Despacho Conjunto do SET e do SES, em 24 janeiro de 2022, enquanto Revisor Oficial de Contas do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E., a sociedade João Cipriano & Associados, SROC, Lda^a, com inscrição na OROC n.º 119, com o registo na CMVM n.º 20161438, com o número de identificação fiscal 503342742, representada pelo sócio ROC João Amaro Santos Cipriano, inscrito na OROC com o n.º 631 e na CMVM com o n.º 20160277.

Número de anos em que o ROC exerce funções na entidade/grupo

Mandato (início-fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC						N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Contratada		
2016 - 2019 (realizado em 2018)	ROC	João Cipriano & Associados SROC, Lda., representada por João Amaro Santos Cipriano	119	20161438	Despacho Conjunto do SET e SES	06/11/2018		3	3
		João Cipriano & Associados SROC, Lda., representada por João Amaro Santos Cipriano	631						
2020-2022	ROC	João Cipriano & Associados SROC, Lda., representada por João Amaro Santos Cipriano	119	20161438	Proposta Conselho Fiscal	outubro/2020		3	3
		João Cipriano & Associados SROC, Lda., representada por João Amaro Santos Cipriano	631						
2022-2024	ROC	João Cipriano & Associados SROC, Lda., representada por João Amaro Santos Cipriano	119	20161438	Despacho Conjunto do SET e SES	24/01/22		3	3
		João Cipriano & Associados SROC, Lda., representada por João Amaro Santos Cipriano	631						

Remuneração do ROC relativa ao ano de 2023

Nome	Remuneração Anual Bruta
João Cipriano & Associado SROC, Lda. - CLC 2019	24.304,72 €

b) Auditor Externo

O Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte E.P.E., não tem auditor externo. Em 2023 não foram contratados quaisquer serviços adicionais a serviços de auditoria ao auditor externo, cujos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização se encontram definidos nos estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e no Regime jurídico da Supervisão e Auditoria.

8. Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º da EGP, no que se refere:

a) À não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Não foram utilizados cartões de crédito nem foram reembolsadas despesas de representação pessoal.

As despesas dos membros do Conselho de Administração cumprem os mesmos procedimentos de autorização das restantes.

b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito dado conceito de despesas de representação pessoal.

Não aplicável

c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliários e internet.

Nome	Período	Plafond Mensal	Valor
Joaquim Daniel Lopes Ferro	janeiro e fevereiro	70€	73,99€
Luis Filipe P. Santos Pinheiro	janeiro e fevereiro	70€	54,03€
Ana Paula Dias Costa Fernandes	janeiro e fevereiro	70€	71,51€
Maria de Lourdes Caixaria Bastos	janeiro e fevereiro	70€	71,62€

Nome	Período	Plafond Mensal	Valor
Ana Paula M. A. Martins S. Correia	fevereiro a dezembro	70€	604,55€
Rui António Rocha Tato Marinho	fevereiro a dezembro	70€	339,59€
José Alexandre S. Abrantes	fevereiro a dezembro	70€	130,12€
André Filipe Sousa da Trindade	fevereiro a dezembro	70€	117,67€
Catarina D. Galhardo Batista	fevereiro a dezembro	70€	71,98€

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.

Os membros do Conselho de Administração em funções no mandato de 17 maio 2019 a 31 de dezembro de 2021 não usufruem de viaturas de serviço.

Os membros do Conselho de Administração em funções no mandato de 1 fevereiro 2023 a 29 de janeiro de 2024 não usufruem de viaturas de serviço.

9. Da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que proíbe a realização de despesas não documentadas

O ponto acima referido foi aplicado em conformidade com o n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013.

10. Elaboração, de três em três anos, e divulgação interna e no respetivo sitio da internet do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina a Resolução de Conselhos de Ministros nº 18/2014 de 7 de Março.

Não existe no Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, E.P.E. diferença nas remunerações pagas a homens e a mulheres.

11. Elaboração, e divulgação interna e no respetivo sitio da internet do Plano para a Igualdade (anual) conforme determina o artigo 7º da Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3º e do n.º 3 do artigo 6º do Despacho Normativo n.º 18/2019 de 21 de junho.

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação – Portugal + Igual (ENIND) foi publicada, no dia 21 de maio de 2018 em Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018.

O texto da publicação, refere que a ENIND pretende consolidar os progressos alcançados e perspetivar o futuro da ação governativa, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do país que depende da realização de uma igualdade substantiva e transformativa, garantindo simultaneamente a adaptabilidade necessária à realidade portuguesa e sua evolução até 2030, em alinhamento com o já estabelecido na estratégia nacional de promoção da igualdade, estabelecida em 2013 que considerava como requisito de boa governação a perspetiva de género em todos os domínios de política (*mainstreaming* de género), numa preocupação de integração progressiva da dimensão da igualdade de género nas políticas e nas ações desenvolvidas e promovidas pelos vários departamentos governamentais.

Com esta estratégia em vista, o CHULN já dispõe de um diagnóstico da situação de homens e mulheres na empresa, conforme previsto na Área Estratégica (n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014), através do Balanço Social (cujo prazo de entrega decorre até dia 28 de março 2024), para validação pela ACSS.

No âmbito da não discriminação, o CHULN promove as seguintes políticas:

- Incrementar a utilização de linguagem inclusiva, não discriminatória, na documentação produzida;
- Aplicar o princípio da igualdade de oportunidades na gestão de recursos humanos, nomeadamente recrutamento, seleção e nomeação de cargos de chefia;
- Garantir a equidade na representação de género na composição de júris de procedimentos de seleção e recrutamento, com especial relevância para o género sub-representado;
- Atribuir as licenças de paternidade/maternidade sem discriminações e no estrito cumprimento da lei. O regresso ao trabalho após o gozo da licença de parentalidade é facilitado e, se necessário, facultadas atividades de formação profissional;

- O CHULN promove a conciliação de horários para que os seus colaboradores cumpram as suas obrigações parentais.

12. Elaboração e divulgação no respetivo site da internet do relatório anual sobre prevenção da corrupção (n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE e artigo 6º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) aprovado pelo Decreto Lei nº109-E/2021 de 9 de dezembro) e do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas (artigo 6º do RGPC).

Indicação quanto ao cumprimento do dever de comunicação previstos no RGPC

Na sequência da recomendação n.º 1/2009, publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 140, de 22 de julho de 2009, aprovada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, em 1 de Julho 2009 sobre “Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas” o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte aprovou, a 7 de julho de 2022, a última versão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (adiante designado por PPR), com base:

- Na Recomendação n.º 1/2009, publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 140, de 22 de Julho de 2009, aprovada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (doravante CPC), em 1 de Julho 2009 sobre “Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”;
- No Regime Geral de Prevenção da Corrupção (adiante designado por RGPC), aprovado pelo Decreto-Lei 109-E/2021, de 9 de dezembro;
- Novo modelo de Gestão dos Riscos implementado no CHULN.

A implementação do novo modelo de Gestão dos Riscos foi realizada a partir de indicadores específicos correlacionados com os riscos e com as medidas preventivas. Os indicadores foram definidos de forma a permitir a aplicação das medições a todos os Serviços do CHULN, sendo que na primeira fase serão abrangidos os Serviços de Apoio do Centro Hospitalar, e, posteriormente os serviços clínicos.

Depois da definição dos indicadores e da sua correlação com os riscos, foi realizada a devida adaptação com as medidas preventivas, chegando assim à Matriz dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas Global do CHULN.

O novo PPR está disponível para consulta no seguinte link:

13. Da Contratação Pública indicando designadamente:

a) O modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2023, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, este ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.

b) Os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com a referência à última atualização.

Nos termos do Regulamento Interno do CHULN, compete ao Serviço de Gestão de Compras assegurar a contratação, compra e disponibilização de todos os bens, serviços e empreitadas necessários ao funcionamento do Hospital e ao cumprimento da missão assistencial com que o mesmo se encontra superiormente comprometido, com respeito pelas regras da Contratação Pública previstas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 18 de 2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei N.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na Sua redação atual e demais disposições legais aplicáveis.

- a) Decorrente da emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação do vírus como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020, algumas das aquisições realizadas no âmbito da doença COVID-19, foram instruídas ao abrigo do Decreto -Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, regime legal adequado a esta realidade excepcional, em especial no que respeita a matéria de contratação pública, para contingência, mitigação e tratamento da doença COVID -19.
- b) O Decreto-Lei n.º 66-A/2022, de 30 de setembro, que determina a cessação de vigência de vários decretos-leis publicados no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e termos em que desde 01 de outubro de 2022, são desenvolvidos os procedimentos de aquisição previstos no Código dos Contratos Públicos.
- c) O CHULN submete para conhecimento do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1 e n.º2, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março do disposto no art.º 6.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, todos os contratos abrangidos pelo Decreto -Lei n.º 10 -A/2020,

de 13 de março, bem como outros contratos celebrados pelas entidades referidas no artigo 7.º do Decreto -Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, de valor igual ou superior a 750.000 euros e os contratos de montantes superior a 950.000 euros isolados ou relacionados entre si, nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, Lei N.º 98/97, de 26 de agosto, e republicações subsequentes, nomeadamente, a Lei N.º 42/2016, de 28 de dezembro, com as alterações e adaptações previstas na Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho e na Lei n.º 12/2022, de 24 julho.

- d) Nesta sequência foi publicada ainda a Lei n.º 31/2023, de 4 de julho, que determina a cessação de vigência de leis publicadas no âmbito da pandemia da doença Covid-19 – em especial, a (isenção de) fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o que implica que todos os contratos celebrados [i.e., outorgados] a partir de 5 de julho, de valor igual ou superior a 750 000 € (cfr. artigos 46.º e 48.º da LOPTC), e que não estejam isentos (cfr. 47.º da LPOTC), foram submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, observando o disposto na Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal, LOPTC), e em cumprimento com as regras presentes na Resolução n.º 3/2022-PG de 8 de abril.
- e) O CHULN recorreu ao Despacho n.º 2879/2023 de 02 de março, para assunção de compromissos plurianuais, por forma a otimizar os recursos financeiros, materiais e administrativos até à sua revogação, regendo-se então pelo disposto no Artigo 6º, n.º 1, alínea a) da LCDA Lei n.º 8/2012, 21 fevereiro; artigo 22.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho; artigo 11.º/1 do DL 127/2012 e Portaria 108/2021 de 4 março, tendo sido submetidos os pedidos de assunção de despesa plurianual na plataforma SNS + Investimento e plataforma DGOnline.
- f) O encargo com contratos de aquisição de serviços pelo CHULN é, também, regulado pelo LOE e DLEO, estando esta Entidade em cumprimento com a referida Legislação.
- g) Para além das aquisições de medicamentos, de material de consumo clínico e de serviços efetuadas ao abrigo dos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) na área da Saúde e nas áreas Transversais, mediante convite à apresentação de proposta dirigido aos

cocontratantes naqueles CPA e de acordo com o procedimento pré-contratual previsto no artigo 259.º do CCP, o Serviço de Gestão de Compras efetua igualmente aquisições de bens e serviços pelo Sistema Nacional de Compras Públicas, através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Saúde, na qualidade de entidade voluntária, através de compra centralizada por via de contrato de mandato administrativo, no âmbito da agregação centralizada, promovida pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde.

c) Indicação de quais os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5M€, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de contas, conforme determina o artigo 47.º da LOPTC

Processo	Objeto Aquisitivo	Valor	Tipo	Sujeito a visto prévio do Tribunal de contas
231000253	C. Central Medicamentos 418/2023	30 437 298,91 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
231000114	C. Central Medicamentos 258/2022	10 805 068,98 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
231000183	C. Central Medicamentos 377/2023	9 973 729,92 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
231G000543	Aq. de Medicamentos Diversos -2023	8 668 066,20 €	Produtos Farmacêuticos	Não (autorga do contrato até 4/Julho)
231000158	C. Central Medicamentos 236/2022	6 198 024,18 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
231000121	C. Central Medicamentos 211/2022	6 136 925,15 €	Produtos Farmacêuticos	Não (sem redução a escrito)
231G000914	PATISIRAN 2 MG/ML SOL INJ AMP 5 ML	5 789 728,00 €	Produtos Farmacêuticos	Não (autorga do contrato até 4/Julho)

14. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Natureza	Total sem IVA
Produtos Farmacêuticos	130 205 939 €
Material de Consumo Clínico	9 834 693 €
Material de Consumo Administrativo	1 340 255 €
Serviços	3 298 353 €
Equipamento Informático	301 140 €
Total	144 980 379 €

15. Eficiência operacional, prevista no nº 1,2 e 3 do artigo 133º do DLEO 2023, e evolução dos gastos operacionais, previstas no nº4 e 5 do artigo 133º do DLEO 2023

Plano de Redução de Custos								
	2023 (Executado)	2023 (Orçamento)	2022 (Executado)	2019 (Executado)	Acréscimo Δ 2023/2022		Acréscimo Δ 2023/2019	
					Valor	%	Valor	%
(0) EBITDA	-51 001 603 €	-53 190 095 €	-46 599 969 €	-37 527 734 €	-4 401 634 €	8,6%	-13 473 869 €	28,9%
(1) CMVM/C	-250 698 921 €	-269 342 915 €	-239 803 608 €	-203 973 661 €	-10 895 313 €	4,9%	-46 725 260 €	19,5%
(2) FSE	-78 699 304 €	-86 689 800 €	-77 732 278 €	-61 081 555 €	-967 026 €	1,2%	-17 617 749 €	22,7%
(3) Gastos com Pessoal	-269 841 134 €	-252 893 816 €	-239 602 332 €	-210 630 867 €	-30 238 802 €	11,2%	-59 210 267 €	24,7%
I relativos aos órgãos sociais	513 768 €	497 000 €	435 107 €	589 077 €	78 661 €	15,3%	-75 309 €	-17,3%
II indemnizações pagas por rescisão	10 199 €	30 000 €	18 662 €	28 172 €	-8 463 €	-83,0%	-17 973 €	-96,3%
iii efeitos do acordo para a melhoria do rendimento	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0,0%	0 €	0 €
iv valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	0 €	85 740 €	0 €	3 097 253 €	0 €	0,0%	-3 097 253 €	0 €
v efeitos do absentismo e do cumprimento das disposições legais								
(4) Gastos com Pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv	-269 317 167 €	-252 281 076 €	-239 148 563 €	-206 916 365 €	-30 168 604 €	11,2%	-62 400 802 €	26,1%
(5) Impacto nos gastos decorrentes de fatores excepcionais								
(6) Gastos Operacionais = [(1)+(2)+(3)-(5)]	-599 239 359 €	-608 926 531 €	-557 138 218 €	-475 686 083 €	-42 101 141 €	7,0%	-123 553 276 €	22,2%
(7) Volume de Negócios [VN]	488 669 356 €	481 225 364 €	454 531 771 €	387 983 609 €	34 137 585 €	7,0%	100 685 746 €	22,2%
Subsídios à exploração								
Indemnizações Compensatórias								
(8) Perda de receita de fatores excepcionais								
(9) Volume de Negócios para efeitos do apuramento de eficiência operacional	488 669 356 €	481 225 364 €	454 531 771 €	387 983 609 €	34 137 585 €	7,0%	100 685 746 €	22,15%
(10) Peso dos Gastos/VN = (4)/(9)	-1,23	-1,27	-1,23	-1,23				
I Gastos Deslocações e alojamento (FSE)	4 168 €	2 500 €	10 080 €	5 912 €	-5 912 €	-141,9%	-1 745 €	-17,3%
ii Ayudas de custo								
III Gastos com frota automóvel	114 075 €	409 099 €	206 336 €	75 889 €	-92 261 €	-80,9%	38 186 €	18,5%
IV Encargos com contratação estudos, pareceres, projetos e consultoria	60 739 €	136 105 €	181 544 €	69 543 €	-120 805 €	-198,9%	-8 804 €	-4,8%
(11) Total = i + ii + iii + iv								

16. Recursos Humanos e Massa Salarial (artigo 131º do DLEO 2023/Despachos de 15 de dezembro de 2022, e 12 de maio de 2023 dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças)

Evolução do número de Recursos Humanos e massa salarial

Indicadores	2023 (Executado)	2023 (Orçamento)	2022 (Executado)	2019 (Executado)	Acréscimo P2023/2022		Acréscimo P2023/2019	
					Valor	%	Valor	%
N.º Total RH (O.S.+ Cargos de Direção+ Trabalhadores)	6602	6904	6561	6443	41	0,6%	159	2,4%
N.º Orgãos Sociais (O.S.) (nº)	7	8	7	7	0	0,0%	0	0,0%
N.º Cargos de Direção sem O.S. (nº)	45	46	47	46	-2	-4,4%	-1	-2,1%
N.º Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (nº)	6550	6850	6507	6390	43	0,7%	160	2,5%
Gastos com Dirigentes/Gastos com o Pessoal [b/(1-f)]	0,01	0,01	0,01	0,01	0	-4,5%	0	22,8%
Numero viaturas	36	37	36	36	0	0,0%	0	0,0%

17. Do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 28.º do RJSPE, artigo 105º da LOE 2023 e artigo 19º do DLEO 2023

Dando cumprimento ao regime aplicável nos termos do diploma acima referido, em 31 de dezembro de 2023, cerca de 98,6% das disponibilidades do CHULN estavam depositadas no IGCP. No entanto, o CHULN, de acordo com autorização de 3 de agosto de 2022 encontra-se excecionado da aplicação deste princípio para os anos de 2022 e 2023, por motivo de agilização na cobrança de taxas moderadoras e por utilização do sistema de *homebanking* do Banco Santander Totta.

IGCP (€)	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	11 042 862€	12 514 258€	11 335 852€	3 070 238€
Aplicações financeiras	-	-	-	5 773 990€
TOTAL	11 042 862€	12 514 258€	11 335 852€	8 844 228€

Banca Comercial (€)	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
CGD - Caixa Geral Depósitos SA	3 480 €	3 480 €	3 480 €	3 480 €
Banco Santander Totta	66 074€	27 090€	41 287€	184 573€
TOTAL	69 554€	30 570€	44 767€	188 053 €

18. Divulgação das recomendações dirigidas ao CHULN resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como as medidas tomadas e o respetivo resultado.

Nos últimos três anos não foram rececionados no CHULN relatórios referentes a Auditorias do Tribunal de Contas.

19. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira prevista nos art.º 66º-B ou 508º G do CSCS contendo no mínimo a informação indicada no n.º 2 dos mencionados artigos. Esta informação deverá ser preferencialmente apresentado no Relatório em separado do Relatório de Gestão, em anexo ao RGS,

Esta informação consta de capítulo próprio no Relatório de Governo Societário.

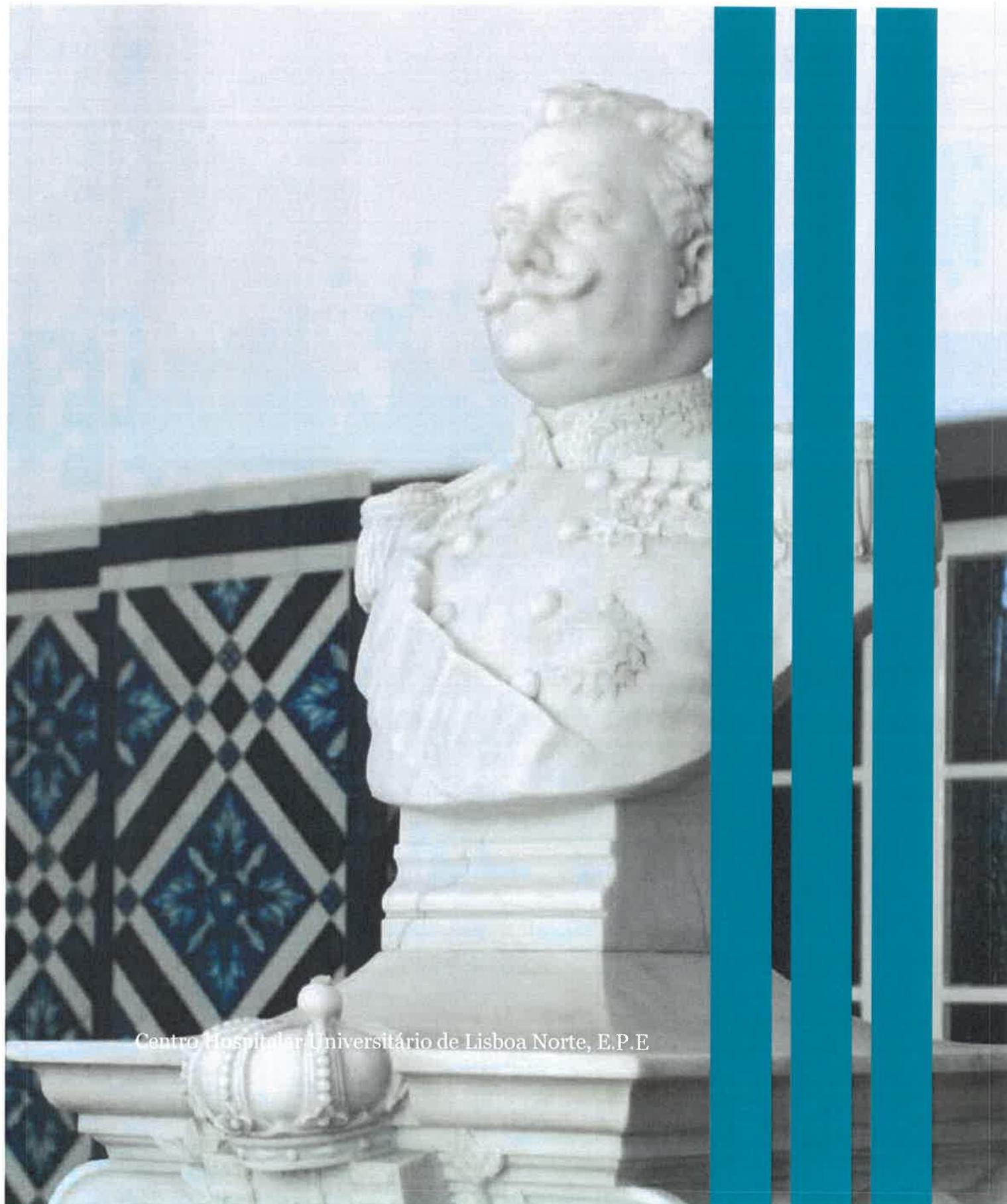
Demonstração não financeira (art 66º-B Código Sociedades Comerciais)	Menção
Modelo empresarial da empresa	Pontos I e II do RG relativos ao Sumário Executivo e à Missão, Objetivos e Políticas e pontos relativos à Apresentação, Estrutura Orgânica e Demonstração não financeira no Relatório e Contas
Políticas seguidas pela empresa, resultados e riscos em relação às questões ambientais e sociais	Pontos VI e IX do RGS relativos à Organização Interna e à Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental e na Demonstração não financeira no Relatório e Contas
Políticas seguidas pela empresa, resultados e riscos em relação a questões relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens e à não discriminação	Pontos VI e IX do RGS relativos à Organização Interna e à Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental e na Demonstração não financeira no Relatório e Contas
Políticas seguidas pela empresa, resultados e riscos em relação a questões relativas ao combate à corrupção e tentativas de suborno	Pontos VI e IX do RGS relativos à Organização Interna e à Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental e na Demonstração não financeira no Relatório e Contas
Indicadores chave de desempenho	Pontos II, VI e IX do RG relativos à Missão, Objetivos e Políticas e Organização Interna e à Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental e na Demonstração não financeira no Relatório e Contas

20. Informação divulgada no sitio da Internet do SEE (portal da DGTF) a 31 de dezembro de 2023.

Informação	Divulgação			Data atualização	Comentários
	Sim	Não	N. A.		
Estatutos	X				www.chln.min-saude.pt
Caraterização da empresa	X				
Função da Tutela e Acionista	X				
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:	X				
Identifica dos órgãos sociais	X				
Estatuto remuneratório fixado	X				
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	X				
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	X				
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	X				
Esforço Financeiro Público	X				
Ficha Síntese	X				
Informação financeira histórica e atual	X				
Princípios do Bom Governo	X				
Regulamentos internos e externos	X				
Transações Relevantes com entidades relacionadas	X				
Outras transações	X				
Análise da sustentabilidade da empresa: económico; social e ambiental	X				
Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	X				
Código de Ética	X				

2023

Relatório e Contas



Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E



8 Análise do Desempenho

Económico-Financeiro

A informação atinente à Atividade Assistencial e Desempenho Económico-Financeiro, cujo resultado se consubstancia, entre outros, no “Relatório Analítico e Desempenho Económico e Financeiro” continua a ser reportada com a periodicidade requerida, bem como a informação pretendida pela DGO para monitorização da Execução Orçamental e Despesa/Receita Covid, e para a DGTF através da plataforma SIRIEF, assim como outras de caráter esporádico que ao longo do ano sempre surgem, tendo o carácter de urgência como denominador comum.

A dotação orçamental inicial que nos foi atribuída para 2023, tal como em anos anteriores, verificou-se insuficiente tal como antecipávamos e tivemos oportunidade de mencionar em sede de elaboração de memória justificativa do respetivo “Projeto de Orçamento”, por escassa, o que nos obrigou a alertar por diversas vezes às Tutelas, Setorial e das Finanças, reforços de capital para solver compromissos assumidos e não pagos de anos anteriores e tentar obter ter um resultado equilibrado no ano, o que acabou por não se concretizar.

A insuficiência de dinheiro e o seu direcionamento para atividades *core* da instituição condiciona inapelavelmente, toda e qualquer proposta de inovação que possamos pensar implementar. No entanto, em 2023 foi efetuado um esforço no sentido de retomar os dois projetos que suportam a aplicação das Normas de Contabilidade Pública nº 26 (Contabilidade Orçamental) e nº 27 (Contabilidade de Gestão), do SNC AP.

Contabilidade analítica – iniciou-se no último trimestre de 2021 a implementação de um modelo de obtenção de custos diretos e indiretos, baseado na informação obtida na contabilidade patrimonial, e que, introduzindo as regras de imputação nos permitirá obter uma visão da estrutura de custos por serviço/departamento no CHULN, base da contabilidade de Gestão. Encontra-se implementado em pleno face às instruções da tutela, tendo o CHULN construído, em paralelo, um modelo onde refizemos algumas das premissas de distribuição de custos para melhor espelhar a atividade. O ano de 2023 pautou-se por um aprofundar dos critérios de rateio e distribuição de custos recorrendo a integração de informação de outros repositórios internos, apresentando-se um quadro resumo em capítulo próprio.

Contabilidade Orçamental – face às inúmeras dificuldades encontradas na sua implementação em anos anteriores, apesar de todo o esforço das equipas internas, ainda não foi possível em 2023 concluir este projeto. No entanto durante o ano em curso e, com outro parceiro de implementação, foi possível preparar a transição em termos de afetação de rubricas de despesa e receita e iniciar o ano de 2024 já a trabalhar com este referencial.

Assim, a presente análise Económico-financeira encontra-se baseada no referencial contabilístico SNC-AP, iniciado em 2018, não totalmente em funcionamento dada as dificuldades ainda não ultrapassadas de implementação da contabilidade orçamental (NCP 26).

8.1 Desempenho Económico

O Resultado Líquido apresentado em 2023 negativo em 62.445.288€ e o EBITDA negativo de 51.001.603€ compara com um Resultado Líquido negativo de 57.847.020€ e um EBITDA negativo de 46.599.969€ do ano anterior.

Tal como em anos anteriores confirma-se um Resultado Operacional negativo dado o valor dos custos estruturais que o CHULN suporta. Salientamos os valores de CMVMC que continua sempre em crescendo face ao tipo de atividades complexas que prestamos, em termos de cuidados de saúde, chamando-se a atenção para o valor dos medicamentos utilizados em patologias não financiadas (108.339.980€, conforme página 64) aos FSE que acompanham a subida do salário mínimo refletida em rubricas como limpeza, alimentação, lavandaria, vigilância e segurança.

Apresenta-se no quadro seguinte as principais rubricas que concorrem para os resultados económico e financeiros:

Indicadores de Gastos, Rendimentos e Resultados (M€)	2023	2022	Variação 2023-2022
Gastos operacionais	602,92	559,68	7,73%
Rendimentos operacionais	551,92	513,07	7,57%
EBITDA	-51,00	-46,60	9,44%
Amortizações	-11,38	-11,18	1,79%
Resultado Operacional antes gastos financiamento	-62,38	-57,78	7,96%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00%
Juros e gasto similares suportados	-0,03	-0,04	-25,00%
Resultados antes de impostos	-61,41	-57,81	6,23%
Imposto do exercício	-0,04	-0,04	0,00%
Resultado Líquido	-61,45	-57,85	6,22%

Analisando a evolução dos Ganhos e Rendimentos obtemos o seguinte quadro:

RENDIMENTOS OPERACIONAIS (M€)	2023	2022	Variação 2023-2022
Rendimentos operacionais	552,0	513,0	7,60%
Taxas Moderadoras	1,0	2,9	-64,91%
Prestação de Serviços	473,2	440,2	7,50%
SNS - Contrato Programa	461,6	427,1	8,09%
SNS - Programas Verticais	4,3	6,0	-28,69%
Outras entidades	7,3	7,1	2,96%
Transferências e subsídios correntes	57,4	50,4	13,82%
Outros rendimentos operacionais	20,2	19,6	3,11%
Juros e outros rendimentos similares	0,2	0,0	

O aumento global de 7,6%, que se traduz numa variação de 39 M€ globais deve-se ao acréscimo de Produção acompanhada pelo aumento em Custos de Contexto.

Refira-se que, o **Contrato-Programa SNS** foi reconhecido como rendimento não pelo total contratualizado, mas pelo valor faturável conforme comunicado no dia 22 de dezembro 2023 pela ACSS.

O valor final do Contrato Programa 2023 inclui 33.802.042,30€ atribuídos a títulos de Rendimentos de Contexto (verba de convergência), o que embora em menor escala, evidencia o desajustamento dos preços do Contrato Programa, quer nas linhas de produção clássicas, quer nas do financiamento comprehensivo, registado na rubrica de **Transferências e Subsídios Correntes**. Em comunicação de 22 de março foi ainda acrescido a esta rubrica um reforço de 21,2M€ atribuído em sede de Gastos com Pessoal. Dir-se-á que este valor é muito elevado, mas só o encargo com medicamentos utilizados em patologias não financiadas foi de 108,3 M€, como já foi referido anteriormente.

Considerando a divulgação pela ACSS da Circular Informativa nº 1/2020 atualizámos as **Taxas Moderadoras** que se encontravam por cobrar e ainda não reconhecidas em Acréscimos. A diminuição desta linha está diretamente relacionada com a legislação publicada em junho 2022.

A análise por linhas de produção é efetuada em capítulo próprio da Atividade Assistencial.

Os **Programas Verticais** em 2023 referem-se a Incentivos a Transplantes, Assistência Médica ao Estrangeiro, Atrofia Muscular Espinal, e correspondem à nossa melhor estimativa, confirmada pela comunicação da ACSS no dia 19 de março 2024.

A **Produção não SNS** reflete essencialmente os subsistemas, seguradoras e embaixadas. Destaque em 2023 para a estimativa constituída da faturação de hemodiálise que se encontra

por validar pela ARSLVT desde 2014, sem que a plataforma instalada responda às validações criadas pela própria ARSLVT.

Em Outros Rendimentos Operacionais destacamos essencialmente a faturação de Medicamentos de Cedência de Ambulatório (9,9M€) em 2023. As rubricas de rendas recebidas pela concessão de exploração privada das nossas instalações e dos parques de estacionamento recuperaram os níveis atingidos antes da pandemia.

Em relação aos Gastos e Perdas salientamos as principais rubricas, no seguinte quadro:

GASTOS OPERACIONAIS (M€)	2023	2022	Variação 2023-2022
Gastos operacionais	602,92	559,68	7,73%
Materiais de Consumo	250,7	239,8	4,55%
Fornecimento e serviços externos	78,7	77,73	1,25%
FSE serviços de saúde	22,76	23,85	-4,57%
Outros FSE	55,93	53,88	3,80%
Gastos com pessoal	269,8	239,6	12,60%
Outros gastos Operacionais	3,72	2,55	45,88%

Analisando em detalhe verificamos que o aumento dos Gastos Operacionais, em termos percentuais, se deve essencialmente à rubrica de Gastos com Pessoal, e Materiais de Consumo. No que concerne aos Outros Gastos Operacionais, embora a variação percentual seja elevada corresponde apenas a um milhão de euros relacionados com o decréscimo do reforço estimativas de prestação de serviços para os anos de 2019-2022.

Apresenta-se em seguida alguns quadros detalhando as principais variações:

Detalhe de Materiais de Consumo (M€)	2023	2022	Variação 2023-2022
Materiais de Consumo	250,6	239,8	4,50%
Produtos farmacêuticos	190,7	182,66	4,40%
Medicamentos	177,3	167,2	6,04%
Reagentes e outros	13,4	15,46	-13,32%
Material consumo clínico	57,1	54,04	5,66%
Outros materiais de consumo	2,8	3,1	-9,68%

Na análise do consumo de Medicamentos por Grupos Fármaco-Terapêuticos, verificou-se que os Grupos Terapêuticos com maiores custos no período em análise peso foram:

- Antineoplásicos e Imunomoduladores, com 40,8% (103,9M€);
- Sistema nervoso central, com 14,7% (37,4M€);

- Medicamentos anti-infecciosos, com 11,3% (28,8M€)

A razão do aumento da despesa em medicamentos deveu-se fundamentalmente à variação de preços, mas também ao acréscimo do número de doentes tratados.

Na variação dos preços estão incluídos os novos medicamentos, nomeadamente na sequência da cessação de programas de acesso precoce (caso da amiloidose e fibrose quística).

Em relação aos decréscimos não existe nada a assinalar, apenas se verificando uma ligeira descida no material de penso e hemostáticos locais (-197 mil euros).

Os grupos terapêuticos com maior crescimento foram em termos financeiros:

- Antineoplásicos e Imunomoduladores, com 17,2 % (15,3M€);
- Aparelho respiratório, com 13,1% (1, 9M€);
- Nutrição com 16,9% (1,7M€);
- Sangue, com 8,3 % (1,6M€)

Analizando o consumo de medicamentos por área de produção, observa-se um acentuado peso do consumo de medicamentos no Ambulatório (Consulta Externa + Hospital de Dia), o qual representou 84,5% do consumo total em medicamentos.

Por área, destaca-se o crescimento do consumo de medicamentos fora das principais áreas de produção +2 milhões de euros em relação ao período homólogo; e na área da Urgência com mais 12,9% (+170 mil euros). Embora percentualmente tenha crescido apenas 13% refira-se que o Hospital de Dia gastou mais 16,3M€, bem como a Consulta com um crescimento de 9,7% que representa 6,1M€.

Salientamos o decréscimo no consumo dos MCDT's de 38% que corresponde a -1,7M€.

O acréscimo do Material de Consumo Clínico está relacionado com o aumento de produção, nomeadamente registando-se um aumento na linha de produtos de osteossíntese (+33,9%) seguido de material de tratamento (+8,3%).

Em relação aos consumos por serviço, são estes que se destacam (BO Central Ortopedia, Cirurgia Vascular e Medicina Intensiva) todos eles com variações face ao período homólogo superior a 40 %.

No que concerne ao Fornecimentos e Serviços Externos verificamos o seguinte

Detalhe FSE	2023	2022	Variação 2023-2022
Fornecimento e serviços externos	78,69	77,73	1,24%
FSE serviços de saúde	22,76	23,85	-4,57%
Meios complementares de Diagnóstico	8,36	7,09	17,91%
Patologia clínica	3,68	2,93	25,60%
Medicina nuclear	1,4	1,62	-13,58%
Meios complementares de terapêutica	2,57	7,33	-64,94%
Internamentos	8,32	5,61	48,31%
Psiquiatria	3,59	2,34	53,42%
Continuados	1,33	1,31	1,53%
SIGIC	3,4	1,96	73,47%
Outros FSE	55,93	53,88	3,80%
Serviços Médicos e outros RH	3,36	2,27	48,02%
Transporte de doentes	9,69	7,04	37,64%
Serviços de alimentação	5,94	4,77	24,53%
Serviços de lavandaria	2,42	2,35	2,98%
Vigilância e segurança	2,98	2,98	0,00%
Conservação e reparação	13,83	13,46	2,75%
Comunicações	0,38	0,48	-20,83%
Eletricidade	3,64	7,13	-48,95%
Combustíveis e lubrificantes	0,54	1,01	-46,53%
Água	0,78	0,74	5,41%
Limpeza, higiene e conforto	6,64	6,14	8,14%

Destacamos o aumento nas rubricas Patologia Clínica e uma ligeira diminuição na Medicina Nuclear cujo incremento da produção interna teve como consequência o aumento da externalização de realização de exames. Este esforço corresponde às instruções da Tutela de, num contexto pós covid recuperar as listas de espera, fato este espelhado no aumento na linha de SIGIC. Ao nível dos meios complementares de terapêutica salientamos o grande decréscimo dos cuidados respiratórios domiciliários, como consequência do comunicado pela ARSLVT designadamente na dúvida da refaturação destes cuidados aos hospitais, pelo que anulámos a estimativa efetuada em 2023 (3,2M€).

Particular destaque para as rubricas de Internamento no seguimento do aumento crítico de casos que são recebidos na nossa instituição (análise no capítulo 4.1).

O ano de 2023 destacou-se principalmente pelo aumento das rubricas relacionadas com os gastos hoteleiros (alimentação; limpeza; lavandaria; vigilância) como consequência das políticas salariais, destacando-se o aumento do salário mínimo.

As rubricas de energia e fluidos, apresentam uma diminuição por comparação com o primeiro trimestre de 2022, face às circunstâncias geopolíticas no contexto Europeu que afetaram os mercados no inicio do ano.

Releva-se ainda o aumento verificado na rubrica de Transportes diretamente relacionada com a retoma da atividade (consultas e tratamentos). A miríade de utentes que nos procura, particularmente das regiões do Alentejo e do Algarve potencia o aumento dos custos, verificando-se ainda deslocações de longo curso, realizados pelos mesmo utentes em dias sequencias, para tratamentos prolongados. Ao nível de serviços salientamos o Serviço de Radioterapia que representa 15% do total do custo anual desta despesa.

Detalhe de Gastos com Pessoal (M€)	2023	2022	Variação 2023-2022
Gastos com Pessoal	269,8	239,6	12,60%
Remunerações base	133,7	121,43	10,10%
Suplementos de Remuneração	60,2	49,65	21,25%
Trabalho Extraordinário	34,8	29,5	17,97%
Subsídios de Férias e Natal	22,9	21,01	9,00%
Encargos sobre remunerações	49,2	43,9	12,07%
Outras despesas com pessoal	3,8	3,61	5,26%

Em relação aos Gastos com Pessoal a sua variação encontra-se explanada em capítulo próprio inserido nos Recursos Humanos.

8.2 Execução orçamental económica – contrato programa

RENDIMENTOS E GASTOS (€)	Acumulado ano 2022	Acumulado ano 2023	Orçamento ano 2023*	Desvio face ao Orçamento	
				Em valor	Em %
Impostos, contribuições e taxas	2 848 655 €	1 037 120 €	1 500 000 €	-462 880 €	-30,86
Vendas	12 254 €	8 818 €	9 200 €	-382 €	-4,16
Prestações de serviços e concessões	440 183 116 €	473 172 762 €	479 725 365 €	-6 552 602 €	-1,37
Transferências e subsídios correntes obtidos	50 439 564 €	57 410 178 €	56 976 871 €	433 307 €	1,21
Variações nos inventários da produção				0 €	
Trabalhos para a própria entidade	1 781 109 €	1 583 061 €	1 800 000 €	-216 939 €	-12,05
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-239 803 608 €	-250 698 922 €	-269 342 915 €	18 643 993 €	-6,92
Fornecimentos e serviços externos	-77 732 278 €	-78 699 304 €	-86 689 800 €	7 990 496 €	-9,22
Gastos com o pessoal	-239 602 332 €	-269 841 135 €	-252 893 816 €	-16 947 319 €	6,70
Transferências e subsídios concedidos				0 €	
Prestações sociais				0 €	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)				0 €	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9 634 €	102 068 €		102 068 €	
Provisões (aumentos/reduções)	-512 684 €	-450 952 €	-800 000 €	349 048 €	-43,63
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)				0 €	
Aumentos/reduções de justo valor				0 €	
Outros rendimentos e ganhos	17 806 959 €	18 603 633 €	17 525 000 €	1 078 633 €	6,15
Outros gastos e perdas	-2 030 358 €	-3 228 931 €	-1 000 000 €	-2 228 931 €	222,89
	0 €	0 €	0 €	0 €	
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	-46 599 969 €	-51 001 603 €	-53 190 095 €	2 188 493 €	-2,94
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-11 179 753 €	-11 381 792 €	-12 325 000 €	943 208 €	-7,65
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0 €	0 €	0 €	0 €	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-57 779 722 €	-62 383 395 €	-65 515 095 €	3 131 701 €	-3,61
Juros e rendimentos similares obtidos	2 941 €	1 004 €	15 000 €	-13 996 €	
Juros e gastos similares suportados	-35 239 €	-29 897 €	-40 000 €	10 103 €	
Resultado antes de impostos	-57 812 020 €	-62 412 288 €	-65 540 095 €	3 127 807 €	-3,61
Imposto sobre o rendimento	-35 000 €	-33 000 €	0 €	-33 000 €	
Resultado líquido do período	-57 847 020 €	-62 445 288 €	-65 540 095 €	3 094 807 €	-3,57
Variação dos Gastos relevantes para EBITDA	-559 681 261 €	-602 919 243 €	-610 726 531 €	7 458 240 €	-1,28
Variação dos Rendimentos relevantes para EBITDA	513 081 292 €	551 917 640 €	557 536 436 €	-5 269 747 €	-1,05
EBITDA	-46 599 969 €	-51 001 603 €	-53 190 095 €	2 188 493 €	-2,94

* de acordo com a Demonstração de Resultados incluída no Contrato Programa 31/05/2023, acrescida da comunicação 28/3/24

Face ao orçamentado para 2023 em sede de Contrato Programa destacamos aqui as principais variações no que concerne aos Gastos e Perdas, como sejam o decréscimo do Custo de Mercadorias Vendidas e Consumidas por via da obtenção de rapel em valores superiores ao estimado. A variação positiva do FSE decorre do efeito combinado da estimativa nos gastos com eletricidade e combustíveis ter ficado aquém do previsto. O aumento nos subcontratos onde se incluem as linhas de Internamentos são absorvidos pelo impacto do decréscimo dos Cuidados Respiratórios Domiciliários, por anulação da estimativa da faturação pela ARSLVT.

Os Gastos com Pessoal refletem as alterações legislativas sendo que em 2023 o desvio se destaca nos Outros Suplementos cujo acréscimo é manifestamente inferior ao orçamentado.

Do ponto de vista dos Gastos e Perdas as maiores variações variação em 2023 deriva da correção da estimativa da hemodiálise de anos anteriores.

Os desvios por linha de produção encontra-se explicados no capítulo da atividade assistencial.

8.3 Síntese Execução Orçamental – Receita e Despesa

Apresentamos no quadro abaixo, a informação reportada à Direção Geral do Orçamento, no âmbito do apuramento da Conta de Gerência do Estado, no que se refere à execução orçamental do CHULN em 2023.

Execução Orçamental Receita

RUBRICA	Descrição	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	TOTAL	GRAU DE EXECUÇÃO %
04	Taxas, multas e outras penalidades	1 200 000 €	1 200 000 €	443 147 €	36,93
06	Transferências correntes	2 195 853 €	2 956 426 €	2 726 184 €	92,21
07	Venda de bens e serviços	664 684 055 €	685 343 089 €	542 670 948 €	79,18
08	Desconto pronto pagamento	100 000 €	319 386 €	319 386 €	100,00
10.00	Comparticipação projetos	13 454 175 €	16 751 756 €	3 814 896 €	22,77
	Comparticipação projetos				
12.06	(POSEUR)	2 073 949 €	2 199 430 €	2 199 430 €	100,00
12.07	Passivos Financeiros	- €	93 106 371 €	93 106 366 €	100,00
16.00	Saldo transitado (2022)	- €	6 471 935 €	6 471 934 €	100,00
TOTAL		683 708 032 €	808 348 393 €	651 752 291 €	80,63

Com a atualização da Lei de Bases da Saúde, mais concretamente, com a nova extensão na dispensa de cobrança de taxas moderadoras, a taxa de execução desta rubrica tem vindo a diminuir.

A taxa de execução atingiu os 80,6%, uma ligeira subida face ao período homólogo, devido aos seguintes fatores:

- A cobrança das taxas moderadoras ficou aquém da expectativa inicial, em consequência da legislação publicada;
- O nível de recebimentos face à atividade assistencial mantém-se, acompanhando o valor indicado pela ACSS;
- As transferências correntes cobradas em 2023 resultam do esforço adicional, no que concerne à cobrança dos Ensaios Clínicos;
- A rubrica de venda de bens e serviços ainda reflete a dependência total dos adiantamentos ao contrato programa para fazer face às despesas;
- A rubrica de passivos financeiros evidencia a entrada de capital para cobertura de prejuízos e aumento de capital, recebida e executada em dezembro de 2023;

As rubricas referentes a participação de projetos apresentam uma taxa de execução baixa face à expectativa inicial. A dificuldade em executar os necessários procedimentos aos processos de despesa, bem como o cumprimento de execução dos mesmos, impede a submissão dos respetivos pedidos de reembolso. Estes constrangimentos comprometem ainda a execução do escalonamento previsto aquando da candidatura e aprovação dos projetos. Não obstante verificamos que o POSEUR que obteve uma elevação taxa de execução em 2023.

Execução Orçamental Despesa

MAPA DESPESA - ORÇAMENTO FINANCEIRO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	TOTAL PAGAMENTOS	GRAU DE EXECUÇÃO %
01 Despesas com pessoal	239 009 608 €	270 724 706 €	270 623 873 €	268 987 447 €	99,36
Aquisição de bens e serviços					
02 correntes	405 784 206 €	486 110 319 €	387 255 113 €	357 011 430 €	73,44
06 Outras despesas correntes	165 000 €	3 105 399 €	1 563 758 €	1 390 873 €	44,79
07 Aquisição de bens de capital	38 749 218 €	41 936 034 €	17 076 172 €	15 290 679 €	36,46
TOTAL	683 708 032 €	801 876 458 €	676 518 917 €	642 680 430 €	80,15

Analizando a execução do mapa da Despesa verificamos:

- O grupo 01 – Despesas com Pessoal continua a indicar a necessidade de reforço neste grupo, de forma a evitar desequilíbrios e constrangimentos orçamentais; a dotação

corrigida através do reforço de 21,2M€ verificou-se insuficiente em 8,8M€ face ao valor dos pagamentos. O CHULN expôs junto da Entidade Coordenadora esta dificuldade, solicitando uma alteração orçamental à qual não se obteve resposta atempada.

Ressalva-se que os Gastos com Pessoal ainda representa, no âmbito da pandemia covid-19, na medida 095, o valor de 7 milhões no total da despesa.

- Relativamente ao grupo de Aquisição de bens e serviços correntes, verifica-se um saldo positivo no que se refere ao valor da dotação corrigida face aos compromissos assumidos, e aos pagamentos.

Para o saldo positivo contribuiu a atribuição de 93,1 M€, recebidos da DGTF (fonte 721) para cobertura de resultados transitados como contrapartida de pagamento da dívida a fornecedores aplicando o critério da antiguidade e aumento de capital. A distribuição deste valor ocorreu nas rubricas de produtos farmacêuticos, material de consumo clínico, alimentação, assistências técnicas e produção ao exterior.

- O agrupamento de aquisições de capital está bastante condicionado pelo equilíbrio entre as fontes de receita e despesa, assim detalhando este agrupamento verifica-se o seguinte:

MAPA DESPESA - ORÇAMENTO FINANCEIRO	F. FINANC	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	PAGAMENTOS	GRAU DE EXECUÇÃO %
07.01.03.B0.B0 Edifícios e Outras Construções	513	16 650 000 €	16 351 216 €	4 998 413 €	6 083 338 €	37,20
07.01.03.B0.B0 Edifícios e Outras Construções	511	- €	2 862 000 €	2 862 000 €	420 547 €	14,69
07.01.03.B0.B0 Edifícios e Outras Construções	414	7 646 000 €	7 646 000 €	- €	- €	0,00
07.01.03.B0.B0 Edifícios e Outras construções - POSEUR	362	230 000 €	230 000 €	- €	- €	0,00
07.01.03.B0.B0 Edifícios e Outras construções - POSEUR	432	2 073 949 €	2 199 430 €	2 046 765 €	2 046 560 €	93,05
07.01.03.B0.B0 Edifícios e Outras construções - PRR	483	- €	211 308 €	180 000 €	180 000 €	85,18
07.01.03.B0.B0 Edifícios e Outras construções - PRR	532	- €	87 477 €	87 235 €	87 325 €	99,83
07.01.00.00.00 Aquisição de viaturas	513	200 000 €	200 000 €	- €	- €	0,00
07.01.07.B0.B0 Equipamento Administrativo- Hardware	511	650 000 €	750 000 €	739 606 €	554 012 €	73,87
07.01.07.B0.B0 Equipamento Administrativo- Hardware	361	349 119 €	271 118 €	212 545 €	212 545 €	78,40
07.01.08.B0.B0 Equipamento Administrativo - Software	511	500 000 €	489 868 €	183 145 €	240 921 €	49,18
07.01.08.B0.B0 Equipamento Administrativo - Software	414	98 400 €	98 400 €	69 944 €	69 944 €	71,08
07.01.08.B0.B0 Equipamento Administrativo - Software	361	- €	106 012 €	48 240 €	48 238 €	45,50
07.01.09.B0.B0 Equipamento Administrativo	513	50 000 €	50 000 €	29 255 €	29 085 €	58,17
07.01.10.B0.B0 Equipamento Básico	414	4 460 000 €	4 460 000 €	- €	- €	0,00

MAPA DESPESA - ORÇAMENTO FINANCEIRO	F. FINANC	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	PAGAMENTOS	GRAU DE EXECUÇÃO %
07.01.10.B0.B0 Equipamento Básico	513	5 811 000 €	5 602 130 €	5 552 973 €	5 252 113 €	93,75
07.01.10.B0.B0 Equipamento Básico	721	- €	66 051 €	66 051 €	66 051 €	100,00
07.01.10.B0.B0 Equipamento Básico	511	- €	224 274 €	- €	- €	0,00
07.01.10.B0.B0 Equipamento Básico	361	30 750 €	30 750 €	- €	- €	0,00
TOTAL		38 749 218 €	41 936 034 €	17 076 173 €	15 290 679 €	36,46

No grupo de Aquisições de bens de capital ressalva-se a condicionante das regras de equilíbrio das fontes de financiamento entre a receita e a despesa, bem como a limitação em transferir a dotação de projetos não concretizados para alocar em rubricas com défice orçamental, como exemplo, o projeto de arranque do projecto START (3 M€) porém, a verba ficou “cativa” na rubrica e respetiva fonte de financiamento.

A execução orçamental neste grupo foi manifestamente baixa, no entanto, na elaboração do projeto de orçamento, o CHULN apresentou um plano de investimento, que garantia a continuidade em ações de adaptação das infraestruturas dos serviços, bem como as necessárias benfeitorias de conservação e reparação dos edifícios como:

- Concretização da Renovação e remodelação do Serviço de Hematologia e Transplantação da Medula Óssea (UTMO) que tem como objetivo adequar as instalações às especificações técnicas exigíveis na atualidade dadas as imposições em termos de licenciamento. Este serviço dispõe de quatro unidades funcionais cujo número de camas necessita de ser aumentado e restrukturado sendo que o internamento terá obrigatoriamente de incluir equipamentos sanitários próprios, filtros HEPA e climatização própria.
- Remodelações várias nos Serviços que necessitam de melhoramentos ao nível das estruturas sendo que o objetivo principal será o de adaptar as condições existentes para aumentar.
- Finalização da implementação dos painéis dos parques fotovoltaicos no âmbito do projecto POSEUR.

A recusa de autorização e atraso nos despachos aos pedidos, da parte da Tutela, limitou a execução de algumas das intervenções/melhorias acima mencionadas que seriam encargos plurianuais com início em 2022.

Acresce que no decorrer do ano de 2023 dado os elevados preços das matérias-primas e escassez de recursos, devido às circunstâncias geopolíticas que afetaram os mercados, as dificuldades de realização de processo aquisitivo e de obtenção de autorização dos mesmos por parte da Tutela revelaram-se muito trabalhosas para ambas as partes, com os constantes pedidos de justificação de necessidade e aumento de valores. Face ao contexto atual prevemos que este será também um problema que se prolongará por 2024, conforme acontece com o PRR.

Todavia, apesar de todas as limitações e condicionantes orçamentais, que persistem face ao contexto atual, o CHULN assume o compromisso e a preocupação com um ambiente mais sustentável, com o conforto dos seus utentes e dos seus colaboradores, promovendo várias melhorias nas infraestruturas, apostando na qualidade técnica com a modernização dos equipamentos e sistemas, bem como a continuidade do desenvolvimento dos sistemas de informação, tendo sempre como objetivo principal que todos estes investimentos tenham como consequência o aumento da atividade de modo a diminuir as listas de espera existentes.

Assim sendo, podemos afirmar que apesar do CHULN efetuar a gestão possível da dotação de receitas que lhe é atribuída, e de alertar em sede própria que a mesma é insuficiente para o cumprimento cabal da sua missão, existem outros fatores que não podemos deixar de enumerar, e que constituem uma pressão diária, como seja:

- Existência de um diferencial entre o Orçamento Financeiro (OE) e o Orçamento Económico (CP) sendo que o primeiro é submetido na Direção Geral do Orçamento, sob a alcada do Ministério das Finanças, e o segundo assinado entre o Conselho de Administração e a ARSLVT em representação do Ministério da Saúde.
- Aumento da despesa em Medicamentos fruto da pressão dos utentes em face das novas terapêuticas, constituindo fatores exógenos, não previsíveis, e o elevado custo com medicamentos utilizados em patologias não financiadas que em 2023 totalizou 108 milhões de euros, conforme se pode verificar na página 64, sem qualquer contrapartida de financiamento tornando o orçamento financeiro manifestamente insuficiente para absorver tanto os compromissos como os pagamentos.
- O volume da dívida existente em 31 de dezembro de 2022, que transitou em Balanço para 2023 alvo do reforço dos 93 M€ acima descritos, destinado única e exclusivamente a este fim, foi insuficiente para que a dívida no final de 2023 não constitua um problema para a elaboração do OE de 2024. No entanto fruto de uma apertada política de pagamentos por antiguidade o valor da dívida total diminuiu face ao ano anterior, mas

a decisão de pagamento às faturas cedidas ao factoring, sem referência à antiguidade teve como consequência o aumento dos arrears, face a 2022.

8.4 Desempenho Financeiro

O Balanço apresenta um Total de Ativo de **536.599.273€** para um Património Líquido positivo em **42.672.198€** e um Passivo de **493.927.074€**.

Balanço Sintético

RUBRICAS	31/12/2022	31/12/2023
ACTIVO		
Ativos fixos tangíveis	213 556 011 €	216 665 728 €
Propriedades de investimento	121 016 €	141 065 €
Outros ativos financeiros		
Total do Ativo Não Corrente	213 677 027 €	216 806 793 €
Ativo corrente		
Inventário	46 012 898 €	48 011 346 €
Clientes, contribuintes e utentes	70 661 116 €	79 493 085 €
Estado e outros entes públicos	305 902 €	246 922 €
Outras contas a receber	176 560 448 €	182 959 556 €
Diferimentos	6 902 €	9 709 €
Caixa e depósitos	9 705 072 €	9 071 861 €
Total do Ativo Corrente	303 252 338 €	319 792 479 €
Total do Ativo	516 929 365 €	536 599 272 €
Património/Capital	312 440 000 €	351 092 428 €
Reservas	11 330 486 €	11 330 486 €
Resultados transitados	-263 791 518 €	-267 184 600 €
Outras variações no património líquido	12 059 928 €	9 879 172 €
Resultado líquido do período	-57 847 020 €	-62 445 288 €
	14 191 876 €	42 672 198 €
Provisões	9 356 952 €	9 807 904 €
Financiamentos obtidos	14 791 959 €	14 791 959 €
Total do Passivo Não Corrente	24 148 911 €	24 599 863 €
Fornecedores	150 902 200 €	133 554 825 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	179 053 848 €	187 255 027 €
Estado e outros entes públicos	9 864 583 €	10 106 704 €
Fornecedores de investimentos	6 739 027 €	4 144 452 €
Outras contas a pagar	131 825 183 €	130 804 930 €
Diferimentos	203 736 €	3 461 273 €
Total do passivo corrente	478 588 577 €	469 327 211 €
Total do passivo	502 737 489 €	493 927 074 €
Total do Património Líquido e Passivo	516 929 365 €	536 599 272 €

No ano de 2023 registamos em propriedades de investimento a segunda parte de terrenos doados por testamento ao CHULN e ao IPO Lisboa. Os investimentos atingiram os 14,5 MEUR, estando 57% em curso, respeitantes a projetos obras iniciadas este ano ou em anos anteriores, e ainda não terminadas (PRR, Unidade de Técnicas de Gastro; Bloco de Partos; UTMO);

Tendo por base os valores de inventários, as Existências Finais contabilísticas refletem o valor de 48,0 MEUR, dos quais 41,8 MEUR (87%) corresponde a Produtos Farmacêuticos, influenciado pela redução do Custo Médio Ponderado (CMP), e pelo efeito da emissão de Notas de Crédito (NC) pela Indústria Farmacêutica, abatidas aos Consumos, no montante global de 67,9 MEUR, +10MEUR face aos 57,9 MEUR de 2022.

As dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes ascendiam a 79,5 MEUR a 31 dezembro 2023, em que as ARS representam 73,7 MEUR (92,7%), incluindo ainda imparidades acumuladas de 18,7 MEUR. As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos, utilizando o critério fiscal de constituição de imparidades para dívidas com antiguidade superior a dois anos, com avaliação casuística. Foram constituídas em 2023 imparidades para cobrança duvidosa no montante total de 68.355€, e foram desreconhecidos 170.423€ relativos a dívidas que foram recuperadas.

No seguimento do preconizado no Manual de Consolidação da ACSS não foram constituídas imparidades sobre as dívidas a cobrar a entidades do SNS, na expectativa da sua boa cobrança.

As Provisões para os riscos inerentes aos processos em tribunal que se encontram em curso são anualmente ajustadas em função das informações do Gabinete Jurídico e da Sociedade de Advogados BAS. Na sequência dessas informações, em 2023 foram reconhecidos/reavaliados vinte e três novos processos, tendo sido reforçada a provisão em 1,4 MEUR e desreconhecidos onze processos no valor de 992.707€.

Incluído na linha de Outras Contas a Receber e Outras Contas a Pagar foram efetuados Acréscimos e Diferimentos a Gastos e a Rendimentos, conforme detalhe em quadro anexo:

Os saldos a 31/12/2023 são os seguintes:

Acréscimo de Rendimentos (Outras contas a receber) (€)	31/dez/22	31/dez/23
Prestações de Serviços a faturar		
SNS	118 194 813 €	118 312 942 €
Não SNS	41 864 721 €	43 038 991 €
Outros rendimentos	7 316 887 €	13 432 069 €
Total	167 376 421 €	174 784 002 €

O valor registado no SNS concerne aos CP, desde 2017 à data, que se encontram por encerrar, enquanto o valor não SNS reflete, essencialmente, a produção pendente de subsistemas, hemodiálise e taxas moderadoras.

Acréscimo de Gastos (Outras contas a pagar) (€)	31/dez/22	31/dez/23
Gastos com pessoal	28 764 614€	29 623 166€
Fornecimentos e serviços externos	20 417 610€	20 205 451€
Medicamentos	255 158 €	0 €
Outros a liquidar	5 433 €	5 433 €
Total	49 442 815 €	49 834 050 €

A rubrica de Gastos com Pessoal inclui a estimativa de férias e subsídio de férias a pagar em 2024 referente a 2023 e respetivos encargos.

Os Fornecimentos e Serviços Externos incluem as faturas emitidas pelos fornecedores em 2024, mas relativas a gastos de 2023 como sejam os gastos de *utilities*, serviços hoteleiros, transporte de doentes e cuidados respiratórios, bem como os valores de Termos de Responsabilidade emitidos em 2023 cujas faturas não foram contabilizadas no ano, por ainda não terem sido enviadas pelo prestador do serviço. Salienta-se o valor de acréscimo de 14 MEUR de faturação de cuidados respiratórios por parte da ARSLVT, incluído no Fornecimentos e Serviços Externos.

8.5 Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

Dívida total a terceiros, da dívida vencida e dos *arrears* (pagamentos em atraso há mais de 90 dias, após data de vencimento).

Verificamos que a dívida em 2023 se manteve praticamente em linha com 2022:

Ano	Dívida Total	Dívida Vencida	Arrears
2021	251 225 858€	51 905 188€	84 568 812€
2022	220 192 517€	69 495 542€	78 086 719€
2023	200 746 315€	58 170 858€	79 955 556€

Os valores em 31 de dezembro de 2023 são os reportados para a ACSS em 10 de janeiro de 2024.

Para a manutenção do valor de *arrears* na grandeza apresentada, contribuiu o impacto do saldo com a ARSLVT de 86% (68,8 M€).

Para a redução da dívida contribuíram, sobretudo:

- A atribuição, a 22 de dezembro de 2023, da verba de 38.652.428€, a título de aumento de capital estatutário para regularização de passivos, consignada ao pagamento de dívida a fornecedores externos que tenham recorrido ao factoring (por Despacho Conjunto das Finanças e Saúde);
- Acresce ainda o montante recebido de 54.453.938€, em 29 de dezembro de 2023, a título de entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados, consignada ao pagamento de dívida vencida (por Despacho Conjunto das Finanças e Saúde);

Da análise do quadro infra verificamos que a dívida total diminui cerca de 20 milhões de euros e contrariamente à tendência dos últimos anos em dezembro de 2023, assistimos a um acréscimo de arrears, fruto das instruções na aplicação da verba recebida. Assim, e ao contrário do verificado em 2022, cujo reforço se destinou à liquidação de dívida por antiguidade, este ano o montante para esta liquidação foi bastante inferior (92M€ em 2022 e 54M€ em 2023) dado que o reforço de 38M€ se destinou na totalidade ao factoring, independentemente da antiguidade da dívida.

Designação	Dívida 2023	Dívida 2022
Arrears	79 955 556€	78 086 719 €
Fornecedores Externos	4 758 649€	1 209 858€
Outras Entidades do Estado	68 421€	179 540€
SNS	75 128 486€	76 697 321€
Dívida Vencida	58 170 858€	69 495 542 €
Fornecedores Externos	55 812 580€	67 180 699€
Outras Entidades do Estado	1 109 587€	1 062 543€
SNS	1 248 681€	1 252 299€
Dívida Vincenda	62 619 901€	72 610 256€
Fornecedores Externos	62 147 854€	71 748 716€
Outras Entidades do Estado	88 257€	458 999€
SNS	373 790€	402 541€
Total	200 746 315€	220 192 517€

O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) em 2023 foi de 148 dias, menos 24 dias que o realizado em 2022, não tendo, no entanto, conseguido cumprir o objetivo proposto pela ACSS/DGO para 2023: 129 <PMP<146 dias.

Em relação aos restantes hospitais inseridos no Grupo E, e com os dados disponíveis no Portal da Transparência a setembro de 2023, o Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte situa-se no 4º lugar do ranking, em que o melhor apresenta 90 dias e o último 262 dias.

Apesar da melhoria destes indicadores só possível pelos reforços do ano, continuam a existir fatores considerados como de risco, para obtermos uma redução na dívida, porque os Rendimentos Operacionais são manifestamente insuficientes para absorver os Gastos Operacionais da instituição, quer do ponto de vista estrutural, quer do ponto de vista exógeno.

Esta pressão continua nos Gastos Operacionais reflete-se essencialmente na rubrica de Produtos Farmacêuticos que aponta para uma tendência de crescimento pelo fato da nossa instituição constituir referência para tratamentos, procura pelos utentes, introdução de inovações, que a nível terapêutico quer de novos medicamentos e dispositivos médicos. A inovação tecnológica

do nosso hospital é uma necessidade premente, e para isso temos recorrido aos projetos comunitários, no âmbito do Portugal 2020 (POSEUR/SAMA), todavia estes apenas são uma participação.

Ao longo do ano fomos implementando medidas no sentido de tentar reduzir este impacto nomeadamente através de insistência escrita perante a Tutela. No que concerne à obtenção de Receita era importante que a Tutela nos apresentasse mecanismos alternativos de regularização de dívidas às Regiões Autónomas. Por solucionar encontra-se também a designação da Entidade Financeira Responsável pela dispensa de medicamentos de ambulatório a subsistemas, cuja faturação é devolvida pelas respetivas ARS responsáveis.

8.6 Evolução dos Indicadores Económico-Financeiros

	Unidade	2023	2022
<i>Indicadores de Produtividade</i>			
VAB	M€	219,2	193,5
Excedente Bruto de Exploração	M€	-50,6	-46,1
Massa Salarial	M€	269,8	239,06
Número de Colaboradores		6 602	6 561
Produtividade Económica do Trabalho	%	33,20	29,49
Produtividade Salarial	%	0,81	0,81
Produtividade Global	%	0,87	0,81
<i>Indicadores de Rotação</i>			
Geral	%	0,68	0,63
Reduzida	%	1,04	0,98
<i>Indicadores de Liquidez</i>			
PMP publicado ACSS (RCM nº 34/2008)	Dias	148	172
Período de Rotação Stocks	Dias	70	70
<i>Indicadores de Solvabilidade</i>			
Peso dos Custos com Pessoal nos Custos Totais	%	43,85	41,89
Absorção de Proveitos Totais por Custos com Pessoal	%	48,80	46,59
Autonomia Financeira	%	7,95	2,75
Solvabilidade	%	8,64	2,82

As demonstrações financeiras, os mapas, os indicadores e os rácios que integram este Relatório objetivam o exame da situação atual e, também, a apreciação das tendências e perspetivas futuras da Empresa demonstrando, assim, a situação difícil em que o Centro se encontra, em

termos económicos, mas principalmente ao nível financeiro, embora apresentando algumas melhorias como consequência do reforço de final de ano. Permite-nos ainda a análise do impacto de algumas medidas importantes que caracterizaram o ano de 2023.

Apresentamos em seguida alguns dos principais rácios da atividade de 2023 e a situação no final do período em análise, do modo que se segue:

- Ao nível de desempenho económico os resultados operacionais apresentados resultam negativos em 62,4 M€, no entanto a estrutura de custos alterou-se pelo aumento generalizado das três grandes linhas, por ordem decrescente (Gastos com Pessoal; CMVC e FSE))
- A contribuição para a criação de valor é expressa pelo VAB que ascende a 219,2 M€, apresentando um aumento de 13% face a 2022.
- O rácio de Produtividade Económica do Trabalho aumenta para 33,2%, com o peso dos Gastos com o Pessoal a representar 43,8% do total dos encargos suportados, representando o fato da estrutura de custos se equilibrar contribuindo para tal o aumento dos Custo de Mercadorias. No entanto este efeito traduz-se em simultâneo numa maior absorção dos proveitos gerados, não obstante o reforço da Tutela.
- Relativamente ao PMP, verifica-se o decréscimo (24 dias), fruto das entradas de liquidez, a título de aumento de capital que permitiram liquidar dívida por antiguidade e aumento de capital, mas ainda assim a dívida vencida a representar um grande peso neste cálculo. O valor a pagar mensalmente ao IPST, contribui decisivamente para esta redução ao nível da linha dos fornecedores do SNS. Salientamos que o financiamento do CHULN tem sido feito através de recurso a dívidas a terceiros.
- No que concerne ao Rácio de Liquidez Geral apresenta um acréscimo traduzido pelo aumento do ativo corrente sobre o passivo corrente, acompanhado pelo indicador de Liquidez Reduzida, ultrapassando a unidade, traduzindo a melhoria da capacidade de solver os compromissos a curto prazo.
- Por fim, refiram-se os índices de Autonomia Financeira e Solvabilidade que melhoraram substancialmente em relação ao ano anterior. Como consequência da injeção de capital para cobertura de prejuízos de anos transitados e aumento de capital, o Património Líquido apresenta-se positivo com impacto direto nos rácios de estrutura/endividamento.

8.7 Contabilidade de Gestão

Em cumprimento do ponto 36 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 relativa à Contabilidade de Gestão, apresentamos os mapas de custos trabalhados por linha de atividade principal (Internamento, Consulta Externa, Hospital de Dia, Urgência e Cirurgia de Ambulatório), distribuídos em Gastos Diretos e Indiretos, Rendimento Produção e Custos Unitários, para os anos de 2023 e 2022.

2023	Internamento	Hospital de Dia	Urgência	Consulta Externa	Cirurgia de Ambulatório
Gastos Diretos	159 787 159	155 227 545	49 048 737	82 259 337	10 485 034
Gastos Indiretos	79 061 338	792 855	14 151 575	46 657 573	7 799 104
Rendimento	148 904 089	2 183 715	19 382 753	62 486 043	65 498 661
Produção	299 542	21 261	195 914	779 227	19 809
Custo Unitário	797,38	7 338,34	322,59	165,44	923,02

2022	Internamento	Hospital de Dia	Urgência	Consulta Externa	Cirurgia de Ambulatório
Gastos Diretos	145 298 033	134 586 358	31 479 265	77 443 120	9 861 977
Gastos Indiretos	76 149 270	11 023 851	19 593 690	47 999 927	8 293 113
Rendimento	148 672 351	2 161 863	19 728 476	56 884 289	51 704 715
Produção	304 819	19 174	207 144	739 996	17 483
Custo Unitário	726,49	7 594,15	246,56	169,52	1 038,44

O valor dos Gastos Diretos de Hospital de Dia encontra-se influenciado pelo valor de medicamentos que em 2023 atingiu os 144 milhões de euros. O reduzido montante de Gastos Indiretos resulta como consequência das notas de créditos recebidas, resultantes do protocolo de Apifarma e Payback, que estão a afetar esta linha.

De forma a melhorar a apresentação dos valores e que estes se aproximem da realidade da atividade do hospital, iniciámos os trabalhos de análise das imputações no último trimestre de 2023, estando fortemente empenhados neste objetivo no ano de 2024.

Proposta de Aplicação de Resultados

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, nomeadamente do artigo 95.º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E. propõe que o Resultado Líquido negativo apurado no período de 2023, no montante de 62.445.287,69€ euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Demonstrações Financeiras Exercício 2023

Balanço em 31-12-2023

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	
		31-12-2023	31-12-2022
ACTIVO			
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis	5	216.665.728,21	213.556.011,30
Propriedades de investimento	8	141.065,15	121.016,00
Outros ativos financeiros		0,00	
		216.806.793,36	213.677.027,30
Ativo corrente			
Inventário	10	48.011.345,83	46.012.898,38
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	79.493.085,06	70.661.116,01
Estado e outros entes públicos	18.1	246.922,44	305.901,93
Outras contas a receber	18.1	182.959.555,63	176.560.447,70
Diferimentos		9.709,20	6.902,39
Caixa e depósitos	2.1	9.071.861,41	9.705.071,51
		319.792.479,57	303.252.337,92
Total do Ativo		536.599.272,93	516.929.365,22
PATRIMONIO LIQUIDO			
Património/Capital	2	351.092.428,00	312.440.000,00
Reservas		11.330.485,92	11.330.485,92
Resultados transitados	2	-267.184.599,90	-263.791.518,02
Outras variações no património liquido	2	9.879.172,37	12.059.927,96
Resultado líquido do período		-62.445.287,69	-57.847.019,88
		42.672.198,70	14.191.875,98
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		9.807.903,84	9.356.952,20
Financiamentos obtidos	21.1	14.791.959,00	14.791.959,00
		24.599.862,84	24.148.911,20
Passivo corrente			
Fornecedores	18.2	133.554.824,74	150.902.200,23
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.2	187.255.027,19	179.053.848,64
Estado e outros entes públicos	18.2	10.106.704,00	9.864.583,31
Fornecedores de investimentos	18.2	4.144.452,29	6.739.027,05
Outras Contas a pagar	18.2	130.804.930,17	131.825.182,55
Diferimentos		3.461.273,00	203.736,26
		469.327.211,39	478.588.578,04
Total do Passivo		493.927.074,23	502.737.489,24
Total do Património Líquido e Passivo		536.599.272,93	516.929.365,22

Demonstração de resultados por natureza em 31-12-2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	14	1.037.120,39	2.848.655,16
Vendas	13.2	8.817,68	12.254,23
Prestações de serviços e concessões	13.1	473.172.762,32	440.183.116,04
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	57.410.178,29	50.439.563,86
Trabalhos para a própria entidade	5	1.583.060,88	1.781.109,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-250.698.920,76	-239.803.608,16
Fornecimentos e serviços externos	21.2	-78.699.303,73	-77.732.278,41
Gastos com o pessoal	19	-269.841.134,84	-239.602.332,46
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		102.068,34	9.634,44
Provisões (aumentos/reduções)	15	-450.951,64	-512.683,66
Outros rendimentos e ganhos	13.3	18.601.236,11	17.806.959,07
Outros gastos e perdas		-3.228.931,95	-2.030.358,03
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		-51.003.998,91	-46.599.968,91
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-11.381.791,85	-11.179.752,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-62.385.790,76	-57.779.721,53
Juros e rendimentos similares obtidos		3.400,30	2.940,52
Juros e gastos similares suportados		-29.897,23	-35.238,87
Resultado antes de impostos		-62.412.287,69	-57.812.019,88
Imposto sobre o rendimento	21.4	-33.000,00	-35.000,00
Resultado líquido do período		-62.445.287,69	-57.847.019,88

Demonstração das alterações ao Património Líquido em 31-12-2023

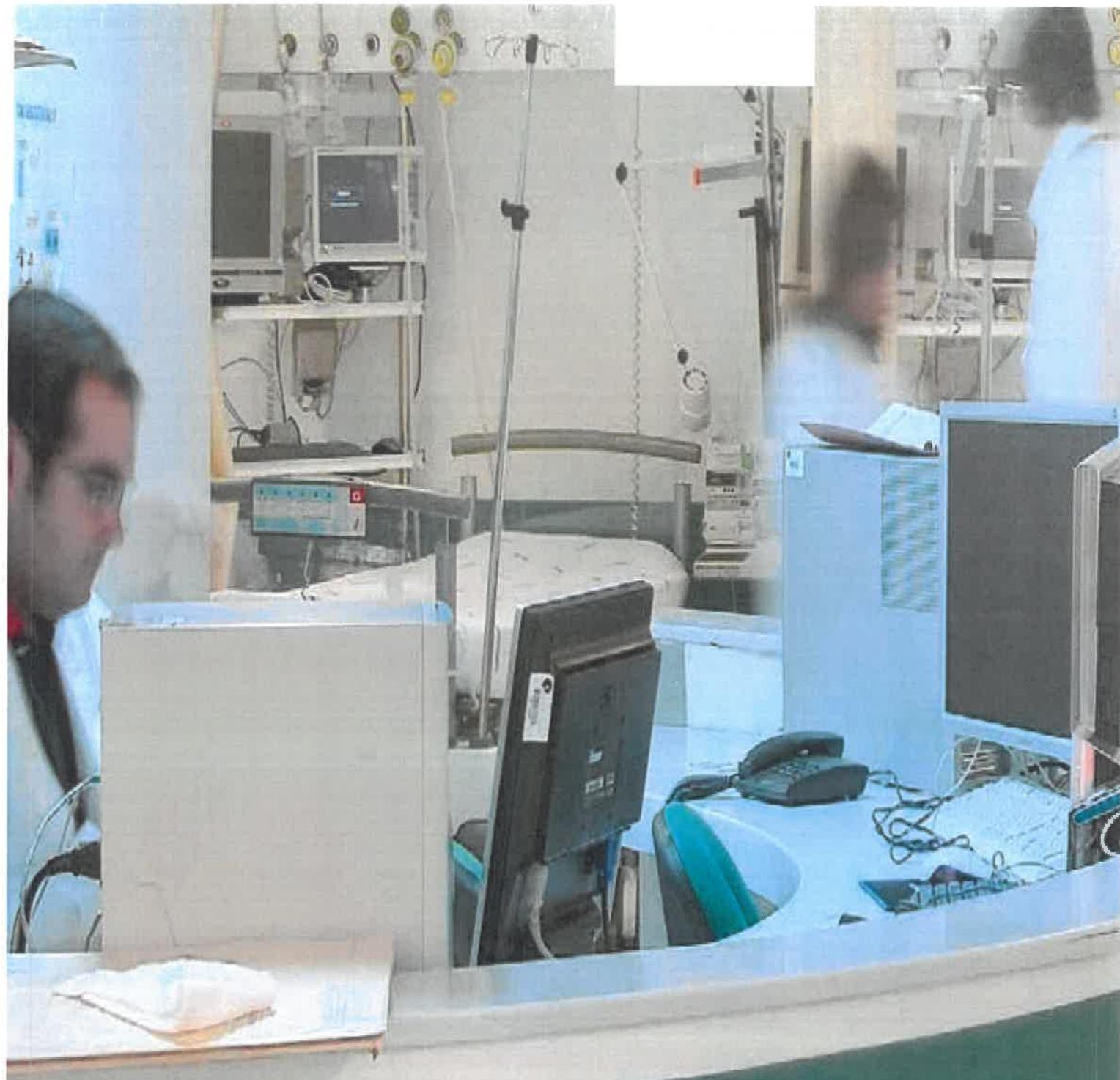
Descrição	Notas	Património Líquido Atribuído aos Detentores do Património Líquido da Entidade que Controla						Interesses que não Controlam	Total do Património Líquido
		Capital/Património Subscrito	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Património Líquido		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		312.440.000	2.692.645	8.637.841	-263.791.518	0	12.059.928	-57.847.020	14.191.876
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras Alterações Reconhecidas no Património Líquido	2							-2.180.756	-2.180.756
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					0	0	0	-2.180.756	-2.180.756
RESULTADO INTEGRAL					0	0	-2.180.756	-62.445.288	-62.445.288
OPERACÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Entradas para Cobertura de Perdas	2	38.652.428							
Outras Operações		38.652.428	0	0					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		351.092.428	2.692.645	8.637.841	-267.184.600	0	9.879.172	-62.445.288	42.672.199

Demonstração das alterações ao Património Líquido em 31-12-2022

Descrição	Notas	Património Líquido Atribuído aos Detentores do Património Líquido da Entidade que Controla						Total do Património Líquido		
		Capital/Património Subscrito	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL	Interesses que não Controlam
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		312.440.000	2.692.645	8.637.841	-311.809.454	0	13.638.523	-43.745.649	-18.146.094	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras Alterações Reconhecidas no Património Líquido	2						-1.578.595		-1.578.595	
							-1.578.595		-1.578.595	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						0	0	-57.847.020	-57.847.020	
RESULTADO INTEGRAL						0	0	-1.578.595	-57.847.020	-59.425.615
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Entradas para Cobertura de Perdas	2					91.763.585			91.763.585	
Outras Operações						-43.745.649	43.745.649	0	0	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		312.440.000	2.692.645	8.637.841	-263.791.518	0	12.059.928	-57.847.020	14.191.876	14.191.876

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31-12-2023

Rubricas	Notas	Períodos	
		2023	2022
<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>			
Recebimentos de Clientes/Utentes		546 651 749,96	504 902 378,54
Pagamentos a Fornecedores		-358 398 790,20	-352 649 059,38
Pagamentos ao Pessoal		-268 987 447,23	-235 750 188,85
Caixa Gerada Pelas Operações		-80 734 487,47	-83 496 869,69
Outros Recebimentos/Pagamentos			963,69
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		-80 734 487,47	-83 495 906,00
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</u>			
Pagamentos Respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis	5	-15 294 191,73	-5 604 390,61
Investimentos Financeiros			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros		0,00	847 525,02
Subsídios ao Investimento		2 289 005,10	1 473 423,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		-13 005 186,63	-4 130 967,61
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital	2	38 652 428,00	
Cobertura de Prejuízos	2	54 453 938,00	91 763 585,00
Doações		98,00	172 500,00
Investimentos Financeiros			
Pagamentos Respeitantes a:			
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		93 106 464,00	91 936 085,00
Variação de Caixa e Seus Equivalentes		-633 210,10	5 156 736,41
Efeito das Diferenças de Câmbio			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		9 705 071,51	4 548 335,10
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	2.1	9 071 861,41	9 705 071,51
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		9 705 071,51	4 548 335,10
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	2.1	9 071 861,41	9 705 071,51



ANEXOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO 2023

1. Identificação da Entidade

Designação da Entidade: Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.

Sede Social: Avenida Professor Egas Moniz

Endereço Eletrónico: administracao@ulssm.min-saude.pt

Página Internet: www.ulssm.min-saude.pt

Natureza da Atividade Principal: Atividade dos estabelecimentos de saúde com internamento

O Decreto-Lei 23/2008 de 8 de Fevereiro criou o Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E., por fusão do Hospital Santa Maria E.P.E. e do Hospital Pulido Valente, E.P.E.

Assim, o Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E. é, desde 1 de Março de 2008, uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial com o número de pessoa coletiva 508481287.

Pelo Despacho da DGO nº P/3469/2014, de 9 Abril de 2014, foi o Centro Hospitalar Lisboa Norte classificado como Entidade Pública Reclassificada (EPR), integrando o setor institucional das Administrações Públicas para efeitos do Orçamento de Estado.

Em 3 de Agosto de 2018, com a publicação do Decreto-Lei nº 61/2018 o Centro Hospitalar Lisboa Norte EPE altera a sua designação para Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, EPE.

O Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E. é um estabelecimento de referência no Serviço Nacional de Saúde, desempenhando funções diferenciadas na prestação de cuidados de saúde, de formação pré, pós graduada e continuada, bem como na área de investigação.

A sua atividade centrada no primado do doente, através da prestação de cuidados de saúde diferenciados à população da sua zona de influência abarca, também, a referenciação diferenciada em múltiplas áreas clínicas, no contexto regional, nacional e dos países de expressão portuguesa.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de harmonia com base nos registo contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto – Lei nº 192/2015, de 11 setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

De acordo com a Instrução nº 1/2019 – PG do Tribunal de Contas as entidades legalmente obrigadas a aplicação do SNS AP devem prestar contas em plataforma de acesso que valida a submissão das mesmas, no entanto atendendo que ainda não implementámos a Norma da Contabilidade Pública (NCP 26), ao abrigo do nº3 da Resolução nº2/2021 publicada em 24/12/2021 e com a Lei nº 75-B/2020 o OE2021, solicitámos autorização extraordinária para aplicação do Normativo SNC, que não obriga a apresentação de demonstrações orçamentais, tendo a mesma sido concedida em informação, via ofício, recebido no passado dia 12 de março de 2024.

Em 2015, foi publicado o Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de Setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplicável às entidades públicas reclassificadas, produzindo efeito a partir de 1 de Janeiro de 2017. Posteriormente é publicado o Decreto-lei nº 85/2016, de 21 de Dezembro, adiando esta decisão para 1 de Janeiro de 2018.

No ano de 2018, de acordo com as instruções da UNILEO em simultâneo com as instruções da ACSS, o CHULN aplicou o normativo SNC-AP no que diz respeito à contabilidade financeira, desenvolvendo internamente esforços ao nível da aplicação do normativo da contabilidade orçamental.

Tendo sido o ano 2018, o ano de transição entre sistemas normativos POCMS – SNC-AP foi necessário realizar uma reconciliação ao nível do balanço de modo a permitir a comparabilidade entre os dados relatados no ano anterior e o ano em causa. Em 2023 não havendo já essa necessidade podemos afirmar que existe comparabilidade entre os dados de 2022 e 2023.

Uma das alterações efetuadas prendeu-se com os Ativos comparticipados através de Programas Comunitários e Projetos Co-financiados que (até ao ano 2017) eram amortizados, na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, sendo o respetivo custo compensado em Proveitos e Ganhos Extraordinários, pela amortização das participações registadas na Rubrica de Acréscimos e Diferimentos – Subsídios para Investimentos. Com a entrada em vigor do SNC AP (Ano 2018) os valores registados nas rubricas de Acréscimos e Diferimentos transitaram para o Passivo – Património Líquido de acordo com a NCP 14, tendo sido estas as reclassificações modificativas realizadas. No ano 2023, o CHULN continua a aplicar as regras da NCP14 conforme indica o quadro abaixo:

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		Período de 2023			Período de 2022		
		Dem. Resultados	Balanço		Dem. Resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em resultados do período		Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em resultados do período
Não reembolsáveis	Estado -Sub -Região	42.414	42.414	848.224	42.414	42.414	890.638
	Subsídios relacionados com ativos	9.929	9.929	244.395	9.929	9.929	254.323
	Fundos Comunitários	1.311.237	1.311.237	3.558.853	817.356	817.356	4.870.091
	Unidade Inter. Cuidados Paliativos	2.514	2.514	158.203	2.514	2.514	160.717
	Outros-IGIF	73.404	73.404	1.554.320	37.600	37.600	1.627.724
		Totais	1.439.498	1.439.498	6.363.996	909.813	909.813
							<i>(valores expressos em euros)</i>

Para além dos subsídios indicados no quadro entraram nas rubricas do Património Líquido os seguintes itens:

- Doações: 182.003,49€
- Resultados Transitados anos anteriores – 57.847.019,88€
- Cobertura de Prejuízos: 93.106.366,00€

Para garantir a sustentabilidade das entidades SNS, foi efetuado o seguinte movimento:

- A atribuição em 22 de dezembro 2023, através de Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, recebemos verba de 38.652.428€ a título de aumento de capital estatutário para regularização de passivos, consignada ao pagamento de dívida a fornecedores externos que tenham recorrido ao factoring, acresce ainda o montante recebido de 54.453.938€, em 29 de dezembro de 2023, a título de entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados, consignada ao pagamento de dívida vencida;

As verbas transferidas são monitorizadas e controladas pela Inspeção – Geral das Finanças e o acompanhamento é efetuado pela Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

A publicação da Circular Normativa nº 2/2024 da ACSS veio definir os procedimentos para o encerramento e reporte das contas do exercício de 2023.

Esta publicação foi efetuada para que, a Conta Consolidada do Ministério da Saúde, possa cumprir os objetivos constantes da Recomendação da Auditoria à conta Consolidada do Ministério da Saúde, emitida pelo Tribunal de Contas.

Desagregação de caixa e depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era a que se encontra no quadro abaixo:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31-12-2023			31-12-2022		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Conta						
Caixa	39.579		39.579	35.402		35.402
Depósitos à ordem						
Depósitos à ordem no IGCP	2.772.287		2.772.287	5.269.796		5.269.796
Depósitos bancários à ordem	188.054		188.054	101.530		101.530
Outros Depósitos no IGCP		6.071.942	6.071.942		4.298.343	4.298.343
Total de caixa e depósitos	2.999.919	6.071.942	9.071.861	5.406.729	4.298.343	9.705.072

As quantias indisponíveis para uso referem-se a depósitos relacionados com processos a decorrer no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa – Juízo Trabalho do Barreiro (Juízo 2 e Juízo 7) no valor de 98.343€ e 5.733.990€ do CEDIC e 199.609€ de caução relativas ao programa POSEUR.

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de harmonia com os seguintes princípios/pressupostos:

Continuidade

- As demonstrações financeiras foram preparadas no sentido de dar continuidade às operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais estão de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceite em Portugal.

Acréscimo

- Os Rendimentos e os Gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, de acordo com regime do acréscimo.

Relevância

- Estão agregadas as linhas de itens que não sejam materialmente relevantes.

Comparabilidade

- As políticas contabilistas e os critérios de mensuração adotados em 2023 são comparáveis com os usados na preparação das demonstrações financeiras em 2022.

As demonstrações financeiras demonstram uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

As notas não mencionadas, não se aplicam ao Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, respeitam a fatos ou situações não materialmente relevantes ou não ocorreram durante o exercício em causa.

Todas as notas apresentam valores em M€ e respeitam a ordem estabelecida no referencial contabilístico normativo da Administração Pública.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis

A partir da data de transição, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para o SNC-AP, a Entidade considerou como custo dos ativos fixos tangíveis o seu custo de aquisição.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Entidade, ou seja, quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas. Os gastos de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, de acordo com o regime de acréscimo.

A Entidade procede a testes de imparidade, relativamente aos seus ativos fixos tangíveis, sempre que eventos ou circunstâncias indiciem que o valor contabilístico destes ativos excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida diretamente em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu “justo valor deduzido de custos de alienação” e o seu “valor de uso”, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado dos ativos e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciáveis. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

Designação	Vida Útil (média)
Edifícios e outras construções	35 Anos
Equipamento básico	14 Anos
Equipamento de transporte	12 Anos
Equipamento administrativo	10 Anos
Outros ativos tangíveis	10 Anos

As vidas úteis, o método de depreciação e o valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

b) Propriedades de Investimento

No decorrer do ano de 2021 foi regularizado parte de uma doação de um imóvel (50%), tendo o mesmo sido registado pelo valor patrimonial inscrito na Certidão Predial. Em 2023 foram incluídos os restantes imóveis deste testamento.

c) Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição

atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Entidade reduz o custo dos inventários para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

d) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Entidade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1,5% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, superior a 1.500.000€ está sujeito a Derrama Estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000€ e até 7.500.000€;
- 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000€ e até 35.000.000€;
- 9% sobre a parte do lucro tributável que excede os 35.000.000€.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2014 a 2016 é de doze anos. Para os períodos de 2012 e 2013, bem como para os períodos de tributação que se iniciem em ou após 01 de janeiro de 2017, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é de cinco anos.

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal.

Esta nova regra aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso naquela data.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 75% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 01 de janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o imposto diferido.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

A Entidade procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiveram direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e,
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

e) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

f) Transações sem contraprestação

A Entidade reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtém o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e os critérios de reconhecimento.

Um anúncio de uma intenção de transferir recursos para a Entidade não é em si mesmo suficiente para identificar esses recursos como controlados. A Entidade apenas reconhece um ativo quando pode reclamar esses recursos e excluir ou regular o acesso do cedente a esses recursos.

Caso existam restrições sobre ativos transferidos, a Entidade procede à sua divulgação.

No caso de ofertas e doações, incluindo bens em espécie, quando as condições de reconhecimento estão cumpridas, é reconhecido um ativo por contrapartida de património líquido.

O ativo é mensurado pelo seu justo valor ou, no caso de terrenos e edifícios, pelo seu valor patrimonial bruto.

g) Subsídio e outros apoios das entidades públicos

Os subsídios das Entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido e, subsequentemente, quando respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio de Entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à Entidade sem qualquer gasto futuro relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar défices de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar défices de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos.

h) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Entidade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

i) Ativos e passivos contingentes

A Entidade não reconhece ativos nem passivos contingentes. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuadamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

j) Instrumentos financeiros

A Entidade reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto quanto a:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra Entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam ligados a instrumentos financeiros e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida quando executados, e se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a Entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Ativos financeiros que a Entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade;
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam: (i) de montante fixo; ou, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para

operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e,

- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Após o reconhecimento inicial, a Entidade mensura, em cada data de relato, todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto a passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo, resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

Considera-se que existe prova objetiva de imparidade quando ocorrem os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do emitente ou devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- O credor, por razões económicas ou legais relacionadas com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria;
- Torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou fará qualquer reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades

financeiras do devedor;

- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial, embora a diminuição não possa ser ainda identificada para um dado ativo financeiro individual do grupo, tal como sejam condições económicas nacionais, locais ou setoriais adversas.

Os ativos financeiros que sejam individualmente significativos são avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes são agrupados com base em similares características de risco de crédito.

k) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não exista uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma Entidade após dedução de todos os seus passivos.

l) Benefícios dos empregados

Remunerações, salários, contribuições para a segurança social e caixa geral de aposentações, férias anuais e baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no exercício em que os serviços associados são prestados pelos empregados do CHULN.

As demonstrações financeiras do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte refletem, na conta de Outras contas a pagar, o montante dos encargos com férias e subsídios de férias e respetivos encargos sociais, cujos direitos já se venceram, mas o pagamento ainda não é devido.

m) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outras Contas a Receber ou Outras Contas a Pagar, conforme sejam valores a receber ou a pagar.

n) Rendimento de transações com contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalente, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalente de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecido como rendimento de juro de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser mensurada ao justo valor do ativo recebido.

Venda de bens

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;
- A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade;
- For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a Entidade; e,
- Os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.

Prestações de serviços

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a Entidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade; e,
- Os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

o) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até à data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 17.

2.3 Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Para além das estimativas incluídas na Nota 2.6, não foram identificados julgamentos com impacto significativo nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As situações identificadas que são suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte encontram-se detalhadas na Nota 2.3. Não se identificaram situações que coloquem em causa a continuidade da Entidade, sendo que o Decreto-lei nº102/2023 de 7 de novembro de 2023, que procede à criação das ULS apenas reestrutura as entidades pública que é o CHULN, integrando o Agrupamento dos Centros de Saúde de Lisboa Norte e Mafra.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

O SNC-AP pressupõe que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são apresentadas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Entidade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Entidade é apresentada na Nota 2.2.

Considerando que em algumas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Entidade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Entidade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela Entidade quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que

podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo:

- Verificação pela Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS) da produção referente aos anos de 2017 a 2023;
- Decisões das Entidades que regulam o Serviço Nacional de Saúde, incluindo o Ministério da Saúde, ACSS e Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP (ARSLVT);
- Alterações da conjuntura económica; e,
- Deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos.

Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. De acordo com a NCP 15, e com base nas situações dos vários processos e o seu possível desfecho, segundo a opinião técnica dos causídicos.

Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis

A vida útil estimada do equipamento operacional foi determinada pela Entidade com base no CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado que constava da Portaria n.º 671/2000 que, com base na nossa experiência, consideramos uma boa estimativa da vida útil destes ativos.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis de acordo com o descrito no capítulo das outras políticas contabilísticas relevantes, encontram-se registados ao custo depreciado, as depreciações foram calculadas de acordo com o CIBE - Cadastro do Inventário dos Bens do Estado (Portaria 671/2000, de 17 de Abril). Desde

2012, ano em que se procedeu à normalização do referido cálculo, utiliza-se para esse efeito o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de artigo.

Salientamos que não foram aplicadas as taxas de depreciação publicadas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento incluídos no Plano de Contas Multidimensional porque dificuldades técnicas, dada a dimensão do número de itens do cadastro.

Mantivemos no Balanço o valor atribuído aos Terrenos e aos Edifícios, pois apesar de o CHULN não deter a propriedade legal do Hospital de Santa Maria é na realidade que tem na sua posse o controlo do bem no montante de Terreno de 45.328.000€ e Edifícios de 87.257.223,87€, indo de encontro à definição de Ativo na Estrutura Conceptual do SNC AP. Não tendo bases em 2023 para utilizar outro critério de valorização mantivemos a política contabilística praticada em anos anteriores.

Os ativos fixos tangíveis comparticipados através de Programas Comunitários e Projetos Co-financiados são depreciados, na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens do CHULN.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item ativos fixos tangíveis e mensurados ao custo de aquisição.

Ativos Tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Ano 2023			Ano 2022		
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas
	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)	(1)	(2)
Rens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão						
Outros Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	60.200.700			60.200.700	60.200.700	
Edifícios e outras construções	203.190.601	92.104.683		111.085.918	186.140.908	88.608.292
Equipamento básico	147.060.458	118.220.533		28.839.925	143.317.737	112.257.627
Equipamento de transporte	783.184	632.152		151.032	783.184	617.219
Equipamento administrativo	37.782.021	33.130.883		4.651.138	37.277.195	31.729.367
Equipamentos biológicos						
Outros ativos tangíveis	460.809	412.582		48.227	460.809	407.275
	449.477.774	244.500.833		204.976.941	428.180.533	233.619.780
Ativos fixos tangíveis em curso						
	11.688.788			11.688.788	18.995.258	18.995.258
Total	461.166.561	244.500.833		216.665.729	447.175.791	233.619.780
						213.556.011

Ativos Tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia escriturada	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Variações 2022/2023				
					(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão									
Outros Ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	60.200.700								60.200.700
Edifícios e outras construções	97.532.616				3.933.308	13.116.476			111.085.919
Equipamento básico	31.060.110				1.913.665	2.324.348			28.839.925
Equipamento de transporte	165.965								151.032
Equipamento administrativo	5.547.828				407.976	107.417			4.651.138
Equipamentos biológicos									
Outros ativos tangíveis	53.535								48.227
	194.560.753	6.254.949	15.548.241						204.976.941
Ativos tangíveis em curso	18.995.258	8.241.770							11.688.788
Total	213.556.011	14.496.719	15.548.241						216.665.729

Ativos Tangíveis – adições

Rubricas	Adições				
	Internas	Compra	Doação, herança, Legado ou perdido a favor do Estado	Total (11)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)	
	(1)	(2)	(6)		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Ativos fixos em concessão					
Outros Ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	1.583.061	2.350.247		3.933.308	
Equipamento básico		1.754.136	159.529	1.913.665	
Equipamento de transporte					
Equipamento administrativo		406.237	1.739	407.976	
Equipamentos biológicos					
Outros ativos tangíveis	1.583.061	4.510.619	161.268	6.254.949	
Ativos tangíveis em curso	8.241.770			8.241.770	
Total	9.824.831	4.510.619	161.268	14.496.719	

O valor de adições de 6,2 milhões de euros apresentados evidencia a política do CHULN na contínua aposta na renovação e inovação tecnológica dos seus equipamentos.

Ativos Tangíveis – diminuições

(valores expressos em euros)

Rubricas	Diminuições			
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Outras	Total
	(1)	(2)	(5)	(6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Ativos fixos em concessão				
Outros Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				-91
Edifícios e outras construções				-495 291
Equipamento básico				-10 567
Equipamento de transporte				-505 949
Equipamento administrativo				-15 548 241
Equipamentos biológicos				-15 548 241
Outros ativos tangíveis				-15 548 241
Total	-505 949	-15 548 241	-16 054 190	

As diminuições ocorridas em 2023 referem-se a abates, essencialmente de equipamento básico e/ou administrativo.

Ativos Tangíveis - depreciações

(valores expressos em euros)

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos	Diminuições	
	2023	2022
Depreciações reconhecidas nos resultados		
Outros Ativos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais		3 229 981
Edifícios e outras construções	3 496 391	4 177 276
Equipamento básico	5 962 906	14 933
Equipamento de transporte	1 401 516	5 815
Equipamento administrativo		1 347 451
Equipamentos biológicos		5 308
Outros ativos tangíveis	10 881 053	8 760 523
Total	10 881 053	8 760 523

Não existem ativos fixos tangíveis retirados de uso ativo e detidos para venda.

8. Propriedades de Investimento

Em 2021 foram doados por testamento, em partes iguais, ao CHULN e ao IPO Lisboa, imóveis que não estando afetos a atividade desenvolvida, foram registados como propriedades de investimento, utilizando o critério valor patrimonial atual, constante da certidão predial. Em 2023 registaram-se os restantes imóveis deste testamento.

Propriedades de Investimento - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia escriturada	Variações 2022/2023								Quantia Escriturada Final
		Adições [3]	Transferências Internas à Entidade	Depreciações do Período	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Diferenças Cambiais	Diminuições		
		(1)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público										
Terrenos e recursos naturais	29.505	6.912	0	0	0	0	0	0		36.416
Edifícios e outras construções	91.511	13.824	0	-686	0	0	0	0		104.649
Outras propriedades de investimento										
	121.016	20.735	0	-686	0	0	0	0		141.065
Propriedades de investimento em curso										
	0	0	0	0	0	0	0	0		0
Total	121.016	20.735	0	-686	0	0	0	0		141.065

Propriedades de Investimento – adições

Rubricas	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
	(1)	(2)	(3)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público										
Terrenos e recursos naturais					6.912					6.912
Edifícios e outras construções					13.824					13.824
Outras propriedades de investimento										
	0	0	0	0	20.735	0	0	0	0	20.735
Propriedades de investimento em curso										
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	20.735	0	0	0	0	20.735

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de inventários tinha a seguinte composição:

Inventários			(valores expressos em euros)	
Descrição	31-12-2023	31-12-2022		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	48.011.345,83	46.012.898,38		
Imparidade acumulada	0	0		
Quantia recuperável	48.011.345,83	46.012.898,38		

A demonstração do Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 detalham-se como segue:

Demonstração do Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas

Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas			(valores expressos em euros)	
Descrição	2023		2022	
	Mat. Primas Sub. Consumo		Mat. Primas Sub. Consumo	
Existências Iniciais - 1 Jan	46.012.898,38		38.855.544,90	
Compras:				
Produtos farmacêuticos	191.699.785,33		190.306.015,03	
Material Consumo Clínico	58.108.003,82		53.921.090,28	
Outras compras inventários	3.029.562,15		3.295.672,20	
Regularizações existências	-139.983,09		-561.815,87	
Existências Finais - 31 Dez	48.011.345,83		46.012.898,38	
Custos do Exercício	250.698.920,76		239.803.608,16	

Não existem quantias escrituradas de inventário dados como penhor de garantia a passivos.

13. Rendimentos de transação com contraprestação

No quadro seguinte apresentamos os rendimentos de transação com contraprestação globais:

Tipo de transação com contraprestação	2023			2022		
	Faturado	Estimado	Total	Faturado	Estimado	Total
Prestações de Serviços						
Serviço Nacional de Saúde	465 861 262		465 861 262	432 940 548	133 313	433 073 861
Outros Subsistemas	5 962 449	1 349 051	7 311 500	5 137 826	1 971 429	7 109 255
Total Prestações Serviços	471 823 711	1 349 051	473 172 762	438 078 374	2 104 742	440 183 116
Venda de bens	8 818		8 818	12 254		12 254
Juros	12		12	2 903		2 903
Transf - ensaios clínicos	2 433 307		2 433 307	1 753 705		1 753 705
Outros Rendimentos e Ganhos						
Medicamentos	9 918 708		9 918 708	10 299 780		10 299 780
Parques	905 971		905 971	988 592		988 592
Outros reembolsos	3 625 977		3 625 977	2 328 282		2 328 282
Total Outros Rendimentos e Ganhos	14 450 655		14 450 655	13 616 654		13 616 654
Total	488 716 503	1 349 051	490 065 554	453 463 890	2 104 742	455 568 632

13.1. Prestação de Serviços

A rubrica de prestação de serviços, serviço nacional de saúde, inclui essencialmente os rendimentos associados ao contrato-programa estabelecido entre o CHULN e o Ministério da Saúde, constitui o instrumento de definição e de quantificação das atividades a realizar pelo Centro Hospitalar, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde. Assim, o contrato-programa define, nomeadamente, os objetivos de produção e da sua remuneração, bem como os apoios extraordinários concedidos (designadamente para compensar as obrigações do Centro Hospitalar no âmbito do serviço público de saúde) e ainda os programas especiais propostos pelo Ministério da Saúde.

Até 2017, os acréscimos de rendimentos eram registados com base em estimativas calculadas pelo CHULN, tendo em consideração a produção realizada e os preços estabelecidos no respetivo contrato programa. Com vista à eliminação de diferenças de consolidação, a partir de 2017 a ACSS passou a indicar os valores das estimativas a serem contabilizadas pelas instituições do SNS, que o CHULN tem assumido nos seus registos contabilísticos.

13.2. Venda de Bens

Venda de bens - O rendimento é reconhecido quando os riscos e benefícios inerentes a posse dos ativos são transferidos para o comprador. As vendas aqui reconhecidas não são produtos, mas sim materiais vendidos a títulos de resíduos.

13.3. Outros Rendimentos e Ganhos

O rendimento é reconhecido quando os riscos e benefícios inerentes a posse dos ativos são transferidos para o comprador. Salientamos nesta linha a faturação de medicamentos de ambulatório às respetivas ARS (9,9M € em 2023) como valor mais significativo. Não incluímos neste quadro os rendimentos que não tem uma contraprestação (acertos de inventário, entre outros).

Transferências – Ensaios Clínicos

Em relação a esta rubrica, incluímos a mesma no quadro explicativo, pois consideramos como rendimento de transação com contraprestação o valor de ensaios clínicos, recebido de acordo com as clausulas estabelecidas em protocolo. Este valor na Demonstração de Resultados por natureza esta incluído na linha de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos (nota 14).

14. Rendimentos de transação sem contraprestação

No período findo em 31 de dezembro de 2023, os rendimentos sem contraprestação tinham a seguinte composição:

Tipo de transação sem contraprestação (1)	Rendimento do período		Quantia por receber		Adiantamentos recebidos	
	(2)		(3)			
	Resultados	Património líquido	início do período	Final do período		
Impostos, Contribuições e Taxas	1.037.120					
Transferências e Subsídios correntes obtidos						
Rendimentos de Contexto	57.976.871					
Sobras de Inventário	827.478					
Imputação subsídios investimento	2.047.433					
Totais	61.888.903		0,00	0,00	0,00	

Consideramos como rendimentos de contexto o valor informado pela ACSS/ARSLVT do Contrato Programa 2023.

14.1. Impostos, Contribuições e Taxes

Esta rubrica é usada quase exclusivamente para apresentar os valores apurados para as taxes moderadoras dos utentes. Em 2023, foram especializadas taxes moderadoras de atos médicos realizados no valor de 1.037.120,39€.

15. Provisões. Passivos contingentes e ativos contingentes

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi o seguinte:

Provisão	Quantia escriturada inicial 2022	Aumentos		Diminuições		Quantia Escriturada Final	
		Reforços	Total aumentos	Utilizações	Total diminuições		
		(1)	(2)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)
Impostos, contribuições e taxes							
Garantias a clientes							
Processos judiciais em curso	9.356.952	1.443.658	1.443.658	992.707	992.707	9.807.904	
Total	9.356.952	1.443.658	1.443.658	992.707	992.707	9.807.904	

Considerou-se a situação dos vários processos e o seu possível desfecho, segundo a opinião técnica dos causídicos.

16. Efeito de alterações em taxas de câmbio

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro, que é também a moeda funcional da Entidade.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, no caso dos ativos e passivos monetários, são registadas na demonstração dos resultados.

À data de 31 de dezembro de 2023 não existem passivos/ativos em moeda estrangeira.

17. Acontecimentos após data do Balanço

Aquando a elaboração deste relatório o país continua expectante quanto aos efeitos de médio prazo do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, bem como outros conflitos existentes no Médio Oriente e a avaliação do impacto futuro, essencialmente, no mundo ocidental.

Encontram-se ainda por aprovar as demonstrações financeiras referentes ao ano de 2013 e seguintes, sendo convicção do Conselho de Administração que serão aprovadas sem alterações ou sem alterações significativas.

Com a aprovação do Dec. Lei 102/2023, de 7 Novembro, que criou as ULS, o CHULN pela integração dos ACES Lisboa Norte e Mafra deu origem a ULSSM, de acordo com o previsto no decreto acima, transitam para a nova unidade apenas assunção de encargos plurianuais que a data da entrada em vigor do presente Dec. Lei se encontra a aguardar parecer da tutela. Não se transmitem os créditos e disponibilidade monetárias; as dívidas, custos, encargos ou outras responsabilidades respeitantes a gestão dos ACES.

18. Instrumentos Financeiros

18.1. Ativos financeiros

O detalhe dos Instrumentos Financeiros Ativos, bem como o respetivo movimento nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, era como se segue:

Ativos Financeiros – quantia escriturada

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Ativos financeiros	Nota	Quantia escriturada inicial	2023				(valores expressos em euros)	
			Aumentos		Diminuições			
			Reversões de perdas por imparidade	Outros	Perdas por imparidade	Outros		
Outros ativos financeiros								
Fundo de compensação de trabalho		0		0		0	0	
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado								
Clientes c/c	(a)	70.661.116		25.903.689		17.071.720	79.493.085,06	
Clientes de cobrança duvidosa	(a)	18.786.789		88.772		207.296	18.668.265,11	
Perdas por imparidade acumuladas	(a)	-18.786.789	170.423	16.455	68.355		-18.668.265,11	
Estado e outros entes públicos								
Pagamentos especiais por conta	(b)	122.326		496		61.410	61.411,03	
Retenções na fonte: Terceiros	(b)	183.576		1.935		0	185.511,41	
Outras contas a receber								
Pessoal		-2.333		101.440.754		101.233.101	205.320,18	
Devedores por acréscimos rendimentos	(c)	167.376.421		1.432.222.502		1.424.814.921	174.784.002,22	

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Ativos financeiros	Nota	Quantia escriturada inicial	2023				Quantia escriturada final	
			Aumentos		Diminuições			
			Reversões de perdas por imparidade	Outros	Perdas por imparidade	Outros		
Outros devedores (Estado)	(d)	4.794.533		160.639		1.985.208	2.969.963,66	
Outros devedores (outros)	(e)	4.391.826		7.163.511		6.555.068	5.000.269,57	
Caixa e Depósitos bancários		9.705.072		862.431.433		863.064.643	9.071.861,41	
Outros ativos financeiros		0					0,00	
Total		257.232.537	170.423	2.429.430.185	68.355	2.414.993.366	271.771.425	

a) Em 31 de Dezembro de 2023 cerca de 99% do saldo de Clientes concentrava-se em 3 entidades:

- Instituições da SPA/SNS (2.404.008,09€);
- ARS (75.474.535,11€);
- Instituições do SEE (1.309.400,40€)

Os clientes de cobrança duvidosa representam 99% do valor apresentado em cobranças duvidosas. Desse valor cerca de 36% pertencem à Sociedade Megalabirinto (6.839.773€). Foram constituídas, em 2020, imparidades para as Instituições do Estado e Regiões Autónomas (8M€). A perda por imparidade acumulada de 18.668.265€ foi reforçada em 2023 por 68.355€ utilizando o critério já usado em anos anteriores, ou seja, 100% das dívidas de Clientes Não Estado com antiguidade superior a 2 anos.

- b) Na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, estão registados os valores a receber relativos a pagamento especial por conta e a retenções realizadas por terceiros.
- c) Os devedores por acréscimos de rendimento dizem respeito as seguintes naturezas:

Devedores por acréscimos rendimentos	Nota	(valores expressos em euros)	
		31-12-2023	31-12-2022
ACSS: Contratos-programa			
2017	(c1)	82.620.957	82.620.957
2018	(c1)	27.068.021	27.068.021
2019	(c1)	5.264.890	5.264.890
2020	(c1)	1.257.558	1.257.558
2021	(c1)	128.543	128.543
2022	(c1)	1.854.845	1.854.845
2023	(c1)	118.128	0
ARSLVT- Hemodialise	(c2)	15.122.895	15.935.714
Subsistemas	(c2)	12.463.294	11.070.178
Taxa Moderadoras	(c3)	15.452.802	14.858.829
Rappel de fornecedores	(c4)	13.337.395	7.215.943
Outros		94.674	100.944
Total		174.784.002	167.376.421

(c1) Relativamente aos devedores por acréscimos de rendimentos, ACSS, os mesmos correspondem essencialmente as estimativas efetuadas no âmbito da execução dos contratos-programa relativos aos anos em causa, 2017 a 2023, de acordo com as orientações recebidas da ACSS. É convicção do Conselho de Administração que os valores em causa refletem a melhor estimativa possível dos valores de produção a faturar, não sendo expetável que, no âmbito do encerramento formal dos contratos-programa em causa resultem correções significativas.

(c2) Os valores de acréscimos de rendimentos referentes a serviços prestados à ARSLVT e a subsistemas traduzem a melhor estimativa das quantias a faturar pelos serviços prestados, carecendo ainda de uma definição dos montantes definitivos a recuperar daquelas entidades.

(c3) De acordo com a Circular Informativa nº 1/2020 emitida pela ACSS às entidades do serviço nacional de saúde, foi recomendado manter na rubrica devedora por acréscimos de Rendimentos as taxas moderadoras por cobrar, sendo que o valor existente em 31 de dezembro de 2023 reflete o período de 2017 a 2023.

(c4) A rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, rappel de fornecedores, diz respeito a notas de crédito rececionadas em 2024, relativas a diversos acordos comerciais negociados com os fornecedores no ano de 2023.

d) Os outros devedores (estado), decompõem-se como segue:

Outros Devedores Estado	(valores expressos em euros)	
	31-12-2023	31-12-2022
Agência para o desenvolvimento e coesão, I.P. (SAMA2020/POSEUR)	1.034.380	3.144.224
Administrações Regionais de Saúde	276.131	275.938
SUCH - Serviço de Utilização Comum dos Hospitais	302.679	392.652
Outros	1.356.774	981.719
Total	2.969.964	4.794.533

e) Os outros devedores (outros), decompõem-se como segue:

Outros Devedores	(valores expressos em euros)	
	31-12-2023	31-12-2022
Entidades não codificadas	2.734.352	2.514.667
Ensaios clínicos	553.440	204.666
IQVIA Solutions Portugal, Lda.	22.728	21.083
ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A.	631.112	556.911
Outras instituições	1.058.638	1.094.499
Total	5.000.268	4.391.826

18.2. Passivos financeiros

O detalhe dos Instrumentos Financeiros Passivo, bem como o respetivo movimento nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, era como se segue:

Passivos Financeiros - quantia escriturada

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Passivos financeiros	Nota	Quantia escriturada inicial	2023				Quantia escriturada final	
			Aumentos		Diminuições			
			Reversões de perdas por imparidade	Outros	Perdas por imparidade	Outros		
Fornecedores c/c	(a)	150.902.200		1.235.467.931		1.252.815.306	133.554.825	
Adiantamento de clientes	(b)	179.053.849		11.674.860.567		11.666.659.389	187.255.027	
Estado e outros entes públicos								
Imposto sobre o rendimento	21.4	35.000		33.000		35.000	33.000	
Imposto sobre o valor acrescentado	(c)	170.849		1.288.033		1.212.748	246.135	
Retenções na fonte	(d)	3.615.807		46.977.514		47.386.050	3.207.271	
Contribuições para sistemas proteção social	(d)	6.040.823		93.552.777		92.975.200	6.618.400	
Outros		2.104		30.989		31.195	1.898	
Fornecedores de investimentos c/c	(e)	6.739.027		41.665.824		44.260.399	4.144.452	
Outras contas a pagar								
Credores por acréscimos de gastos								
Remunerações a liquidar	(f)	28.764.614		46.018.621		45.160.069	29.623.166	
Outros acréscimos de gastos	(g)	20.678.201		47.206.220		47.673.536	20.210.885	
Outros credores								
Pessoal		0					0,00	
Instituições do estado	(h)	78.154.788		6.497.386		7.488.388	77.163.787	
Outros credores diversos	(i)	4.227.579		3.112.719		3.533.206	3.807.092	
Total		478.384.842		13.196.711.582		13.209.230.485	465.865.938	

- (a) Fornecedores c/c, respeitam a dívidas de compras e fornecimentos e serviços externos com prazo médio de pagamento (PMP) de 148 dias e 172 dias, em 2023 e 2022, respetivamente.
- (b) A rubrica de Adiantamento de Clientes reflete essencialmente os montantes recebidos da ACSS cuja faturação ainda se encontra por emitir, no âmbito do encerramento de contrato-programa.
- (c) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), diz respeito ao IVA liquidado nos meses de novembro e dezembro de 2023 e entregue ao Estado em janeiro e fevereiro do corrente ano;
- (d) As quantias relativas as retenções na fonte a terceiros de impostos sobre o rendimento e de contribuições para sistemas proteção social, resultaram quase na sua totalidade da liquidação de verbas respeitantes à função de pessoal, que foi objeto de entrega em janeiro de 2024.
- (e) Fornecedores de investimento, dizem respeito a obras e aquisição de equipamentos;
- (f) Remunerações a liquidar, são relativas a férias, subsídio de férias e respetivos encargos vencidos a 31 de dezembro de 2023, e a pagar no corrente ano de 2024;

(g) Outros acréscimos de gastos, decompõem-se como segue:

Credores por acréscimos de gastos	(valores expressos em euros)	
	31-12-2023	31-12-2022
Entidades do SNS	14.902.042	14.928.740
Subcontratos	3.916.497	2.203.513
Trabalhos especializados	567.083	1.518.887
Conservação e reparação	415.454	1.147.397
Limpeza higiene e conforto	273.645	329.645
Comunicações	21.247	73.067
Outros	114.916	476.952
Totais	20.210.885	20.678.201

(h) Outros credores - Instituições do Estado, decompõem-se como segue:

Instituições do Estado	(valores expressos em euros)	
	31-12-2023	31-12-2022
ARS LISBOA VALE TEJO,I.P.	68.773.475	68.694.072
IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação	5.627.440	6.771.907
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	1.106.790	1.082.040
INST. NAC.SAÚDE DR.RIC. JORGE,IP	84.619	148.907
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	99.142	92.481
Outras instituições	1.472.321	1.365.381
Total	77.163.787	78.154.788

Salientamos ainda nesta rubrica as dívidas à ARS Lisboa Vale Tejo, I.P. no valor de 68.773.475€ e ao IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação no montante de 5.627.440€. De salientar que esta última, tem vindo a ser amortizada à cadência de 1 milhão euros/mês de harmonia com as disponibilidades de liquidez do CHULN.

(i) Outros credores – diversos, dizem respeito essencialmente às dívidas a diversos prestadores de serviços médicos e de diagnóstico, no combate à diminuição da lista de espera do SNS.

Não existem ativos dados em garantia como colateral de passivos, nem dívidas a fornecedores externos cuja duração residual seja superior a cinco anos.

19. Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salário, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e natal.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago

durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benéficos de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Custos com o Pessoal	(valores expressos em euros)	
	2023	2022
Órgãos Sociais:		
Remunerações dos Órgãos Sociais	406 073	363 528
Subsídio de refeição	6 945	4 945
Outros		0
Enc.s/ Rem. Órgãos Sociais	48 005	49 723
Total Órgãos Sociais	461 023	418 196
Remunerações do Pessoal	207 242 444	185 126 890
Enc.s/ Rem. Pessoal	49 223 461	43 903 129
Subsídio de refeição	9 039 580	6 525 577
Seguros	1 810 154	1 802 670
Outros	2 064 473	1 825 869
Total Pessoal	269 380 112	239 184 136
TOTAL	269 841 135	239 602 332

O número de funcionários no final do 2023 e 2022 foi de 6.602 e 6.561 respetivamente.

20. Divulgações Partes Relacionadas

O capital estatutário do CHULN,E.P.E. é detido pelo Estado Português e encontra-se totalmente realizado.

A Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) é a entidade controladora final do Grupo Público da Saúde, sendo responsável pela consolidação das Contas.

Para além das transações realizadas com clientes e fornecedores, o CHULN também se relaciona com outros hospitais do Serviço Nacional de Saúde e com as Administrações Regionais de Saúde (ARS), mais concretamente para a realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Entidades	Balanc		Demonstração de Resultados	
	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos
Entidades não pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde				
ACÇÃO GOVERNATIVA - entidade contabilística				
GABINETE DO MINISTRO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE	29.696,75	259,47	28.785,20	2.041,65
EAS Empresa Ambiente na Saúde, Tratamento de Resíduos Hospitalares				
Unipessoal, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00
ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE	0,00	0,00	25.000,00	0,00
FUNDO PARA A INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
INFARMED - AUTORIDADE NAC. DO MEDICAMENTO E PROD. DE SAÚDE, I.P.	0,00	0,00	0,00	0,00
INSPEÇÃO-GERAL DAS ATIVIDADES EM SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA, I.P.	0,00	151,64	35.003,13	215.423,91
SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTENCIA NA DOENÇA, I.P.	0,00	4.741.354,47	11.653,79	19,42

Entidades	Balanc		Demonstração de Resultados	
	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos
SERVIÇO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDENCIAS	456.130,92	61.909,66	0,00	23.149,90
SERVIÇO DE UTILIZAÇÃO COMUM DOS HOSPITAIS (SUCH)	2.395.990,78	1.299.824,87	2.735.052,16	130.580,62
SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTERIO DA SAUDE, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde (SNS)				
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAUDE, I.P.	89.025.020,91	157.946.826,00	23.854,08	520.831.674,04
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.	56.302.204,69	66.104.462,48	0,01	10.062.374,93
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO ALENTEJO, I.P.	356.815,33	1.398,79	0,00	39.933,57
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO ALGARVE, I.P.	0,00	73.064,76	0,00	102.744,11
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO CENTRO, I.P.	852.148,56	54,98	0,00	129.397,84
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO NORTE, I.P.	0,00	15.830,78	0,00	4.898,32
CENTRO HOSPITALAR COVA DA BEIRA, EPE	0,00	382,10	21,90	0,00
CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE O DOURO E VOUGA, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA - ZONA OCIDENTAL, EPE	393.645,34	236.103,82	119.306,18	54.480,46
CENTRO HOSPITALAR DE SETUBAL, EPE	200.600,44	122,40	0,00	152.558,09
CENTRO HOSPITALAR DO BARREIRO - MONTijo, EPE	436.533,95	2.607,39	1.133,54	6.606,83
CENTRO HOSPITALAR DO TAMEGA E SOUSA, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR MÉDIO AVE, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR MEDIO TEJO, EPE	13.136,78	0,00	0,00	4.972,00
CENTRO HOSPITALAR PÓVOA VARZIM / VILA DO CONDE, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR PSIQUIATRICO DE LISBOA	767.265,15	0,00	0,00	779.447,83
CENTRO HOSPITALAR TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, EPE	0,00	920,46	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DE LISBOA CENTRAL, EPE	357.562,88	140.896,26	6.228,38	32.226,06
CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DE LISBOA NORTE, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DO PORTO, EPE	0,00	51.077,00	14.329,70	0,00
CENTRO HOSPITALAR VILA NOVA GAIA/ESPINHO, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO MEDICO DE REABIL. DA REG. CENTRO - ROVISCO PAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL ARCEBISPO JOAO CRISOSTOMO - CANTANHEDE	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL DE MAGALHÃES LEMOS, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO SÃO JOÃO, EPE	76,71	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL DISTRITAL FIGUEIRA DA FOZ, EPE	0,00	1.173,47	0,00	0,00
HOSPITAL DISTRITAL SANTA MARIA MAIOR, EPE - BARCELOS	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL DISTRITAL SANTAREM, EPE	57.185,86	108,00	0,00	16.585,41
HOSPITAL DR. FRANCISCO ZAGALO - OVAR	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL ESPÍRITO SANTO DE ÉVORA, EPE	68.132,69	25.334,70	0,00	64.911,18
HOSPITAL FERNANDO DA FONSECA, EPE	195.440,86	243.129,95	90.258,86	16.550,90
HOSPITAL GARCIA DE ORTA, EPE - ALMADA	221.285,88	132.990,27	62.912,99	40.850,66
INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DR. RICARDO JORGE I.P.	63.215,32	299.877,87	70.120,12	622,45
INSTITUTO OFTALMOLOGICO DR. GAMA PINTO	5.146,80	113.368,79	46.906,34	169,29
INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA DE COIMBRA, EPE	26,40	0,00	0,00	26,40
INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA DE LISBOA, EPE	101.928,87	46.347,90	21.731,40	50.058,66
INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA DO PORTO, EPE	0,00	41.988,90	21.428,50	0,00
INSTITUTO PORTUGUES DO SANGUE E DA TRANSPLANTAÇÃO, IP	322.147,33	4.437.866,51	2.973.649,23	172.239,91
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE ALTO MINHO, EPE	0,00	435,05	0,00	0,00
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, EPE	0,00	147,45	0,00	0,00
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE MATOSINHOS, EPE	3.331,48	0,00	0,00	11.106,38
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE	0,00	1.565,18	0,00	0,00
UNIDADE LOCAL DO BAIXO ALENTEJO, EPE	773.534,07	87.928,83	0,00	35.622,11
UNIDADE LOCAL SAÚDE NORTE ALENTEJANO, EPE	610.475,99	128,32	0,00	135.459,28
C.H. UNIV. COIMBRA, EPE	26.710,43	136.403,31	77.288,75	24.912,62
Unidade Local Saúde Litoral Alentejano	355.703,00	5.205,45	0,00	133.996,78
C.H. OESTE EPE - TORRES VEDRAS	3.457.407,56	106.027,54	10.103,10	104.491,10
CENTRO HOSPITALAR DE LEIRIA, EPE	61.349,43	0,00	0,00	56.287,43
CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00
C. HOSP. UNIV. ALGARVE EPE	57.007,09	463,30	0,00	14.584,74
UNID LOCAL SAUDE NORDESTE, EPE	79.640,25	0,00	0,00	20.008,33
CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, E.P.E.	57.389,31	0,00	0,00	57.389,31
UNIDADE LOCAL SAÚDE ESTUÁRIO DO TEJO, EPE	7.576,20	19.101,88	0,00	11.424,50
UNIDADE LOCAL SAÚDE DE LOURES-ODIVELAS, EPE	20.910,98	719,20	0,00	45.689,35
UNIDADE LOCAL SAÚDE DE SANTO ANTÓNIO, EPE	0,00	36.928,00	36.928,00	0,00
Total	158.132.375	236.414.487	6.411.695	533.585.516

21. Outras Divulgações

21.1. Passivos não correntes: Financiamentos obtidos

No Passivo não Corrente, financiamentos obtidos, respeitante ao valor da subvenção reembolsável semestralmente, a partir de agosto de 2025, relativo ao projeto de Eficiência Energética do Hospital de Santa Maria, ao abrigo do POSEUR.

21.2. Fornecimentos e Serviços Externos

Os Fornecimentos e Serviços Externos são uma rubrica de gastos importante e com algum relevo no CHULN. No mapa que se segue encontramos os valores repartidos pelos diversos itens com relevância para a rubrica Subcontratos que é aquela com mais expressão. Neste capítulo, o aumento verificado em algumas rubricas de Serviços Especializados deve-se essencialmente ao reforço obrigatório face a situação inflacionária que ainda decorre.

Fornecimentos e Serviços Externos	(valores expressos em euros)	
	2023	2022
Subcontratos	22 765 876	23 853 840
Entidades do Ministério da Saúde	8 466 769	8 373 086
Outras Entidades	14 299 107	15 480 754
Serviço de Instalações e Equipamentos	13 826 513	13 458 030
Serviço de Logística e Stocks	10 032 272	8 688 957
Serviços Sistemas de Informação	3 207 207	3 163 452
Departamento Recursos Humanos	3 795 412	2 618 386
Trabalhos Especializados	1 858 389	1 680 589
Materiais	311 262	298 956
Energia e Fluidos	4 952 613	8 950 540
Deslocações, Estadas e Transportes	9 686 073	7 069 885
Serviços Diversos	8 263 689	7 949 643
Total	78 699 304	77 732 278

21.3. Garantias

Existem garantias no valor de 11.752.260,31€, a favor do CHULN, prestadas pelos diversos fornecedores ao abrigo da legislação em vigor.

Emitimos em 2016, a favor da Segurança Social uma garantia no valor de 52.999,91€.

Em 2019 emitimos uma garantia a favor da Agência Portuguesa do Ambiente no valor de 682,46€, reforçada este ano com 34.39€ de acordo com a solicitação desta agência, totalizando assim 716,99€

Em 2021 emitimos nova garantia a favor da Agência Portuguesa do Ambiente no valor de 6.183,10€.

21.4. Imposto sobre o rendimento

O CHULN, E.P.E está sujeito a IRC à taxa normal de 21%, a Derrama à taxa de 1,5% e a Tributação Autónoma sobre um conjunto de despesas, tendo contabilizado a correspondente estimativa de imposto.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de 4 anos, considerando o CHULN, E.P.E que eventuais correções resultantes dessas revisões não terão um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

21.5. Interesses em outras entidades

O Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte participa na empresa SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais com participação com uma quota mensal de 250€. O Resultado Líquido do SUCH, no ano de 2023 ainda não foi comunicado logo o seu registo no Sistema de Participações Residente (SIPART) ainda não se encontra realizado.

21.6. Outros assuntos

Cumpre ao Conselho de Administração informar a Tutela, na qualidade de acionista, de que o Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E. se enquadra no âmbito do art.º 35.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, que em consequência da atribuição da verba para cobertura de prejuízos transitados, através do despacho conjunto do Secretário de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde o valor patrimonial líquido no encerramento de 2023 se encontra positivo, impulsionando os rácios de estrutura. No entanto, é nosso entender que esta situação não se deverá manter ao longo de 2024 dado o histórico operacional da nossa instituição.